

DANIEL COELHO



# "NADA SOBRE a GENTE SEM a GENTE!"

SOMOS

NARRATIVAS DE PESSOAS TRANS\*  
SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DANIEL COELHO SILVA BRANDÃO

**“NADA SOBRE A GENTE SEM A GENTE”**: *narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências na formação em psicologia*

Recife

2021

DANIEL COELHO SILVA BRANDÃO

**“NADA SOBRE A GENTE SEM A GENTE”**: *narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências na formação em psicologia*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

**Área de concentração:** Psicologia

**Orientador:** Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas.

Recife

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B817n Brandão, Daniel Coelho Silva.  
“Nada sobre a gente sem a gente” : narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências na formação em Psicologia / Daniel Coelho Silva Brandão. – 2021.  
110 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2021.  
Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Identidade de gênero. 3. Transexualidade. 4. Narrativas. I. Dantas, Benedito Medrado (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-179)

DANIEL COELHO SILVA BRANDÃO

**“NADA SOBRE A GENTE SEM A GENTE”**: *narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências na formação em psicologia*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 04/06/21.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Benedito Medrado (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (Examinadora Externa)

Instituto Federal do Rio de Janeiro

---

Dra. Raíssa Éris Grimm Cabral (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Ma. Céu Silva Cavalcanti (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

A sombra dos agradecimentos sempre esteve presente durante a escrita desta dissertação. Sempre tive dificuldade de agradecer; me faltam palavras ou sempre acho que elas não são suficientes. Tantas pessoas estiveram presentes durante esse processo de (vida) escrita. Umhas de formas mais diretas, outras que nem conheço ou sequer troquei palavras. Acredito que, se cheguei até aqui, foi em decorrência de muitos encontros, que infelizmente não conseguirei abarcá-los todos neste texto... Dessa forma, início agradecendo a todas as pessoas que me atravessaram e me atravessam nisso que chamamos de vida.

Agradeço aos meus pais, Nazilda Coelho e Daniel Brandão, por todo investimento educacional, financeiro e afetivo. Por me ensinarem a não desistir e persistir na minha carreira profissional e acadêmica. Ao meu irmão, Vitor Coelho, por me tomar como exemplo, por mais difícil que seja estar nesse lugar. Também agradeço a Fátima, a Lorena e a Dudu.

Ao GEMA, por ser um espaço tão cheio de vida, por ter possibilitado encontros tão significativos e por ter gestado meu prazer pela pesquisa. Em especial, a Jô, por ter sido presença quando, por vezes, me senti solitário no *cistema*; a Laís, por sempre estar presente; a Juliana Cunha, por compartilhar momentos de desespero e alívio; a Marília e Carol, pelas caronas e risadas compartilhadas; a Patrícia, pela sensibilidade sempre presente; a Juliana Keila, por compartilhar o ser virginiana e por me lembrar do porquê pesquiso; a Mona, pela disponibilidade sempre; a José Neto, por ter sido tão companheiro e por todo suporte dado nesse percurso; a Well, pelas trocas que ultrapassam os muros da universidade. Sou grato a todas as pessoas que compõe isso que posso chamar de coletivo!

Às potencialidades dos encontros com as pessoas tão queridas da Comissão Temática em Gênero e Sexualidade do CRP-02, que, desde 2015, vêm me acompanhando nos processos de vida. Em especial, a Romercia, a Isa, a Ju, a Fabi, a Hugo e a Céu.

À turma do PPGPSI, por todas as risadas e leveza trazidas a esse processo de mestrado.

A Céu, por alimentar meu desejo de vida. Por todas as trocas tão potentes e por me afetar com sua forma de ver o mundo. Nosso encontro produz raízes rizomáticas em mim!

A Raíssa, por me ensinar uma escrita peregrina, uma escrita que deixa as palavras escorrerem através de afetos, como também por ser chão durante esses últimos meses de tanta turbulência e pela disponibilidade para ler com tanto cuidado esta dissertação. Que sigamos sempre no gerúndio.

A Jake e a Mari, por serem casa!

A Jorge Lyra, pelas trocas acadêmicas e culinárias, como também pelo estímulo aos estudos das transmasculinidades.

A Benedito Medrado, pelas inquietações, tensionamentos, orientações e desorientações. Pela pesquisa afetiva, posicionada. Por acreditar no meu processo de escrita-pesquisa.

A Jaqueline Gomes de Jesus e a Raíssa Cabral, pela disponibilidade e por espelharem possibilidade para mim.

À FACEPE, por ainda existir e pelo financiamento da pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências no curso de formação em psicologia. Inicialmente, para aproximação ao campo-tema e para fundamentar as discussões traçadas na pesquisa, realizamos revisão sistemática da literatura em bases de dados *on-line* de periódicos e de teses/dissertações. Essa busca resultou em nove textos, que foram organizados em dois eixos temáticos: 1) experiências trans\* em instituições de ensino; e 2) debate de gênero e sexualidade na formação em psicologia. Nossa base teórico-metodológica foi orientada por uma leitura psicossocial qualitativa e, como orientação epistemológica, ética e política, adotamos o transfeminismo na interface com o construcionismo social. Compreendemos experiência como uma prática discursiva que se constitui e é constituída por (e sobre) sujeitos. Isso implica levar em consideração sua historicidade, numa dimensão performática, e seu caráter coletivo. Como caminho metodológico, escolhemos as entrevistas narrativas. Como critérios de inclusão, definimos: 1) ser uma pessoa que se autodeclara enquanto pessoa trans\*; 2) estar matriculada/o no curso de graduação em psicologia ou estar finalizando o curso há no máximo um ano; 3) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a delimitação desses critérios, encontramos sete interlocutoras/es que participaram da pesquisa, com as/os quais dialogamos, e, a partir dos encontros, coproduzimos narrativas sobre a experiência de ser/estar estudante de psicologia. Buscamos fazer uma costura entre as narrativas coproduzidas e os deslocamentos gerados a partir delas na interface com a literatura. Para tanto, organizamos nossa discussão em três eixos de análise: 1) produção de sentidos sobre psicologia: um campo de tensão e possibilidades; 2) repertórios sobre identidade de gênero: a urgência da cisgeneridade como categoria de análise; e 3) produções discursivas negociadas e estratégias de permanência: fronteiras e produção de vida. Por fim, apresentamos algumas inconclusões com o intuito de indicar limites e potencialidades deste estudo, como também arrolar questões que podem servir de alimento para outras pesquisas.

Palavras-chave: Psicologia; Narrativas; Transexualidade; Cisnormatividade.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze narratives of trans\* people about experiences in the undergraduate course in psychology. Initially, to approach the field-theme and to ground the discussions outlined in the research, we conducted a systematic literature review in online databases of journals and theses/dissertations. This search resulted in nine texts, which were organized into two thematic axes: 1) trans\* experiences in educational institutions; 2) debate on gender and sexuality in psychology training. Our theoretical-methodological basis was guided by a qualitative psychosocial reading and as epistemological, ethical and political orientation the transfeminism, at the interface with social constructionism. We understand experience as a discursive practice, which is constituted and constituted by (and about) subjects. This implies taking into account its historicity, in a performative dimension and its collective character. As a methodological way we chose the narrative interviews. As inclusion criteria we defined: 1) to be a person who declares himself/herself as a trans\* person; 2) to be enrolled in the undergraduate course in psychology or who had finished the course at most one year ago; 3) to sign the Term of Consent. We dialogued with seven interlocutors and, from the interview, we co-produced narratives about the experience of being a psychology student. We seek to make a seam between the narratives co-produced and the dislocations generated from them at the interface with literature. To this end, we organized our discussion in three axes of analysis: 1) Sense production about psychology: a field of tension and possibilities; 2) Repertoires about gender identity: the urgency of cisgenerity as a category of analysis; 3) Negotiated discursive productions and permanence strategies: borders and life production. Finally, we present some inconclusions in order to indicate limits and potentialities of this study, as well as to list issues that may serve as food for further research.

Keywords: Psychology; Narratives; Transsexuality; Cisnormativity.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEP	Coletivo de Estudantes de Psicologia
CDSG-OAB	Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNP	Congresso Nacional de Psicologia
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRP-02	Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco
COREP	Congresso Regional de Psicologia
DA	Diretório Acadêmico
EAD	Ensino à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GEMA	Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades
GM	Gabinete do Ministro
HC	Hospital das Clínicas
MEC	Ministério da Educação e do Desporto
MS	Ministério da Saúde
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PePSIC	Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGpsi	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PROCAD	Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SciELO	Scientific Electronic Library Online
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1	CARTA EM MEMÓRIA .....	15
<b>2</b>	<b>TECENDO NARRATIVAS CIENTÍFICAS: A REVISÃO DE LITERATURA COMO UMA COLCHA DE RETALHOS</b> .....	<b>18</b>
2.1	SELECIONANDO OS RETALHOS: COMPREENDO CORES, TEXTURAS E ESTAMPAS .....	19
2.2	A HISTÓRIA POR TRÁS DE CADA RETALHO .....	23
2.3	APRESENTANDO A COLCHA DE RETALHOS: NARRATIVAS SOBRE O TECER .....	28
2.4	EXPERIÊNCIAS TRANS* EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO .....	29
2.5	DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA...34	
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</b> .....	<b>38</b>
3.1	O ATO DE COLOCAR OS ÓCULOS: O FAZER PESQUISA A PARTIR DAS LENTE DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL .....	38
3.2	TRANÇANDO NARRATIVAS: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA A PARTIR DOS CONHECIMENTOS SITUADOS .....	41
3.3	O CONTADOR DE HISTÓRIAS: DIÁLOGOS SOBRE CAMPO-TEMA E A TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR .....	44
<b>4</b>	<b>POSICIONANDO MEMÓRIAS PARA DEFINIR UM CAMPO-TEMA</b> .....	<b>46</b>
4.1	A HISTÓRIA DOS ENCONTROS E DESENCONTROS: DIALOGANDO COM AS/OS INTERLOCUTORAS/ES .....	48
4.2	TECENDO NARRATIVAS E PRODUZINDO CASTELOS: O PROCESSO DE COPRODUÇÃO .....	52
4.3	FABI.....	54
4.4	VIPER .....	58
4.5	VÊNUS .....	63
4.6	YAN .....	68

4.7	JUNI.....	71
4.8	JÔ .....	76
4.9	JUNO .....	81
<b>5</b>	<b>O PESQUISADOR-DESLOCADO: CONEXÕES, DESLOCAMENTOS E INCONCLUSÕES.....</b>	<b>85</b>
5.1	PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE PSICOLOGIA: UM CAMPO DE TENSÃO E POSSIBILIDADES.....	85
5.2	REPERTÓRIOS SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: A URGÊNCIA DA CISGENERIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE .....	90
5.3	PRODUÇÕES DISCURSIVAS NEGOCIADAS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA: FRONTEIRAS E PRODUÇÃO DE VIDA .....	95
<b>6</b>	<b>INCONCLUSÕES.....</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Invisibilidade simultânea à olhares tantos.  
Preconceito que ceifa laços.  
Olhos em secos, ríspidos, armados mudos, prantos.  
Corpo resumido à genitália.  
A falta do afetivo vira munição.  
(WILLOW, 2020).*

Não havia melhor forma de começar esta dissertação senão com esse poema-manifesto apresentado por Willow, travesti, graduanda em psicologia, em uma oficina realizada pelo Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco (CRP-02), intitulada “Trans-formando a Psicologia”.

Tal oficina tinha como objetivo promover diálogos sobre práticas profissionais em psicologia e experiências vivenciadas na graduação por pessoas que se definem como trans\*<sup>1</sup>. Pela expressiva presença de estudantes, o evento acabou abordando com maior densidade experiências na graduação e as lacunas e problemas na formação em psicologia no tocante ao reconhecimento das identidades de gênero.

Na dinâmica daquela oficina, foram distribuídas palavras soltas para que, com elas, fosse possível criar uma frase, poema, música, sobre suas experiências na psicologia. Apesar de ter sido produzida por uma única pessoa, o poema-manifesto acima costura uma série de experiências comuns que nos ajudam a situar a tessitura deste trabalho na relação entre corpos, afetos, vínculos e jogos de luz e sombra, aridez e discriminação que inscrevem a experiência de pessoas trans\* na formação e psicologia.

Assim, a pesquisa aqui apresentada se inscreve entre memórias do mestrando, homem trans egresso do curso graduação em psicologia, durante o qual realizou sua transição, no encontro com narrativas de interlocutoras/es especiais e com a literatura acessada.

Em nossas leituras, o conceito de experiência é central. Partimos do pensamento de Joan Scott (1998), que nos convida a refletir sobre a experiência como um processo de significação, ou seja, um acontecimento linguístico, uma prática discursiva, e não uma realidade pré-determinada. Em outras palavras, os indivíduos não têm experiência, mas sim são constituídos por ela e, na mesma medida, pensar a experiência como prática discursiva implica em situá-la

---

<sup>1</sup> Utilizaremos “trans\*” como um termo guarda-chuva, buscando abarcar as experiências que diferem da cisgeneridade. Ou seja, sempre que estivermos usando “trans\*” estamos nos referindo aos homens e mulheres transexuais, às pessoas transgêneras, às travestis, às pessoas não binárias e outras posições não cisnormativas de gênero.

historicamente, à medida que processos históricos posicionam, através do discurso, sujeitos e suas experiências.

Segundo Donna Haraway (2009), a experiência em si não legitima a produção de conhecimento, mas sua historicidade e o posicionamento crítico que ela produz conformam a experiência como um empreendimento coletivo e lhe constituem como objeto potencial de estudos em ciências humanas e sociais. Desse modo, ao mesmo tempo em que a experiência em si é uma interpretação, também é necessário interpretá-la.

Assim, na expectativa de produzir interpretações, esta pesquisa se orienta por uma leitura psicossocial, guiada a partir de uma abordagem qualitativa, e, como orientação epistemológica, ética e política, adota o transfeminismo na interface com leituras construcionistas em psicologia social.

Vislumbramos como *objetivo geral* analisar narrativas de pessoas trans\* sobre suas experiências no curso de formação em psicologia e como *objetivos específicos*:

- a) analisar a produção de sentidos sobre psicologia por pessoas trans\* estudantes e recém-formados do curso de graduação em psicologia;
- b) mapear repertórios sobre identidade de gênero produzidos pelas/os interlocutoras/es;
- c) compreender estratégias traçadas pelas/os nossas/os interlocutoras/es para conduzir sua participação e permanência em seus cursos.

Para apresentação da pesquisa conduzida, na segunda seção desta dissertação dialogamos com as produções científicas voltadas para a temática em tela. Para tanto, produzimos uma revisão sistemática da literatura a partir da busca em bases de dados *on-line*, com o intuito de nos familiarizarmos com o que já vem sendo pesquisado sobre nosso tema de pesquisa, identificando questões e controvérsias centrais, assim como para fundamentarmos nossas discussões.

Na terceira seção, traçamos uma discussão sobre nossa fundamentação teórico-metodológica, pautada no construcionismo social e nas produções de narrativas. Apresentamos nossos procedimentos metodológicos, pautando-nos no rigor metodológico proposto por Mary Jane Spink e Helena Lima (2013), que advogam sobre a necessidades de darmos visibilidade aos argumentos que fundamentam nossas tomadas de decisões, como também aos limites e possibilidades dos procedimentos adotados. Assim, também nessa seção, tecemos diálogos sobre campo-tema e a trajetória do pesquisador, apresentando como foram os encontros com as/os interlocutoras/es e, por fim, como se deu o processo de coprodução das narrativas.

A quarta seção versa sobre as próprias narrativas produzidas junto com as/os interlocutoras/es, em um total de 7 narrativas. Elas foram nomeadas a partir dos nomes escolhidos pelas/os interlocutoras/es, seguidas de um trecho de fala que mais nos afetou no encontro.

Na quinta seção, buscamos fazer uma costura entre as narrativas coproduzidas e os deslocamentos gerados a partir delas. Para tanto, voltamos para os objetivos específicos desta dissertação e dividimos nossa discussão em três eixos de análise:

- 1) Produção de sentidos sobre psicologia: um campo de tensão e possibilidades;
- 2) Repertórios sobre identidade de gênero: a urgência da cisgeneridade como categoria de análise;
- 3) Produções discursivas negociadas e estratégias de permanência: fronteiras e produção de vida.

Ao final, apresentamos algumas inconclusões, pautadas em uma ampla leitura sobre as análises produzidas, indicando limites e potencialidade deste estudo, inclusive apontando questões que podem alimentar outras pesquisas.

Apesar de aparentar certa linearidade nas seções, este trabalho foi um percurso de várias idas e vindas. Não houve linearidade, mas sim, como uma costura, exigiu esboçar pontos, articular linhas multicores e manejar fluxos. Uma costura cheia de nós, produzidas por várias mãos. Mãos do pesquisador, do orientador Benedito Medrado, das/os interlocutoras/es, das pessoas queridas do Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE) e de tantas outras que, no decorrer deste caminho, provocaram e produziram deslocamentos. Nós presenciais, nós digitais. Diante disso, compreendendo o caráter coletivo do texto, optamos por utilizar a primeira pessoa do plural para nos referirmos a essa construção plural e a primeira pessoa do singular quando forem trazidos apontamentos da trajetória individual do pesquisador.

Inspirados na música, apresentamos a seguir um interlúdio, em forma de carta, que nos ajuda a situar nosso campo-tema.

## 1.1 CARTA EM MEMÓRIA

A escritora e ativista feminista Glória Anzaldúa nos ensina que escrevemos para registrar o que os outros apagam quando falamos e para reescrever as histórias mal escritas sobre nós:

[Escrevo] para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000 p. 232).

Essas palavras soam nessa produção como um mantra para nos lembrar constantemente do poder da escrita quando somos corpos/saberes/subjectividades/desejos subalternos; da potência da construção de uma contranarrativa, ou como também podemos chamar, narrativas de fronteira.

Em seu ensaio, Anzaldúa (2000, p. 229) se lança através de um texto escrito em forma de carta dirigida às “mulheres de cor, companheiras no escrever”, na tentativa de se despir daquilo que ela chama de “tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas” que a academia a forçou em sua escrita. A partir desse tipo de escrita, segundo a autora, é possível alcançar a intimidade e a imediatez desejada. E é o que pretendemos através desta dissertação.

Uma carta em memória, ou para produzir memórias, endereçada àquelas pessoas que em vidas, mas também em mortes materiais ou simbólicas, se fizeram presentes para que essa escrita fosse possível. Aquelas sem as quais, através de seus enfrentamentos a uma academia cisheteronormativa, não seria possível esforços para quebrar barreiras e produzir ciência na posição de uma pessoa trans\*. Esta é uma carta para todas/os aquelas/es que lutaram e continuam lutando para que, pessoas trans\*, como eu, possam se posicionar eticamente e epistemologicamente a partir de um *lugar de fala*, rompendo com um *cistema* (sistema orientado pela dominação cisgênera) colonial que nos aprisionou por anos na categoria de objeto.

Por muito tempo nossa posição nos fazeres científicos se findou como peças anatômicas nas quais o pesquisador (em sua condição universal masculina, branca, hetero e cisgênero) podia dilacerar em busca de explicações para nossa existência, desejos, comportamentos, em

prol de uma ciência que almejava classificar e normatizar os corpos. Dessa forma, uma dissertação como esta nunca seria possível; nem sequer pensada. Como poderia uma pessoa trans\* concluir o ensino fundamental e médio, terminar uma graduação em psicologia, entrar em um mestrado e fazer uma pesquisa coproduzida com outras pessoas trans\*, que também estão ocupando (no sentido mais político que essa palavra possa assumir) a academia?

Por isso, esta é uma escrita ensanguentada. Cada palavra aqui estampada é marcada pelo sangue daquelas/es que nos antecederam. Mas quem são essas/es, se nossa história foi apagada e reescrita pelos colonizadores a partir de uma ótica biomédica e patologizante? Jaqueline Gomes de Jesus, psicóloga, pesquisadora e ativista trans, nos aponta algumas pistas sobre nossos ancestrais em “Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra” (2019). Não cabe a nós trazermos, de forma densa, a história de Xica – Jaqueline já fez isso muito bem –, porém, ela nos faz pensar em como nas nossas vidas a morte se faz presente.

Xica, natural do Congo e que veio para o Brasil para ser escravizada, foi levada à Inquisição por crime de sodomia e precisou, para sobreviver, utilizar de vestimentas tidas como masculinas da época. Xica, durante séculos, foi lembrada a partir de uma ótica cisgênera. Xica foi assassinada pela Inquisição e continuou sendo, durante todos esses anos, por não ter seu nome respeitado e por não ser lembrada em pesquisas sobre as denúncias da primeira visita do Santo Ofício à Bahia. Xica Manicongo é um sopro de vida, de ancestralidade, mas também uma denúncia da morte, da invisibilidade. Quantas Xicas estão tendo suas histórias apagadas? Quantas Xicas estão sendo mortas sem nem sequer terem tido a oportunidade de estarem vivas?

Séculos depois, aqui estamos revivendo expressões necropolíticas marcadas por regimes da verdade que desconsideram o valor de algumas vidas.

Caminhando para o presente, o final do ano de 2019 e início do ano de 2020 foi marcado em âmbito global pela ameaça da pandemia de Covid-19, infecção respiratória aguda causada pelo SARS-CoV-2, mais conhecido com o novo coronavírus. No Brasil, os primeiros casos tiveram início em fevereiro de 2020, e a declaração da transmissão comunitária foi dada em março. Foi necessário estabelecer distanciamento social, a utilização de máscaras e outras medidas de segurança como a higienização frequente das mãos com álcool em gel. O principal comando tem sido o de “fique em casa”. Hoje, 03 de maio de 2021, apenas no Brasil, ultrapassamos o número de mais de 408 mil mortes. Marcas de um (des)governo genocida. A propagação do novo coronavírus, e o aumento expressivo do número de mortes por Covid-19, deixou ainda mais explícito outros problemas sanitários presentes em nossa sociedade: a desigualdade social, o racismo, a LGBTfobia, a disseminação de notícias falsas, entre outros.

Mesmo diante deste cenário de distanciamento e isolamento social, o Brasil se manteve no primeiro lugar no ranking de assassinatos de pessoas trans\* no mundo. Segundo o Dossiê produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021), em 2020 foram assassinadas pelo menos (considerando a subnotificação) 175 pessoas trans\*, todas elas mulheres trans e travestis, aumento significativo em comparação com o ano de 2019, que foram 124 assassinatos. Ainda de acordo com o Dossiê, o número de suicídios também aumentou: em 2020, foram catalogados 23 casos de suicídios, entre eles 7 de homens trans/transmasculinos e 16 de mulheres trans/travestis, ao passo que, em 2019, foram 15 casos mapeados. Os assassinatos em vida também se fazem presentes quando nos deparamos com o dado de que 70% da população de travestis e transexuais não tiveram acesso às políticas emergenciais do Estado (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Não nos querem vivos e vivas. Como nos diz Céu Cavalcanti (2020, *on-line*) embebecida de outros suspiros de autoras:

Vivemos num país que nos tenta impor viagens muito breves... e absolutamente solitárias por essas avenidas confusas que compõem a vida. Mas Conceição Evaristo nos lembra “A gente combinamos de não morrer”. E ainda que ouçamos com atenção quando Jota Mombaça, nossa irmã, nos diz que precisávamos também que eles tivessem combinado de não nos matar, pois são eles que morrem a gente... fisicamente, politicamente, subjetivamente... sempre voltamos à Conceição e seguimos combinando de não morrer, apesar deles.

Assim, esta é uma carta para lembrarmos de nos mantermos vivos e vivas, apesar de (e contra) todas as estimativas e expectativas. Uma forma de produzirmos conhecimentos, compartilharmos narrativas e honrarmos memórias daquelas/es que nos antecederam. Para lembrarmos de produzirmos escritas vivas em vida, por nossas vidas. Esta é uma carta para vocês que fazem e fizeram dessa escrita possível.

Por mim,  
por nós,  
obrigado!

Com amor,  
Daniel Coelho.

## 2 TECENDO NARRATIVAS CIENTÍFICAS: A REVISÃO DE LITERATURA COMO UMA COLCHA DE RETALHOS

*Aquela colcha de retalhos que tu fizeste  
Juntando pedaço em pedaço foi costurada  
Serviu para o nosso abrigo em nossa pobreza  
Aquela colcha de retalhos está bem guardada*  
(Cascatinha e Inhana).

Em uma tarde pandêmica, enquanto redigia esta seção da dissertação, de fundo ouvia uma música distante vinda de outro apartamento. Enquanto escrevia, algo naquela música me capturou a atenção, particularmente o trecho presente na epígrafe desta seção.

Depois, vim a saber que a música era da dupla sertaneja Cascatinha e Inhana e se chamava “Colcha de Retalhos”, lançada em 1955. Esse trecho acima me fez pensar o quanto uma simples colcha é carregada de histórias, uma costura de diversas narrativas. *Patchwork*, ou trabalho com retalhos, é uma técnica utilizada com o intuito de unir (retalhos de) tecidos de diferentes cores, estampas, texturas e tamanhos, formando forros, mantas, cobertas, colchas. Colcha de Retalhos.

Moacir Souza (2010) faz uma analogia entre a colcha de retalhos e o processo de escrita. Para isso, o autor traz um trecho do livro “How to Make na American Quilt”, de Whitney Otto, segundo o qual “para se fazer uma colcha deve-se escolher os retalhos com cuidado. Se escolher bem, dará um destaque à obra... Se escolher mal, as cores ficam sem vida e tiram sua beleza. Não há regras a serem seguidas. Deve-se seguir o instinto e ser corajosa” (SOUZA, 2010, p. 27). De acordo com Souza (2010), esse trecho pode ser relacionado com a liberdade acadêmica relativa, como também com a delicadeza da costura das histórias de vidas que ele traz em seu processo de escrita.

Não seria, então, a revisão de literatura também uma *colcha de retalhos*, de modo que é necessário escolher atenciosamente quais os critérios (retalhos) a serem utilizados, fazer a “limpeza” dos textos e pensar nos eixos de análise – montar os quadrados que formam a colcha – para, por fim, tecer as narrativas das produções?

Inspirados nessa metáfora da colcha de retalhos, nos dedicaremos a produzir diálogos com as produções científicas que se debruçam de alguma forma sobre nosso campo-tema (SPINK, 2003), com o intuito de fundamentar nossas discussões e reflexões posteriores. Para tanto, a partir de um processo de encontros e desencontros, de costurar e desmanchar os pontos,

realizamos uma revisão da literatura<sup>2</sup>, buscando sistematizar o que vem sendo produzido no meio científico sobre pessoas trans\* no contexto da formação em psicologia.

A revisão de literatura é uma ferramenta importante para que possamos nos familiarizar com o que já foi investigado a respeito do tema de pesquisa e entender como ele vem sendo pesquisado por outras/os pesquisadoras/es, contribuindo para uma melhor definição do objeto de nossa pesquisa. Contudo, assim como uma colcha de retalhos, é necessário que seja feita de forma cautelosa e crítica, pois se torna um instrumento de visibilidade e construção de narrativas sobre a temática abordada. Dessa forma, buscamos detalhar de forma exaustiva os pontos tecidos durante a revisão para que seja possível entender as decisões tomadas nesse processo.

Seguimos algumas pistas para iniciar a procura pelas produções com as quais iremos dialogar. Assim, tivemos como base o capítulo sobre revisão da literatura da dissertação de Marília Andrade (2019), que, apesar de não estar relacionado com o tema da nossa pesquisa, traz detalhadamente estratégias e fundamentos que orientaram nossas escolhas metodológicas.

## 2.1 SELECIONANDO OS RETALHOS: COMPREENDO CORES, TEXTURAS E ESTAMPAS

Em um exercício como o nosso, o primeiro processo para se chegar à *colcha de retalhos* é selecionar quais retalhos serão utilizados. É importante que as pessoas que irão tecer criem critérios no momento de escolher as cores, texturas, estampas, pois cada detalhe é relevante. Esse mesmo movimento serve para o/a pesquisador/a em uma revisão de literatura.

Antes de iniciar a busca pelas literaturas científicas é necessário refletir qual o objetivo com a revisão da literatura para, então, estabelecer alguns critérios para guiar a pesquisa. Com isso, propomos aqui uma aproximação com as produções narrativas científicas que dialoguem com as experiências de pessoas trans\* em instituições de ensino, como também a respeito do debate de gênero e/ou sexualidade na formação em psicologia.

Dito isto, procuramos estabelecer quais seriam nossos critérios de busca. No primeiro momento, para decidirmos quais bases de dados seriam utilizadas, levamos em consideração as possibilidades dos tipos de documentos que poderíamos abarcar, ou seja, artigos científicos, teses e dissertações. Além disso, considerando que a temática da pesquisa envolve a formação

---

<sup>2</sup> A revisão de literatura durou de dezembro de 2019 ao final de janeiro de 2020.

em psicologia, também tomamos como fonte de busca a revista *Psicologia Ensino & Formação*, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Informações sobre bases de dados

<b>Base de dados</b>	<b>Informações</b>	<b>Tipo de produção</b>
SciELO <sup>3</sup> (Scientific Electronic Library Online)	Esta é uma Biblioteca virtual que tem como objetivo abranger uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros como um todo, desde os fascículos de cada título de periódico até os textos completos dos artigos.	Artigos científicos
PePSIC <sup>4</sup> (Periódicos Eletrônicos de Psicologia)	É fonte da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI). Tem como objetivo contribuir para a visibilidade das produções científicas voltadas para a psicologia feitas na América Latina.	Artigos científicos
Psicologia Ensino & Formação	Revista editada pela ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) que tem como objetivo difundir conhecimento sobre o ensino e formação em psicologia em diferentes níveis e contextos.	Artigos científicos
BDTD <sup>5</sup> (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações)	Integra teses e dissertações de instituições de ensino e pesquisa do Brasil, como também estimula a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.	Teses e Dissertações

Fonte: Elaboração própria.

Após definirmos quais seriam as bases de dados nas quais realizaríamos nossa revisão sistemática, estabelecemos os critérios que nos guariam em relação ao período e o idioma das produções. Optamos por não definir um período temporal para a seleção das produções, pois, por estarmos trabalhando com narrativas, é importante compreender como essas narrativas científicas vieram sendo construídas ao longo do tempo em diferentes contextos históricos.

Em relação ao idioma, optamos pelas produções escritas em português e que tratassem do contexto brasileiro. Tal escolha se deu por levarmos em consideração que o Brasil, como já citado, é o país que mais mata pessoas trans\* no mundo. Dessa forma, é importante nos atentarmos a como essa temática vem sendo estudada no contexto marcado por assassinatos e violências diárias.

Após esse primeiro movimento de triagem, começamos a pensar quais termos poderiam ser utilizados para encontrarmos publicações com as quais pudéssemos dialogar. Esse foi um processo cauteloso e de muitas experimentações, pois a escolha dos termos é crucial no processo de revisão. Assim, inicialmente, utilizamos termos mais gerais como *transexualidade* e *identidade de gênero* para observar quais eram as temáticas que mais apareciam.

<sup>3</sup> Site: <https://scielo.org/>

<sup>4</sup> Site: <http://pepsic.bvsalud.org/>

<sup>5</sup> Site: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

Após essa primeira experimentação, percebemos que, para *identidade de gênero*, a maioria dos textos eram voltados para questões relacionadas à desigualdade de gênero – mais especificamente focando em mulheres cisgêneras – e também à temática da identidade (construção de identidade, identidade social). Os textos que apareciam voltados para as transidentidades eram os mesmos que apareciam quando utilizamos *transexualidade*.

Diante disso, optamos por utilizar apenas o termo *transexualidade* combinado com os termos *psicologia* e *formação em psicologia*. Além disso, seguimos as orientações dadas na banca de qualificação e também pesquisamos os termos *transgênero* e *transfobia*, ficando as seguintes combinações:

- *Transexualidade*
- *Transexualidade + psicologia*
- *Transexualidade + formação em psicologia*
- *Transgênero + psicologia*
- *Transgênero + formação em psicologia*
- *Transfobia + psicologia*
- *Transfobia + formação em psicologia*

Em seguida, iniciamos nossa pesquisa nas bases de dados utilizando as ferramentas para busca oferecidas por cada *site*. Na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), acessamos o *link* “pesquisa de artigos”, selecionamos o campo “todos os índices” e utilizamos a expressão *and* fornecida pela ferramenta. O mesmo processo foi feito no site do PePSIC. Já no BDTD, acessamos o *link* “busca avançada”, selecionamos a opção “todos os campos” e na correspondência de busca “todos os termos”.

No que se trata da *Psicologia Ensino & Formação*, a revista foi lançada em 2010 e conta com oito volumes até então. Assim, analisamos os títulos dos artigos de cada volume para observar se algum dos termos e/ou combinação de termos aqui estabelecidos foi utilizado. A partir disso, observamos os seguintes resultados:

Tabela 1 – Número absoluto de textos por termos de busca

Termos de busca	Número de textos sem “limpeza”			
	SciELO	PePSIC	Psicologia Ensino & Formação	BDTD
“Transexualidade”	43	27	1	200
“Transexualidade” + “psicologia”	10	8	0	65
“Transexualidade” + “Formação em psicologia”	0	0	0	6
“Transgênero” + “psicologia”	5	2	0	20
“Transgênero” + “Formação em psicologia”	0	0	0	6
“Transfobia” + “psicologia”	1	0	0	6
“Transfobia” + “Formação em psicologia”	0	0	0	2

Fonte: Elaboração própria.

Finalizado esse primeiro momento de pesquisa, nos vimos diante de um número grande de materiais. Contudo, era necessário realizar uma “limpeza”, pois, a partir da leitura dos títulos percebemos que a maioria dos documentos não contemplavam nosso objetivo.

De início, para compreender o que estavam pesquisando no campo da psicologia sobre as questões trans\*, não focamos em textos que falassem apenas sobre a formação, mas sim abrangemos para todos os textos que falassem de psicologia<sup>6</sup> e transgeneridade. Diante disso, após a exclusão dos textos que se repetiam, foram encontrados um total de 155 produções.

Algumas temáticas se repetiram, como, por exemplo: 34 textos fazem uma leitura da transexualidade a partir da psicanálise, sendo alguns textos com um viés despatologizante, enquanto outros afirmam que o “transexualismo” (*sic.*) é uma psicose e uma histeria da modernidade; 24 se debruçam sobre atenção à saúde (incluindo o debate sobre dificuldade de acesso a diversas dimensões: sexual, reprodutiva, mental, etc., ao processo transexualizador, entre outros); 12 dos textos falam sobre a transexualidade a partir da prática clínica e/ ou abordagens psicológicas; 7 se debruçam sobre a dificuldade de garantia de direitos (como a mudança de nome, por exemplo); e 6 discutem sobre transfobia.

Tendo em vista o nosso objetivo, para facilitar a organização e visualização das produções entradas, criamos os seguintes eixos temáticos: 1) Experiências trans\* em instituições de ensino; 2) Debate de gênero e sexualidade na formação em psicologia. Após a leitura dos resumos e das palavras-chaves utilizadas pelas/os autoras/es, começamos a separar

<sup>6</sup> É importante pontuarmos que, nesse momento de refinamento dos textos, algumas produções de outras áreas (como, por exemplo, saúde coletiva, educação, psiquiatria e direito) apareceram. Deixamos os textos que falassem a respeito do olhar da psicologia sobre a temática da transexualidade para compreendermos também como a psicologia vem sendo acionada por essas outras áreas para falar sobre as vivências trans\*.

os textos que dialogavam com cada eixo. Feito isso, ficamos com o total de 4 produções, sendo elas: 1 artigo, 1 dissertação e 2 teses.

Diante disso, decidimos realizar uma revisão assistemática da literatura. Pedimos indicações de textos para pesquisadoras/es e ativistas que estudam sobre a temática, observamos os anais de congressos que debatem sobre gênero e sexualidade e fizemos uma leitura das referências bibliográficas dos cinco textos encontrados da revisão sistemática. A partir disso, encontramos mais 5 textos, dos quais: 1 dissertação e 4 artigos.

## 2.2 A HISTÓRIA POR TRÁS DE CADA RETALHO

Cada retalho escolhido para a montagem da nossa colcha possui uma história. Alguns fizeram parte de toalhas, almofadas, cortinas, tapetes ou até mesmo comprados em casas de costura. Mas cada um deles conta uma história a partir do contexto que foi produzido e das mãos por onde passaram. O mesmo acontece com as produções científicas. Os saberes são sempre situados social e historicamente (HARAWAY, 2009).

Nesta subseção iremos explicar os documentos encontrados com o intuito de compreender em que contexto as produções foram desenvolvidas. Para tanto, analisamos os textos a partir do ano de publicação, local onde a pesquisa foi realizada e gênero das/os autoras/es.

Como já dito anteriormente, não delimitamos um período de tempo para as publicações, deixando em aberto qualquer datação. Nós tínhamos como expectativa abarcar o maior número de textos possíveis, assim como observar a partir de que ano os textos sobre a temática começaram a ser publicados e com que frequência apareciam ao longo dos anos. Dessa forma, obtemos os seguintes resultados:

Tabela 2 – Número de textos por ano de publicação

<b>Ano de publicação</b>	<b>Número de textos</b>
2013	2
2015	2
2016	4
2017	1

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível observar, os textos mais “antigos” encontrados foram de 2013, ou seja, há sete anos. É importante destacar que o ano de 2013 é um marco histórico nos direitos da

população trans\* no âmbito da saúde. Em agosto de 2008 foi publicada a Portaria Nº 1.707 GM/MS, que instituiu o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, esta apresentava alguns pontos que foram contestados pelo Movimento Social LGBT, como a utilização do termo “transexualismo” e a restrição da cirurgia de redesignação sexual, como chamada, apenas para mulheres trans.

Diante disso, a partir da demanda do movimento pela ampliação do atendimento especializado e sem discriminação às pessoas trans\* e com o objetivo de revisar a lógica de cuidado dos serviços, foi publicada em 2013 a Portaria Nº 2.803 GM/MS. Tal portaria redefiniu e ampliou o processo transexualizador no SUS e está em vigor até os dias atuais.

Apesar desse marco e de observamos durante nossa procura que muitos dos textos voltados para saúde da população trans\* se deram a partir ou após 2013, é importante nos atentarmos a dois textos desta revisão. Tanto o artigo de Lenise Santana Borges *et al.* (2013) quanto a tese de Maria Lúcia Chaves Lima (2013) não mencionam a portaria, nos levando a analisar esse contexto por outros caminhos.

No artigo, as autoras se propõem a investigar as noções de gênero e sexualidade das produções acadêmicas do curso de psicologia da PUC de Goiás, entre os anos de 1993 e 2008. Elas argumentam que esse é um período marcado pela crescente criação de núcleos de estudos e pesquisas nas universidades brasileiras sobre essa temática, como também a criação, nos anos 90, do *Cadernos Pagu/Unicamp* e da *Revista de Estudos Feministas/UFSC* (BORGES *et al.*, 2013). Já Lima (2013) traz nas suas discussões uma análise da portaria do nome social, implementada no Estado do Pará em 2008.

A partir desses apontamentos, nos vimos diante da necessidade de voltar alguns anos antes da data da primeira publicação encontrada e pesquisar sobre o contexto histórico da inclusão das pautas LGBT nas instituições de ensino. A inserção da educação sexual no Brasil se deu a partir de estratégias de controle dos comportamentos considerados anormais. Entre os anos de 1920 e 1930, quando os considerados “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crimes e passam a ser concebidos enquanto doença, as escolas se tornam um espaço privilegiado e de intervenção higienista sobre a sexualidade das crianças e adolescentes (LIMA, 2013). Desde então, a temática da “educação sexual” no âmbito escolar é alvo de intensos debates, enfrentando avanços e retrocessos.

Lima (2013) traça um percurso histórico de como as discussões de gênero e sexualidade foram inseridas nas escolas. Com o advento do crescente número de casos de AIDS, na metade da década de 1980, os Ministérios da Saúde e da Educação passaram a estimular projetos sobre educação sexual, tendo como foco as discussões sobre prevenção do HIV e da gravidez precoce.

A partir da pressão dos movimentos LGBT e feminista, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), em 1997, cria dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) os chamados *temas transversais*, nos quais as questões sobre gênero e sexualidade – ao lado da ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo – deveriam ser incorporadas às áreas já existentes ao longo da escolarização (LIMA, 2013; NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016). Porém, Lima (2013, p.86) destaca que, apesar dos PCNs serem considerados um dos marcos mais consistentes quanto às políticas públicas educacionais voltadas para a sexualidade, eles não se referem sobre as experiências trans\*: “se a presença de alunos/as homossexuais na escola já é problemática, travestis e transexuais são simplesmente ignoradas/os, silenciadas/os”.

O que podemos observar no contexto brasileiro no final dos anos 90 e início dos anos 2000 é um crescente debate sobre os direitos LGBT. Nesse cenário, de acordo com Milene Soares Agreli (2017), a influência de autores/as como Michel Foucault, Judith Butler e da teoria queer nas pesquisas brasileiras permitiu ampliar e questionar os conceitos “naturalizantes” e “disciplinares” entre os gêneros.

Durante a primeira gestão do governo Lula, em 2004, temos a criação do Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual – que teve como objetivo promover a cidadania da população LGBT “a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (BRASIL, 2004, p. 11).

Em 2006 foi publicado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), assinado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Esse Plano tinha como uma das suas ações programáticas a inclusão das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros, no currículo escolar da educação básica. E, para a educação superior, objetivava desenvolver políticas de ações afirmativas que possibilitassem o acesso e permanência de grupos minoritários, incluindo gênero e orientação sexual (BRASIL, 2007).

Observamos com isso que, apesar dos textos terem sido publicados em 2013, eles são resultado de uma análise de um contexto anterior, no qual os debates sobre gênero e sexualidade na educação estavam crescendo no Brasil. Outro ponto que podemos destacar também é o número de produções encontradas entre os anos 2016 e 2017, mas, para isso, antes é preciso contextualizar esse período.

O ano de 2016 foi marcado por intensos debates políticos, em virtude do processo que resultou na destituição da primeira presidenta eleita no Brasil. No dia 17 de abril de 2016, grande parte da população brasileira parou para assistir, nos principais canais de televisão e via internet, a votação na Câmara dos Deputados que levaria ao *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. É importante destacarmos esse fato aqui nesta dissertação, pois cada “sim” era seguido por argumentos a favor da família, de Deus, da ética e dos bons costumes – incluindo inclusive o voto do então deputado Jair Bolsonaro, hoje presidente do Brasil, que votou sim, dentre outras barbaridades, “pela família e pela inocência das crianças em sala de aula”.

O argumento utilizado pelo atual presidente do Brasil refere-se ao que ele intitulou de “kit gay” que, segundo ele, em entrevista ao Jornal Nacional<sup>7</sup>, seria um “conjunto de livros, cartazes e filmes onde passariam crianças se acariciando e meninos se beijando”. Na realidade, esse é um material que fez parte do projeto formulado em 2008 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) chamado Escola sem Homofobia. Este tinha dois focos principais: a formulação e implementação de políticas públicas com o intuito de combater a homofobia e a criação de um conjunto de material educativo composto por cartilhas e vídeos sobre diversidade sexual e identidade de gênero (LIMA, 2013).

Paralelo a essa crescente onda conservadora e de ataques à educação, em 2017 tramitava no Conselho Nacional de Educação uma resolução que tinha o objetivo de definir o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Essa Resolução só foi aprovada no ano seguinte, sendo chamada de Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Estávamos vivendo um cenário onde os debates sobre as questões LGBT nas escolas e instituições de ensino estavam aflorados.

Para nos aprofundarmos ainda mais nas produções, também analisamos o local onde o estudo foi produzido. Para tanto, nos debruçamos na metodologia das pesquisas para compreender o contexto no qual as/os autoras/es se propuseram a estudar.

Tabela 3 – Número de textos por local de produção

<b>Local de produção</b>	<b>Número de textos</b>
Brasil	1
Pará	1
Pernambuco	1
Goiás	1
Mato Grosso do Sul	1
São Paulo	1
ND	3

Fonte: Elaboração própria.

<sup>7</sup> Programa da Rede Globo de Televisão exibido no dia 29 de outubro de 2018.

De antemão, cabe lembrar que, como dito no início desta seção, optamos por fazer um recorte de pesquisas realizadas no contexto brasileiro. Além disso, é importante destacarmos que o local onde o estudo foi desenvolvido nem sempre é o mesmo de onde foi publicado. Um exemplo disso é a tese de Lima (2013), cuja pesquisa de campo foi realizada no Pará, porém, foi publicada pela instituição à qual ela era vinculada, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Outro ponto a ser evidenciado é que a pesquisa categorizada como “Brasil” se refere a um estudo documental exploratório com base em uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados em revistas nacionais, com os quais dialogaremos mais adiante. Além disso, 3 das 9 publicações foram categorizadas como “Não Definido” (ND) pelo fato de serem textos teóricos.

Diante desses dados, algumas questões nos chamam atenção em relação ao contexto. Primeiro, o fato de que a maioria dos textos são teóricos: além dos “ND”, as produções categorizadas como “Brasil” e “Goiás” são voltadas para uma análise de literatura.

Outra questão: 2 dos 4 textos que não são teóricos foram produzidos no momento em que a política do nome social estava sendo produzida e implantada em seus respectivos estados. O primeiro refere-se à tese de Lima (2013) que, como já citado, se debruçou na análise da política do nome social no Pará. Já o segundo é a dissertação de Cavalcanti (2016), intitulada “Sobre Nós (des)organizados: pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans\* na UFPE”, na qual a autora traçou um percurso sobre a criação da política de nome social na UFPE.

Além dessas questões anteriormente levantadas, nos debruçamos a respeito da identidade de gênero das/os autoras/es. Por esta ser uma pesquisa voltada para a identidade de gênero, acreditamos que gênero seja uma categoria de análise importante para explanarmos.

Tabela 4 – Número de pessoas em relação à identidade de gênero

<b>Identidade de gênero</b>	<b>Número de pessoas</b>
Mulheres	14
Homens	4

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível perceber, a quantidade de autoras/es é maior que a quantidade de produções encontradas. Isso ocorre porque alguns artigos foram escritos por mais de uma pessoa. Outro ponto importante a ser destacado é que a classificação entre “mulheres” e

“homens” se deu a partir do nome identificado no texto, forma como a pessoa se posicionava em sua escrita em relação à identidade de gênero, mas também como o nome aparecia no Currículo *Lattes*.

Apesar dos textos encontrados estarem circunscritos na chamada terceira geração dos estudos de gênero na psicologia – caracterizada principalmente pela maior presença dos homens, dos estudos sobre masculinidades, teoria queer e diálogo com movimentos sociais – (BEIRAS; NUERNBERG; ADRIÃO, 2012), podemos observar a diferença quantitativa entre as produções escritas por mulheres e homens. É relevante salientar que esses quatro homens produziram juntos um artigo, os outros oito textos foram escritos por mulheres. Uma pista possível para esses números é o fato de a psicologia ser uma área ocupada em sua maioria por mulheres (JESUS; GALINKIN, 2015).

Além disso, dessas/es 18 autoras/es, apenas 2 são mulheres trans\*. Este é só um dos apontamentos existentes para pensarmos como a academia ainda é um espaço cisnormativo. Segundo viviane vergueiro (2015, p.86), nossas existências são descritas a partir de um ideal cisgênero, o qual nos classifica, desumaniza e nos priva à imposição catequização colonial cristã. Diante disso, ainda segundo a autora, “compreender estas localizações historicamente situadas pode colaborar para compreensões críticas sobre as instâncias em que nossos conhecimentos são desacreditados”.

### 2.3 APRESENTANDO A COLCHA DE RETALHOS: NARRATIVAS SOBRE O TECER

Iniciamos esta seção traçando um paralelo entre a confecção de uma colcha de retalhos com o processo de revisão de literatura, indicando que ambos necessitam de cuidado na escolha dos materiais e no movimento de tecer um diálogo entre eles. Souza (2010), sinaliza que, no processo de montar os quadrados da colcha e tecê-los, é necessário escolher um tema e buscar um equilíbrio do conjunto.

Partindo dessa metáfora, inicialmente, realizamos o movimento de ler cada produção individualmente em busca de um tema central. Em seguida, procuramos identificar o que havia de comum entre elas, estabelecendo dois temas centrais: 1) Experiências trans\* em instituições de ensino; 2) Debate de gênero e sexualidade na formação em psicologia. É necessário destacar que essa divisão serviu apenas como um guia de escrita e não como separação de textos, ou seja, como será possível observar, alguns dos textos trazem questões importantes sobre as duas temáticas.

Se cada retalho de tecido conta uma história, o processo de costura entre eles remete a uma ideia de diálogo. É importante que esses retalhos dialoguem entre si. A partir dessa metáfora, nesta subseção, vamos tecer as produções encontradas.

#### 2.4 EXPERIÊNCIAS TRANS\* EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Nesta subseção iremos dialogar com as produções que se debruçaram sobre as experiências de pessoas trans\* em instituições de ensino. É importante pontuar que dos textos encontrados, apenas dois falam especificamente dessas experiências nas universidades. Dessa forma, inicialmente, é importante discutir sobre as experiências trans\* nas escolas para que seja possível compreender esse percurso até as universidades.

É fundamental ressaltarmos que utilizamos o termo *experiências*, no plural, para evidenciar a multiplicidade de vivências, corpos, discursos, enfim, de ser e estar no mundo enquanto pessoa trans\*. Sobre isso, Flávio de Oliveira Natal-Neto, Geovani da Silva Macedo e Pedro Paulo Bicalho (2016) destacam que a *experiência transexual*, no singular, nos direciona para uma tentativa de homogeneização, um dos modos possíveis de criminalização das subjetividades. Dessa forma, apostar no plural é romper com narrativas patologizantes.

Tais autores desenvolvem em seu ensaio sobre o processo de criminalização das identidades trans\* nas escolas. De acordo com eles, esse processo não está necessariamente ligado a uma tipificação penal, mas indica a criação de critérios de estigmas e periculosidades que geram a construção de políticas do medo e marginalização social.

Partindo disso, os autores fazem uma breve análise, com base em Foucault, de como as sexualidades e as identidades de gênero não hegemônicas são criminalizadas com a construção de “verdades” que engendram comportamentos ditos normais e punem aqueles que fogem da norma. Tais verdades são construídas e reforçadas por instituições como a família, igreja, medicina e a própria psicologia.

Nesse cenário, a escola aparece como um espaço de dualidade. Por um lado, há um “pacto silencioso” sobre as questões de gênero e sexualidade e, por outro, há um reforço da norma (NATAL-NETO; MACEDO; BICALHO, 2016). Como exemplo, os autores destacam os discursos sobre vestuários adequados, formas de comportamentos aceitos ou não por professoras/es de acordo com o gênero e sexualidade, entre outros. Aqueles que não internalizam e não seguem as “regras do jogo” são punidos pela escola.

As pessoas trans\*, rompendo com a lógica hegemônica de gênero, vão de encontro a essas normas, sofrendo diversos tipos de punições de professoras/es, alunas/os,

coordenadoras/es, funcionárias/os e os demais membros que constituem o ambiente escolar. Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016, p.83), destacam que

Os professores, por muitas vezes, culpabilizam a vítima de transfobia em casos de violência na escola, quando conversam com estes alunos para saber quais atitudes levaram os demais alunos a agredi-los ou chamariam os pais do aluno agredido. Isso deixa claro o quanto a criminalização da transexualidade age nas escolas, podendo acontecer através de todos os membros que constituem uma escola.

Robson Batista Dias (2015), em sua dissertação intitulada de “Identidade de gênero trans e contemporaneidade: representações sociais nos processos de formação e educação” também nos mostra algumas pistas sobre essa discussão. Segundo o autor, as *representações sociais* das pessoas trans\* sobre a escola, a escolarização e a formação apontam para violências sofridas nas instituições escolares pelos professores que, dentro de sala de aula, reproduzem discursos normalizadores.

O autor, ao entrevistar seis pessoas trans\*, sendo três homens e três mulheres, traz uma reflexão sobre a diferenciação dessas experiências no espaço escolar. De acordo com Dias (2015, p. 109),

Enquanto no período escolar fundamental as chacotas e humilhações são recorrentes a todos, ela afeta mais diretamente as mulheres trans, visto que em nossa sociedade o papel masculino é sempre tido como símbolo de força, daquilo que se deve ser. Desse modo, homens biológicos que se aproximam do feminino são rechaçados, enquanto o contrário, ainda que não bem aceito, é enaltecido e visto como sinal de força, de superioridade. Podemos encontrar aí uma explicação para a evasão das mulheres trans ser mais alta que a dos homens, uma vez que, como observamos, são elas que não chegam aos bancos da academia.

Analisar as experiências de mulheres trans\*, travestis e homens trans\*, pautando-se a partir da comparação entre elas, torna-se um movimento que precisamos complexificar. O primeiro ponto a ser discutido é a respeito da afirmação de que mulheres trans\* têm uma taxa de evasão mais alta do que a dos homens trans\*.

Segundo dados da Secretaria de Educação de Pernambuco<sup>8</sup>, no ano de 2019, 151 pessoas trans\* solicitaram o nome social na rede estadual de ensino, das quais 50 (33,1%) foram de homens trans\* e 101 (66,8%) de mulheres trans\* e travestis. Em relação à evasão, o número de mulheres trans\* e travestis que foram expulsas do ambiente escolar foi de fato maior do que o de homens trans\*: 7% eram mulheres trans\* e travestis e 3% homens trans\*. Contudo, podemos

---

<sup>8</sup> Os dados foram obtidos mediante solicitação à Gerência de Políticas em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania (GEIDH) do Estado de Pernambuco.

observar que, apesar do número de expulsão de mulheres trans\* e travestis ser maior, também é maior a quantidade de solicitações para o nome social por parte delas.

Tais dados ainda podem ser mais complexificados se formos analisar o número de reprovações. De acordo com a Secretaria, ainda em 2019, 13 (12,8%) mulheres trans\* e travestis reprovaram, enquanto 6 (12%) foram homens trans\*. Apesar do esforço de buscar traçar esse debate em dados, fatores importantes, como aceitação por parte da família, raça, classe social e *passabilidade*<sup>9</sup>, por exemplo, acabam sendo esquecidos. O fato é que esse debate pautado em uma comparação é atravessado por diversas linhas e necessita de um aprofundamento ainda maior que não é possível ser feito nesta dissertação.

Além disso, Dias (2015) justifica essa diferenciação a partir da ideia de que o “papel masculino” na sociedade é enaltecido e o “papel feminino” seria rechaçado por se colocar contrário à ideia de força e superioridade na qual o masculino é visto. De fato, de acordo com Pierre Bourdieu (2017, p. 18), “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la”.

Desse modo, evidencia-se que a visão androcêntrica está atrelada à cisheteronormatividade, ou seja, o masculino exaltado pela sociedade é o cisgênero, heterossexual e branco. Dessa forma, mesmo que os homens trans\* performem uma masculinidade, esta não será enaltecida, ao contrário, será invalidada por não seguir a norma linear pênis-masculino-homem.

Outra questão é sobre a utilização do termo “evasão”. Segundo Lima (2013), ao analisar a inclusão/permanência de pessoas trans\* nas escolas, é necessário levar em consideração diversos fatores internos e externos ao ambiente escolar. Como fator externo, a autora exemplifica que muitas pessoas trans\*, ao assumirem a transexualidade/travestilidade para a família, são expulsas de casas tendo que recorrer a trabalhos como a prostituição. Com isso, a escola se torna um horizonte cada vez mais distante.

No que se refere a fatores internos, a pesquisadora aponta sobre a “homofobia”<sup>10</sup> que atravessa o ambiente escolar, impossibilitando o reconhecimento das travestilidades e

---

<sup>9</sup> Passabilidade, ou mais especificamente passabilidade cis, é um termo utilizado pelo movimento trans\* para se referir a uma performance que mais se aproxima das prescrições binárias de gênero, ou seja, quando uma pessoa trans\* é socialmente identificada como uma pessoa cisgênera (que muitos definem, de forma absurdamente preconceituosa, como homem ou mulher “de verdade”). Esse efeito de verdade é um processo complexo e que gera amplos e tensos debates tangenciando aspectos de privilégios, estratégias de resistências e jogos de existência que não cabem nesta dissertação.

<sup>10</sup> Termo utilizado pela autora, contudo, acreditamos ser redutor por não abarcar violências sofridas por pessoas bissexuais e trans\*.

transexualidades como formas possíveis de estar no mundo. Como consequência há o não respeito ao nome social e a proibição do uso do banheiro a partir do gênero identificado (LIMA, 2013).

Diante desses fatores, quando tratamos das experiências trans\* em instituições de ensino a terminologia “evasão” acaba não sendo adequada por remeter a um processo individual. As instituições escolares expulsam frequentemente as pessoas trans\* ao não respeitarem suas identidades e alimentarem as engrenagens que tornam essas experiências precárias.

Uma das estratégias encontradas para tentar combater esse processo de exclusão foi a utilização do nome social. Após embates dos movimentos sociais, em 2018, como já citado, foi lançada a Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018, que trata do direito à utilização do nome social por pessoas trans\*.

Apesar de Lima (2013) traçar uma análise mais específica sobre os efeitos da política do nome social como estratégia de inclusão escolar de pessoas trans\* no estado do Pará, é possível ampliar para o debate no contexto brasileiro. Segundo ela, a criação da portaria do nome social por si só não garante a inclusão/permanência de pessoas trans\* nas escolas.

Além disso, Lima (2013) destaca efeitos de subjetivação que a portaria causa, os quais geram capturas identitárias, assim como possibilidades de resistência. No que tange às capturas identitárias, a autora retrata o fato de que é necessário “se assumir” enquanto travesti ou transexual para garantir o nome social. O problema em questão do “se assumir” seria os mecanismos de controle que estão atrelados a categorias identitárias. É necessário seguir um *script* do “ser homem”, “ser mulher”, e quando falamos a respeito das identidades trans\* esse mecanismo está associado a uma lógica médico-patológica.

Em relação às possibilidades de resistência, a portaria do nome social pode produzir tais ferramentas no sentido de reconhecimento das diferenças e da série de constrangimentos sofridos pelas pessoas trans\* em ambientes escolares (LIMA, 2013). Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016) complementam essa ideia quando advogam que um dos possíveis efeitos da criminalização, além da estigmatização, também é a produção de visibilidade.

Cavalcanti (2016), em sua dissertação, se propôs compreender a construção da política do nome social da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como objetivo principal analisar as relações das pessoas trans\* com a instituição de ensino superior. Considerando que algumas das pessoas que dialogamos nesta dissertação estudam na UFPE, cabe a nós nos debruçarmos mais a fundo sobre o debate trazido pela autora.

Segundo Cavalcanti (2016), ao discutirmos sobre nome social é importante nos atentarmos a dois cenários: 1) compreender a materialidade que os nomes carregam a partir do

caráter performativo da linguagem; e 2) prestar atenção ao jogo político que se apropria dessa pauta, considerando-a uma “moeda de barganha”.

Entre os anos 2014 e 2015, a UFPE foi palco de debates, campanhas e mobilizações em favor da construção de políticas afirmativas para a população LGBT. Cavalcanti (2016) nos lembra que, nesse mesmo período, mais de vinte universidades públicas no Brasil já haviam criado seus próprios estatutos internos a respeito da utilização do nome social.

No decorrer da sua dissertação, a autora relata que, em 2014, um aluno trans\* procurou a Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROCAD/UFPE) para solicitar o nome social e teve como resposta que “não havia demanda para essa questão”. Em setembro daquele mesmo ano, um jornal da região publicou a respeito da ausência da política do nome social na UFPE. Nesse período, o aluno já havia trancado o curso em decorrência das transfobias sofridas.

Em janeiro de 2015, já havia toda uma repercussão midiática da aprovação de Maria Clara Araújo no curso de pedagogia. Um mês depois é lançada a primeira portaria sobre nome social na UFPE, a qual continha, segundo Cavalcanti (2016), erros graves. Naquele momento, alguns alunos e alunas se reuniram junto com docentes de psicologia e elaboraram uma nova portaria lançada em março de 2015.

Cavalcanti (2016) prossegue com outros eventos que envolvem a questão da portaria do nome social, mas destacamos aqui o fato de que foram docentes de psicologia que colaboraram para a construção desse novo documento. Além disso, 5 anos após o lançamento dessa portaria, em 2020, tivemos a primeira travesti laureada na UFPE e foi do curso de psicologia.

Em entrevista à Agência de Notícias (Ascom) da UFPE, Verônica Valente relatou que “apesar de a UFPE contar com uma Política LGBT, o preconceito é estrutural [...]. O processo foi bem sofrido. A láurea é simbólica e serve para mostrar a outras pessoas que é possível (AMARAL, 2020, *on-line*)”. A respeito disso, Agreli (2017) retrata que é comum em pessoas de sexualidades e gêneros não hegemônicos a persistência em um projeto de vida para não se tornarem “corpos abjetos”, e a formação acadêmica aparece como uma expectativa para a realização de tal projeto. Contudo, segundo a autora:

Ao iniciar os estudos na Universidade, os relatos remetem a injúrias, insultos e transfobia. As colaboradoras referem-se à frustração por terem criado a expectativa de serem incluídas: por entenderem que a Universidade seria uma instituição de conhecimento e produção de saberes e cultura, havia a expectativa de um encontro com sujeitos, fossem docentes ou colegas, que não compactuassem com discriminações e preconceitos (AGRELI, 2017, p. 151).

Podemos observar que, apesar de estratégias de políticas de inclusão, como no caso a política de nome social, esta por si só não protege as pessoas trans\* de vivenciarem transfobia

nesses espaços. Além disso, através das produções encontradas, podemos perceber que não há muitas diferenças dessas violências se formos pôr em paralelo o ambiente escolar e a graduação.

## 2.5 DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Tendo em vista que buscamos, no decorrer desta dissertação, compreender as experiências de pessoas trans\* não apenas no ensino superior, mas especificamente na graduação de psicologia, procuramos identificar o que as literaturas traziam sobre a formação. Diante disso, vamos dialogar, nesta subseção, com as produções que versaram sobre as questões de gênero e sexualidade na formação em psicologia.

Inicialmente, é importante compreendermos de que maneira a psicologia foi acionada em seu surgimento. Segundo Lima (2013), a psicologia é herdeira de uma tecnologia de si, inaugurada pelo cristianismo, que aponta a existência de um núcleo central desconhecido pela própria pessoa, necessitando, assim, de um guia, seja um padre ou um psicólogo, para ajudar a decifrar a si mesmo.

A partir desse saber privilegiado acerca da subjetividade, a psicologia se fundamentou por longos anos, e ainda se fundamenta, em saberes que reproduzem o binômio do normal-patológico (ROSEIRO; BERNABÉ; CASTELLO, 2016). Nessa perspectiva, caberia ao sujeito “confessar” sobre si mesmo e seus desejos a/ao psicóloga/o para que a/o mesma/o pudesse guiá-lo ao caminho da norma.

As questões de gênero e sexualidade foram capturadas por essa ótica. De acordo com Amana Rocha Mattos e Maria Luiza Rovaris Cidade (2016), historicamente a atenção dada pela psicologia sobre essa temática foi a partir de uma matriz heterossexual e cisgênera. Essa captura fundada pelo ideal cisheteronormativo produziu, e continua produzindo, a universalização e naturalização de determinados modos de ser e a patologização das diferenças (MATTOS; CIDADE, 2016).

Essas autoras se propuseram, em seu artigo, analisar a reiteração da cisheteronormatividade nas teorias psicológicas, em especial, no campo da teoria do desenvolvimento – dando destaque à teoria de socialização do gênero. Segundo Mattos e Cidade (2016), é na Modernidade que a perspectiva desenvolvimentista se consolidou para explicar, diagnosticar e cuidar dos sujeitos “desviantes”.

Podemos citar como exemplo dois representantes das disciplinas “psis” responsáveis pela categorização identitária das pessoas trans: John Money e Robert Stoller (LIMA, 2013). O primeiro utilizou pela primeira vez o termo *gênero*, em 1955, referindo-se às diferenças sexuais

entre as pessoas. Como sinaliza Lima (2013), para Money, o gênero e a identidade sexual poderiam ser moldados até os 18 meses de vida, ou seja, você poderia “ensinar” a criança seu gênero.

Já Stoller, psiquiatra e psicanalista norte-americano, ficou conhecido por criar, em 1964, o conceito de *identidade de gênero*. Segundo ele, essa identidade é fixada entre os dois e três anos de idade, sendo possível, então, nessa faixa etária, detectar o “verdadeiro transexual”. Conforme aponta Lima (2013, p. 60), no livro *A experiência transexual*, Stoller afirma que pessoa transexual sente “a mais poderosa inveja do pênis”.

Esses discursos se reatualizam nos manuais de psicologia, como salientam Mattos e Cidade (2016). As autoras, ao analisarem o manual de psicologia de Lindzney, Hall e Thompson, mais especificamente o capítulo dedicado à temática do comportamento sexual humano, apontam que

Encontramos uma série de pressuposições que indicam como teorias desenvolvimentistas vêm tratando o gênero e a sexualidade: a pressuposição de equivalência entre sexo biológico e gênero; a associação da atividade à masculinidade e da passividade à feminilidade, justificada biologicamente [...], a inevitabilidade da cisgeneridade – e a consequente patologização das “anomalias” que não se enquadram nessa regra (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 139).

Mattos e Cidade (2016) ressaltam ainda que são as narrativas desses manuais, juntamente com teorias que reforçam dualidades (inato/adquirido; natural/cultural; feminino/masculino), que são amplamente utilizadas em cursos de formação em psicologia. Outros dois artigos reforçam esses apontamentos feitos pelas autoras. O primeiro deles é o de Borges *et al.* (2013), ao analisarem os sentidos sobre gênero e sexualidade nas produções acadêmicas dos programas de graduação e pós-graduação do curso de psicologia da PUC/Goiás. As autoras observaram que tais discursos operam sob duas óticas: empiricista e pós-moderna.

Contudo, a pesquisa mostrou que os estudos de gênero e sexualidade, no período entre 1993 e 2008, ainda permaneciam à margem no curso de psicologia. Além disso, a maior parte das discussões dos textos encontrados – em sua maioria pautados em uma visão empiricista – são a partir de um viés essencialista e biologizante (BORGES *et al.*, 2013). É importante pontuar que as autoras utilizaram como termos de busca *gênero*, *sexualidade* e *homossexualidade*. Elas não encontraram nenhum texto específico que se referisse à temática trans\*, como também não fizeram nenhuma crítica sobre essa ausência.

Jaqueline Gomes de Jesus e Ana Lúcia Galinkin (2015) também realizaram uma revisão bibliográfica. Em sua produção, as autoras buscaram analisar o conceito de gênero em artigos voltados para a psicologia social brasileira. Para tanto, fizeram uso de três bases de dados e do

Google, tendo como recorte revistas nacionais e artigos publicados no período de 1988 a 2012 de autoria de psicólogas/os sociais.

Ao utilizarem os termos *psicologia social* e *gênero*, além de *mulher*, *homem*, *homossexualidade* e *transexualidade* como termos secundários, as autoras ressaltam que a psicologia social tem produzido aquém de suas possibilidades sobre gênero. Segundo as autoras, quando o conceito de gênero é abordado, na maioria das vezes, é a partir de estereótipos do senso comum pautados na polarização do gênero, androcentrismo, essencialismo biologicista.

Segundo Borges *et al.* (2013), os discursos acadêmicos, além de servirem para a difusão de conhecimento, constroem um campo discursivo próprio que operam, muitas vezes, a partir do estatuto de verdade. São esses discursos que circulam e se reatualizam na formação em psicologia. Sobre isso, Maria Carolina Roseiro, Marina Bernabé e Naiara Castello (2016, p. 202) apontam que “a graduação oferece concepções insuficientes, omissas ou prejudiciais quanto a diversidade sexual, gênero e sexualidade”.

Roseiro, Bernabé e Castello (2016), ao discutirem a necessidade de formação continuada de profissionais de psicologia para trabalhar com a temática de gênero e sexualidades dissidentes, sinalizam algumas questões sobre a formação. Segundo elas, os currículos de graduação de psicologia continuam sendo instrumento vertical do pensamento heteronormativo, falocêntrico e binário.

Ainda segundo as autoras, podemos observar avanços no que diz respeito às regulamentações do Conselho Federal de Psicologia, a exemplo da Resolução CFP nº 01/2018 (que versa sobre as normas de atuação em relação ao atendimento às pessoas trans\*), e da Resolução CFP nº 10/2018 (que dispõe da inclusão do nome social na carteira de identidade profissional). Contudo, ainda há uma escassez na formação sobre os estudos das dissidências sexuais e de gênero. Isso pode ser justificado, de acordo com elas, pelo fato de os discursos nesses espaços muitas vezes serem baseados no senso comum, moralismo religioso e pressupostos acadêmicos.

Apesar disso, a psicologia, enquanto saber-poder, pode ser um instrumento potente para se contrapor à patologização das dissidências sexuais e de gênero. Para tanto, é necessário utilizar o currículo como instrumento político e não como prática regulatória (ROSEIRO; BERNABÉ; CASTELLO, 2016).

Apostar em uma psicologia, principalmente na formação dessa ciência e profissão, como dispositivo institucional de fissura nas narrativas normativas a respeito das identidades de gênero dissidentes é uma saída possível. De acordo com Mattos e Cidade (2016), trazer o

transfeminismo à cena é uma potência necessária para a construção de práticas e saberes despatologizantes que auxiliam na construção de críticas capazes de visibilizar a cisheteronormatividade nos campos psis.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesta seção iremos nos debruçarmos sobre as tramas da costura adotada na construção e desenvolvimento da metodologia aqui traçada. Dessa forma, é importante situarmos quais foram os recortes, linhas, pontos e emendas produzidas em nossa colcha metodológica, com o devido rigor. Como apontam Spink e Lima (2013), o rigor metodológico é centrado na visibilidade dos argumentos que irão sustentar as tomadas de decisões, como também nos limites e nas possibilidades dos procedimentos adotados. Assim, a partir da visibilidade das escolhas tomadas, é possível que outras/os pesquisadoras/es possam dialogar com os resultados (ou as narrativas desenvolvidas) encontrados.

#### 3.1 O ATO DE COLOCAR OS ÓCULOS: O FAZER PESQUISA A PARTIR DAS LENTES DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Edna Granja (2015) nos sinaliza que o exercício de escolha do objeto e do problema de pesquisa é semelhante a colocar óculos, uma vez que tais escolhas são atravessadas pela forma com que o/a pesquisador/a decide olhar para as teorias, os conceitos, o “fazer pesquisa”. Diante disso, olhamos para esse processo dissertativo a partir das lentes do construcionismo social.

Segundo Emerson Rasera e Marisa Japur (2005), não é possível traçar uma definição única do que seria o construcionismo social, muito menos um ponto datado historicamente de quando ele surgiu. O que se pode afirmar é que a história do construcionismo está entrelaçada com o contexto do desenvolvimento científico. Ele surge como uma postura crítica, uma concepção alternativa, sobre o fazer científico.

Mary Jane Spink e Rose Mary Frezza (2013) afirmam que o construcionismo emerge como resultado de três movimentos: na filosofia, como uma crítica ao representacionismo; na sociologia do conhecimento, como oposição à retórica da verdade; e, na política, a partir de uma crítica social.

A crítica ao representacionismo parte do pressuposto de que o conhecimento não é um reflexo de como o mundo se apresenta. Segundo Spink e Frezza (2013), o conhecimento é resultado de artefatos sociais, é algo que é feito a partir das trocas, interações – disputas, negociações, conflito, consenso – entre as pessoas. É um processo coconstruído, cultural e historicamente situado.

Se o conhecimento é um processo construído a partir de trocas sociais, a ideia de que exista uma “verdade absoluta” não se sustenta nessa perspectiva. A verdade seria, então, a

verdade das nossas convenções, dos critérios socialmente estabelecidos (SPINK; FREZZA, 2013). Tais regimes de verdade servem como uma forma de manutenção de certas tradições, instituições, que determinam formas de viver e agir no mundo (RASERA; JAPUR, 2005). Não são verdades pré-discursivas, mas ainda verdade como efeitos. Diante disso, como apontam Spink e Frezza (2013, p.13), “o que a postura construcionista reivindica é a necessidade de remeter a verdade à esfera ética; pontuar sua importância não como verdade em si, mas como relativa a nós mesmos”.

Ainda sobre as aproximações das posturas construcionistas, Rasera e Japur (2005) apontam algumas implicações resultantes dessas críticas: o antiessencialismo, o antirrealismo, a linguagem como ação, o foco dado nas interações e nas práticas sociais e o foco no processo. Segundo esse autor e essa autora, a partir da postura que o construcionismo adota sobre o conhecimento ser uma construção social, ele se põe contrário a uma visão essencialista de que há uma essência interior que possa explicar e determinar as coisas como são, sejam essas determinações biológicas ou culturais. Com isso, também não haveria uma apreensão direta da realidade, o conhecimento científico não revelaria a verdadeira natureza das coisas, uma vez que o conhecimento, como já citado, é resultado de processos sociais.

Nessa perspectiva, a linguagem seria, então, ação. Para Rasera e Japur (2005), os construcionistas não tomam a linguagem como algo passivo, de transmissão de informações, mas sim como uma construção ativa do mundo considerando seus aspectos performáticos. Dessa forma, o que interessa para os construcionistas é o processo no qual as coisas são continuamente construídas a partir das relações entre as pessoas. O foco se dá na interação, nas práticas sociais, nas negociações (RASERA; JAPUR, 2005).

Diante disso, as *práticas discursivas* e as *produções de sentidos* são o foco central de análise no construcionismo. As práticas discursivas, segundo Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013), são entendidas como linguagem em ação, a forma pela qual as pessoas produzem sentidos e se posicionam socialmente. O sentido seria também uma construção social – sempre historicamente datado e culturalmente localizado – por meio do qual as pessoas compreendem e lidam com as situações e os fenômenos sociais (SPINK; MEDRADO, 2013).

Uma das unidades da construção das práticas discursivas são os *repertórios interpretativos*. Esse conceito foi formulado inicialmente por Jonathan Potter e Margaret Wetherell, como apontam Sérgio Aragaki, Pedro Piani e Mary Jane Spink (2014), e foi definido como os dispositivos linguísticos que utilizamos para construir, caracterizar, avaliar versões das

ações, eventos e outros fenômenos. Ou seja, são elementos que apreendemos ao longo da vida e utilizamos para produção de sentidos.

Posteriormente, esse conceito foi reformulado por Mary Jane Spink, sendo denominado de *repertórios linguísticos*, ou apenas *repertórios*, com o intuito de ressaltar as unidades (termos, figuras de linguagens, lugares comuns, entre outros) de construção das práticas discursivas (ARAGAKI; PIANI; SPINK, 2014). Assim, é através da análise dos repertórios que podemos analisar e dar visibilidade as permanências e contradições dos sentidos produzidos, assim como compreender as versões de realidades produzidas pelas/os interlocutoras/es. Dentre as variadas possibilidades de objetivos que uma pesquisa pode ter utilizado como ferramenta os repertórios, cabe destacarmos que, para a presente dissertação, buscaremos, através desse conceito, “entender os posicionamentos e as relações de poder presentes em um tema e/ou campo específico (científico ou não) e as controvérsias daí decorrentes” (ARAGAKI; PIANI; SPINK, 2014, p.231).

De acordo com Spink e Medrado (2013), a partir do trabalho com as práticas discursivas, as/os pesquisadoras/es perceberam a necessidade de trabalhar a partir da interface de três tempos históricos: o longo, o vivido e o curto. O primeiro refere-se aos conteúdos culturais que são construídos e definidos ao longo da história. Já o segundo ocupa-se das linguagens, dos sentidos, apreendidos nos processos de socialização. O terceiro seria, então, o tempo da interanimação dialógica, pelo qual se é possível entender as produções de sentidos. Nele se faz presente a combinação de vozes do tempo longo e do tempo vivido (SPINK; MEDRADO, 2013).

Diante do apresentado, não buscamos, nessa dissertação, uma “verdade absoluta” ou produzir conhecimento amplo e generalizável do que seria a experiência de pessoas trans\* na graduação em psicologia. Primeiro por questionarmos a ideia de verdade absoluta, mas também por acreditarmos que compreender a experiência trans\*, no singular, seria mais uma forma de patologização dessas identidades, à medida que fixar-se-ia sua plasticidade e dinâmica diversa. O que tentamos desenvolver no decorrer dessa produção foi, a partir das narrativas – um tipo particular de prática discursiva com características relevantes para esta pesquisa – das/os nossas/os interlocutoras/es, compreender as tensões, negociações, disputas e contradições na produção de sentidos sobre identidades trans\* e psicologia.

### 3.2 TRANÇANDO NARRATIVAS: UMA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA A PARTIR DOS CONHECIMENTOS SITUADOS

Em consonância com a postura epistemológica embasada no feminismo em articulação com o construcionismo social, escolhemos pesquisar a partir de narrativas, tal como proposto por Marcel Balasch e Marisela Montenegro (2003). Essa proposta, de acordo com Tiago Corrêa (2020), se baseia no construcionismo social e tem sido desenvolvida, desde o final da década de 1990, no Grupo de Investigación FIC (Fractalidades en Investigación Crítica) – grupo com o qual o GEMA/UFPE mantém articulação –, do departamento de psicologia social da Universidade Autônoma de Barcelona.

Nicolas Grollmus (2015a) afirma que, desde a década de 1980, as narrativas vêm se tornando um objeto de interesse cada vez maior nas ciências sociais com o intuito de produzir conhecimento sobre a experiência humana. Porém, seus usos e suas definições raramente têm o mesmo sentido. Diante disso, é importante traçarmos um breve apanhado histórico da perspectiva narrativa para que possamos pontuar de qual conceito estamos utilizando.

Segundo Grollmus (2015a), os primeiros estudos sobre as narrativas se deram a partir da análise hermenêutica dos livros sagrados, como a Bíblia, o Alcorão e o Talmud. Posteriormente, a academia, principalmente dentro dos estudos literários, começou a se apropriar das narrativas a partir de uma análise estrutural, onde se ressalta, por exemplo, o artigo “Introdução a análise estrutural dos relatos”, de Roland Barthes, em 1966.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, as ciências sociais passaram observar as narrativas para além de um mero registro de dados (GROLLMUS, 2015a). Nesse momento, diferentes linhas são traçadas, porém todas com um ponto em comum: tradicionalmente a definição de narrativa estava centrada no indivíduo. Como exemplo disso, Grollmus (2015a) cita as perspectivas de: Polkinghome (1988 *apud* GROLLMUS, 2015a), que considerava as narrativas como um esquema cognitivo; Bruner (1991 *apud* GROLLMUS, 2015a), como uma forma de pensamento; e Kohler Riessman (2001 *apud* GROLLMUS, 2015a), como método de investigação sobre os relatos dos indivíduos.

Com o chamado *giro narrativo*, as narrativas passaram a ser vistas a partir de um olhar transdisciplinar. Assim, não se trata apenas de um relato individual, as questões socioculturais também começaram a ser consideradas:

Una narrativa es un esquema que permite al sujeto y a las comunidades organizar la experiencia para dotar significado a los objetos y sujetos que cohabitan con ellas, donde el esquema y la experiencia se implican mutuamente, dándose forma el uno al otro (GROLLMUS, 2015a, p. 122).

Portanto, quando falamos de narrativas estamos nos referindo a um processo de organização, significação e ressignificação das experiências a partir de um contexto sociocultural. Não se refere a uma representação e repetição de experiências passadas, mas, sim, emergem das experiências encarnadas, corporificadas (GROLLMUS, 2015b). Nesse sentido, autores como Grollmus (2015a; 2015b), Eric Peterson e Kristin Langellier (2006) propõem pensar a narrativa como um ato performativo.

Para dialogar sobre essa questão, os autores convocam a ideia de Judith Butler (2003) sobre *performatividade* nos estudos de gênero. Segundo a autora, não existem identidades pré-discursivas, ou seja, não há um núcleo de linguagem anterior que nos determine enquanto sujeitos. Com isso, o gênero, o corpo e a corporalidade são atos performativos que inscrevem as pessoas dentro de um campo discursivo de saber e poder.

Voltando-se para as questões das narrativas, Peterson e Langellier (2006) vão trazer que as narrativas são práticas corporizadas, ou seja, precisam de um corpo para serem construídas; há um corpo que performa a narrativa. Nesse sentido, “la performatividad haría su propio giro sobre la investigación con narrativas, en tanto la narrativa es creación y praxis al mismo tiempo” (GROLLMUS, 2015b, p. 34).

Pensar as narrativas como uma prática de comunicação corporizada implica compreender os processos de exclusão de algumas vozes no campo discursivo de saber-poder. Dessa forma, é importante se questionar: por que algumas narrativas são escutadas e outras não? Quais narrativas são escutadas? Quais narrativas são apropriadas no campo do saber científico?

Por meio dessas questões, alguns autores e autoras (GROLLMUS, 2015a; 2015b; MARTÍNEZ-GUZMÁN; MONTENEGRO, 2010) propõem que, na investigação crítica das narrativas, é necessário trazer uma motivação ética e política comprometida com a mudança social e com a emancipação do sujeito. Nesse sentido, segundo Nicolas Grollmus e Joan Tarrés (2015), é importante assumir posições políticas frente ao fazer científico que compreendam a pessoa como um sujeito ativo da investigação, a partir da qual se é possível produzir conhecimento por meio de outras vozes.

Em consonância com esse pensamento, Balasch e Montenegro (2003) propõem, a partir da posição epistemológica dos conhecimentos situados (HARAWAY, 2009), o olhar teórico-metodológico das *produções narrativas*. As produções narrativas surgem como uma resposta crítica ao debate do realismo-relativismo que gira em torno do conhecimento científico: para as

autoras, todo o conhecimento é gerado a partir de condições semióticas e materiais que dão origem a um olhar parcial sob o fenômeno.

Isso implica dizer que para as produções narrativas não há uma verdade sobre o objeto, não existe um olhar totalizante e universal do que está sendo pesquisado. O que está em jogo nessa visão são as conexões entre pesquisador e interlocutoras/es, as quais são sempre conexões parciais, localizadas e encarnadas.

Diante disso, esta proposta teórico-metodológica é baseada na coescritura – construção de um texto híbrido (MARTÍNEZ-GUZMÁN; MONTENEGRO, 2010) – entre o pesquisador e o/a interlocutor/a. Este texto coproduzido não visa constituir uma reorganização da experiência das/os interlocutoras/es, mas, sim, uma teorização da experiência que se articula na relação entre os/as participantes e o/a pesquisador/a.

Não se trata, portanto, de representar algo que está interno ao sujeito – a ideia de que existam “experiências pessoais” –, mas, sim, compreender as conexões, sentidos e experiências compartilhadas. Entender, nessa trama relacional, as tensões que se apresentam, as diferenças, os jogos de poder que se dão no compartilhamento de sentidos.

Para a produção do texto híbrido, inicialmente é realizada uma conversa-entrevista com o/a interlocutor/a. Em seguida, há a produção de um texto – utilizando recursos linguísticos próprios do pesquisador – com base nas principais ideias, temas e aspectos que foram abordados na narrativa e que são considerados relevantes para os objetivos da pesquisa (MARTÍNEZ-GUZMÁN; MONTENEGRO, 2010). Posteriormente, esse material é apresentado ao/à interlocutor/a, para que ele/ela possa analisá-lo, ampliando sua visão do fenômeno, podendo acrescentar ou omitir fragmentos do texto.

Dessa forma, são realizados, no mínimo, cinco momentos: 1) entrevista com o/a interlocutor/a; 2) escuta exaustiva da entrevista; 3) construção do texto narrativo por parte do pesquisador; 4) devolução do texto para análise do/a interlocutor/a; 5) diálogo entre o pesquisador e o/a interlocutor/a a respeito do texto coproduzido.

A construção do texto híbrido se daria, então, a partir da conexão dessas etapas. Ele é resultado do encontro de múltiplas vozes que se atravessam nos diálogos entre pesquisador e interlocutores/as. É uma organização e sistematização dos sentidos compartilhados nas entrevistas sobre o fenômeno em questão e que, em alguma medida, expressam naquele momento a visão do/a interlocutor/a sobre o fenômeno.

Através desses movimentos, as produções narrativas nos permitem ampliar nossa visão inicial do fenômeno estudado. Dessa maneira, é possível construir novas narrativas parciais

sobre o objeto. Diante disso, buscamos, nesta pesquisa, produzir contranarrativas sobre a temática da transexualidade na formação em psicologia, a partir do diálogo com pessoas trans\*. Não se trata de dar voz a essas pessoas, mas sim de produzir conhecimento a partir de outras vozes (GROLLMUS; TARRÉS, 2015). Ou seja, através das produções narrativas, intentamos produzir teoria sobre o fenômeno estudado a partir da coparticipação entre as/os interlocutoras/es e o pesquisador, rompendo com a ideia de “superioridade epistemológica”.

### 3.3 O CONTADOR DE HISTÓRIAS: DIÁLOGOS SOBRE CAMPO-TEMA E A TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR

Chegamos no ponto específico do texto no qual algumas/alguns leitoras/es esperam ler sobre os processos da pesquisa: como foi realizada a entrada no campo, os procedimentos de coleta de dados, quantas entrevistas foram realizadas, quais instrumentos utilizados... Para esses/as leitores/as, peço licença para frustrá-los/as. Nesta subseção, pretendemos contar a vocês uma história; uma história que começa muito antes desta dissertação ser pensada.

Contudo, antes de mais nada, é importante pontuarmos que não estamos aqui inventando a roda. Escrevemos esta subseção em diálogo com Spink (2003), a partir das inquietações geradas sobre a ideia de “campo” em pesquisas científicas.

Como aponta Spink (2003), o sentido de “campo” ou “pesquisa de campo” sofreu alterações no decorrer do tempo. Inicialmente, a ideia de campo se aproximava de uma visão antropológica tradicional ou da sociologia da Escola de Chicago na década de 1930, na qual o campo era o local onde o/a pesquisador/a ia para fazer suas observações e seus estudos (SPINK, 2003). Ou seja, o campo era um local circunscrito no qual o/a pesquisador/a precisaria estar para dizer que estava “em campo”.

Com o passar do tempo, a partir da influência dos pensamentos de Kurt Lewin, outros atravessamentos começaram a ser considerados como componentes do “campo”, a exemplo dos documentos diversos e dos meios de comunicação (SPINK, 2003). No que o autor chama de terceira fase, uma preocupação com a intersubjetividade em consonância com a ideia de linguagem e ação das discussões construcionistas começou a surgir, trazendo modificações nos sentidos sobre o termo *campo*. Esse conceito, então, deixou de ser visto como um lugar aonde se vai, delineado, circunscrito, e passou a ser entendido como a situação atual do tema, do assunto estudado, com toda sua materialidade e socialidade (SPINK, 2003).

O campo-tema é uma teia complexa de acontecimentos. É um campo de tensão, de negociação de sentidos, “é o argumento no qual estamos inseridos” (SPINK, 2003, p. 28). Não

sendo um lugar “separado”, para onde o/a pesquisador/a vai para fazer suas observações, o campo-tema é potencialmente múltiplo. É claro que, como aponta Spink (2003), se é permitido fazer negociações para acessar partes mais densas do campo, onde é possível estar mais presente de sua processualidade. Contudo, ainda segundo o autor, isso não significa dizer que estar em outras posições é estar fora do campo, afinal, “uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição” (SPINK, 2003, p. 28).

Nesse emaranhado complexo, o campo-tema, para a psicologia social, já se inicia quando o/a pesquisador/a se vincula com a temática. Após a vinculação, o que segue é a trajetória que, como aponta Spink (2003), pode alterar e reposicionar o campo-tema. Por isso, como apontamos no início desta subseção, a história aqui a ser contada se inicia antes do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

#### 4 POSICIONANDO MEMÓRIAS PARA DEFINIR UM CAMPO-TEMA

Para dar sentido a essa história que se conforma em forma de memórias, convido você, caro/a leitor/a, a regressar ao ano de 1994: marcado pela implementação do Plano Real e pela disputa presidencial entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Foi também em 94 que morreu o piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna e no qual ocorreu o famoso grito do “É tetra! É tetra! É tetra!” proferido pelo Galvão Bueno. Minha mãe, com suas superstições, não sabia se esse era um contexto ideal para um nascimento. Mas foi nesse cenário em que nasci.

Guardei o “mistério do sexo do bebê” durante sete meses da minha gestação (ou poderia dizer 20 anos?). Segundo minha mãe, a médica não conseguia ver meu genital para me nomear como “menina” ou “menino”. Decidiram, com isso, fazer um enxoval de cor amarela e com estampas de animais, assim estariam preparados para o “sexo” que viesse. Mais um ultrassom e, finalmente, o imperativo: “É menina!”.

Danielle Coelho Silva Brandão. Carrego comigo dois nomes da família da minha mãe, pois minha avó materna, como uma boa matriarca, não admitiria que suas/seus netas/os não carregassem seu sobrenome “Silva”. “Primeira neta” da família Brandão, também carrego comigo o nome do meu pai, Daniel. Um nome em disputa de sentidos e histórias. Carreguei comigo expectativas familiares depositadas no ato de nomeação (e até mesmo antes dele).

Nascido em Recife, em uma família majoritariamente branca e de classe média, vivi minha infância no bairro da Várzea. Queria ser goleiro como meu pai e usar maquiagem como minha mãe. Apesar da minha pouca memória sobre essa época, lembro com muito afeto da criança que fui. Sempre defendia como cor preferida o amarelo e sempre escolhia ser o Power Ranger dessa mesma cor nas brincadeiras; por essas decisões sempre ouvia, “mas amarelo é cor de menino ou de menina?”. Estava eu me preparando para o “sexo” que viesse?

Com a chegada da minha adolescência e juventude, percebi que o amarelo não se sustentava por muito tempo. Meus pais não estavam preparados para o “sexo” que viesse. Eu não estava preparado para responder se o amarelo era cor de menino ou de menina. A cisgeneridade, por um longo tempo, sempre foi a única opção de existência.

Meu terceiro ano do ensino médio foi marcado por decisões. Foi apenas em 2012, com 17 anos, que a transexualidade chegou para mim como conceito e possibilidade de existência. Foi também nesse ano que optei por psicologia como opção de curso no vestibular. Mas, para falar sobre minha história com a psicologia, preciso voltar ainda mais, antes do meu nascimento.

Sou filho de mãe psicóloga e pai graduado em psicologia, neto de avó (paterna) psicóloga. A psicologia sempre esteve presente na minha vida, seja em conversas diretas sobre a profissão, seja em visitas ao consultório da minha mãe, observando sua intensa rotina de trabalho. Com todos esses atravessamentos, de uma coisa eu tinha certeza: a psicologia não era para mim!

O desejo por essa profissão surgiu à medida que Daniel também foi surgindo. Criei um perfil falso na internet aos meus 10 anos e perdurou até os 17. Nesse período, ouvia das minhas amigas virtuais que meu caminho deveria ser a psicologia, pois eu tinha uma boa escuta. Aos 17 anos, o perfil falso foi descoberto por uma ex-namorada; Daniel, que só existia nesse espaço, deixou de existir.

Resolvi seguir o conselho das minhas amigas e me inscrevi em psicologia. Entrei no curso com a esperança de ser um espaço de liberdade, onde Daniel pudesse de fato se fazer existir. No primeiro período, em uma aula sobre tensões na psicologia, ouvi colegas de sala e professora debaterem se a transexualidade era inata ou adquirida. Estavam discutindo sobre minha existência, mas ninguém sabia. Essa foi a única disciplina obrigatória que tocou sobre o assunto, na grade curricular só havia uma disciplina eletiva sobre gênero e sexualidade, raramente ofertada.

No quarto período, conheci uma travesti que tinha acabado de entrar no curso; “ser travesti na universidade é ter que estar o tempo todo mostrando que é capaz, ninguém acredita no meu potencial, tenho que ser sempre a melhor”, ela me contou. Vi essa colega sofrer transfobia ao tentar usar o nome social, vi professores a tratando no masculino e a instituição não tomar medidas perante a isso.

No quinto período, participei de uma campanha de comunicação da UFPE sobre nome social e com isso passei a me apresentar como homem trans. Deixei de usar o banheiro feminino, mas também não usava o masculino com medo de sofrer violência. Tentei solicitar o nome social, mas o processo durou meses e, mesmo com a campanha, ainda tinha quem me chamasse pelo nome civil. Pensei em desistir, várias vezes e diariamente. Na apresentação do relatório de estágio, aquele mesmo professor que tratou minha amiga no masculino estaria na banca. A ansiedade me tirou o ar. Todos os trabalhos apresentados foram elogiados, menos o meu, sequer citado por esse professor.

Na tentativa de buscar respiro dentro da psicologia, aproximei-me de espaços nos quais minha existência era potência. Em 2015, me aproximei do Conselho Regional de Psicologia

(CRP-02) através do Grupo de Trabalho em Gênero e Sexualidade. Nele, conheci Céu Cavalcanti, psicóloga, e passei a compreender a importância de ocupar espaços como esses.

Em 2016, cursei uma disciplina que tinha como temática as discussões sobre família e psicologia, ministrada pelo professor Benedito Medrado. Nela, fiz meu primeiro trabalho sobre transmasculinidades. Em 2017, ingressei no Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE) e comecei a fazer pesquisas sobre a temática LGBT, voltando-me, mais especificamente, para o desenvolvimento da minha monografia, para o campo da saúde e das transmasculinidades.

Ocupar espaços como o GEMA e o CRP-02 me possibilitou conhecer pessoas trans\*, estudantes e profissionais de psicologia e me aproximar mais dos estudos e do campo de pesquisas e ativismo em gênero e sexualidade. Quanto mais trocávamos nossas experiências, quanto mais conhecia pessoas, espaços, leituras, mais meu desejo por essa temática aumentava. Entrei para o PPGPsi com um pré-projeto ainda voltado para o campo da saúde, mas a partir de diálogos com meu orientador, Benedito Medrado, percebemos que as questões que me mobilizavam naquele momento tinham relação mais direta com a temática da identidade de gênero na educação, mais especificamente, na formação em psicologia.

Circunscrever a temática e me debruçar sobre ela me fez revisitar minha experiência na graduação em psicologia e me impulsionar a também produzir minha narrativa, entre experiências nem sempre muito agradáveis ou tranquilas. Paralelamente, me lembrei das trocas com colegas trans\* psicólogos/as e estudantes, buscando aproximações e pontos de tensão em nossas experiências. Meu campo-tema havia ganhado corpo. Um corpo devir, contínuo e multitemático, composto por nós de pessoas ausentes, presentes, pessoas e memórias coletivas (SPINK, 2003).

#### 4.1 A HISTÓRIA DOS ENCONTROS E DESENCONTROS: DIALOGANDO COM AS/OS INTERLOCUTORAS/ES

Pretendemos, nesta subseção, tecer os pontos nos quais a minha história se conecta com as dos/as interlocutores/as. Inicialmente, tenho que dizer que conhecia a maioria das (senão todas as) pessoas trans\* estudantes de psicologia de Recife. Infelizmente ainda somos poucos ocupando esses espaços. Mas, para além disso, estar em um núcleo de pesquisa conhecido por trabalhar as temáticas de gênero e sexualidade, como também compor a coordenação da Comissão Temática de Gênero e Sexualidade do CRP-02, me possibilitou estar em um lugar de visibilidade e conhecer essas pessoas.

Foi no dia 29 de janeiro de 2020, no auditório do CRP-02, que senti meu campo-tema em ebulição. Nessa data, a Comissão de Gênero e Sexualidade, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, realizou uma oficina intitulada “Trans-formando a Psicologia”, sobre a qual comentei brevemente no início desta dissertação<sup>11</sup>. Esta tinha como objetivo dialogar com psicólogos/as e estudantes de psicologia trans\* sobre suas experiências como profissionais e estudantes.

As trocas geradas na oficina me ajudaram a refletir ainda mais sobre a temática. Além disso, também foi nesse momento que minha dissertação começou a ganhar corpo e comecei a dialogar sobre ela para além dos muros da universidade. No final da oficina, conversei com Vênus e Viper sobre a temática da minha pesquisa, questionei se elas aceitariam ser minhas interlocutoras e ficamos de conversar com mais calma posteriormente.

De forma indireta, a oficina também me proporcionou dialogar com mais dois interlocutores. Fabi e Yan chegaram a mim para perguntar como foi o evento. Ao fim da conversa, comentei sobre minha dissertação e questionei se não queriam participar. De imediato, aceitaram e marcamos nosso encontro.

Diante disso, o percurso desta pesquisa se deu a partir de encontros com pessoas trans\* que estão cursando ou terminaram há no máximo um ano a graduação em psicologia na Região Metropolitana de Recife, seja em instituição pública ou na rede privada. Dessa forma, como critérios de inclusão, definimos: 1) ser uma pessoa que se autodeclara enquanto pessoa trans\*; 2) estar matriculado/a no curso de graduação em psicologia ou que tenha finalizado o curso há no máximo um ano; 3) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido indicando que concorda em participar da pesquisa. Em relação aos critérios de exclusão: 1) não se enquadrar nesse perfil; 2) ter algum comprometimento físico ou mental que impedisse a participação, 3) não expressar desejo de participar voluntariamente da pesquisa.

De início, pensávamos que seria necessário dialogar com “interlocutoras/es-chave”, ou seja, pessoas estratégicas que, a partir de suas participações no movimento LGBT, poderiam indicar possíveis interlocutoras/es que pudessem colaborar com a pesquisa. Contudo, o diálogo inicial com essas/es quatro interlocutoras/es foi suficiente, pois algumas/alguns delas/es também estão inseridas/os em movimentos LGBT. Realizamos entrevistas narrativas com essas pessoas e, ao fim destas, solicitamos que eles/as indicassem novas pessoas que se enquadrassem no perfil da pesquisa. Esse tipo de amostragem, nomeado de bola de neve, é uma forma de amostra não probabilística que se utiliza de redes ou cadeias de referência (VINUTO, 2014). O

---

<sup>11</sup> *Link* da divulgação da oficina: Notícias - Conselho Regional de Psicologia (crppe.org.br).

processo foi finalizado quando atingiu o ponto de saturação, ou seja, quando não houve novos nomes indicados pelas/os interlocutoras/es.

Como havíamos planejado inicialmente, essas quatro entrevistas foram realizadas presencialmente em locais escolhidos pelas/os interlocutoras/es. Elas ocorreram entre fevereiro e março, antes da expansão da pandemia de Covid-19. Com o advento da pandemia e o isolamento social, precisamos pensar em estratégias alternativas.

Inicialmente, em constante diálogo com o orientador, resolvemos dar uma pausa nas entrevistas para compreender como seria o período que iria se seguir. Contudo, entendendo que a pandemia iria perdurar mais do que desejado, acordamos em dar continuidade às entrevistas de forma remota através do Google Meet.

A busca pelas/os novas/os interlocutoras/es no contexto pandêmico não foi tão simples. Basta uma pesquisa rápida nas bases de dados para encontrar artigos, dissertações e teses que falam sobre a relação da população LGBT, mais especificamente transexuais e travestis, com seus familiares, como também da dificuldade dessa população conseguir emprego formal em decorrência da transfobia sofrida. Com as/os interlocutoras/es da minha pesquisa não foi diferente. Duas pessoas só puderam marcar a entrevista quando seus familiares não estavam presentes em casa, pois tinham receio do que eles poderiam escutar. Outra negou, de início, porque estava passando por transfobia em casa e não estava bem emocionalmente para responder uma entrevista, e outra pessoa havia saído de casa e estava sem emprego para se manter, negando também, inicialmente, nosso diálogo.

Diante disso, as entrevistas remotas ocorreram em um processo mais lento. A primeira só pôde ser realizada no dia 27 de maio de 2020. A segunda entrevista remota ocorreu apenas no dia 19 de junho, e a terceira, 10 de julho, totalizando sete entrevistas, entre remotas e presenciais. Tentamos ainda entrar em contato com outras/os interlocutoras/es, contudo, sem sucesso. Por exemplo, uma pessoa que havia se colocado disponível para entrevista antes da pandemia acabou desistindo do curso, não se encaixando mais nos nossos critérios de inclusão.

Apresentamos com isso nossas/os interlocutoras/es:

Quadro 2 – Identificação das/os interlocutoras/es

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Identidade de gênero</b>	<b>Cor/Raça</b>	<b>Universidade/Faculdade Pública ou Privada</b>
Fabi	40	Travesti	Branca	Privada
Viper	25	Não binária	Negra	Privada
Vênus	30	Mulher Trans	Branca	Pública
Yan	26	Homem trans	Branco	Privada
Juni	23	Não binário	Branco	Privada
Jô	23	Travesti	Mestiça	Pública
Juno	21	Transmasculino	Branco	Pública

Fonte: Elaboração própria

É importante informar às/aos leitoras/es que os nomes aqui expostos foram nomes escolhidos pelos/as nossos/as interlocutores/as, dentre eles nomes próprios e nomes fictícios. Levando em consideração a lente que utilizamos aqui nesta pesquisa, entendemos ser uma postura ética deixar os/as interlocutores/as escolherem os nomes a serem utilizados, incluindo como possibilidade o nome próprio, especialmente por ser a autonegação um direito que lhes foi ou ainda lhes é negado. Se adotamos as narrativas aqui escritas como coproduções – ou textos híbridos –, nossas/os interlocutoras/es também são autores/as, logo, coube ao/à autor/a decidir como gostaria de ser nomeado/a.

Além disso, como já viemos pontuando ao decorrer desta seção, esta pesquisa parte de um compromisso ético-político com a transformação social e de uma postura reflexiva sobre a construção de conhecimento. Cada etapa foi pensada de maneira cuidadosa para resguardar as/os interlocutoras/os, de forma que os benefícios da pesquisa se sobressaíssem aos riscos.

É importante situar também que as/os interlocutoras/os assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em consonância com compromisso assumido na aprovação deste trabalho pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UFPE, como também seguindo as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS N° 466/2012) e a Resolução CNS N° 510/2016 (que orienta sobre especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas).

## 4.2 TECENDO NARRATIVAS E PRODUZINDO CASTELOS: O PROCESSO DE COPRODUÇÃO

*Castelar*. Gíria pernambucana utilizada para se referir ao ato de pensar, refletir, criar teorias. Criamos castelos quando somos provocadas/os, criamos castelos quando somos deslocadas/os. Ouvi das/os minhas/meus interlocutoras/es que elas/es estavam *castelando* sobre a temática que estávamos conversando. “Enquanto eu lia a narrativa, fiquei castelando sobre minha experiência”, disse uma interlocutora em um dos processos de devolutiva. As produções narrativas não seria, então, também produção de castelos?

Como já citado anteriormente, na produção das narrativas não pretendíamos construir uma materialização das experiências das pessoas entrevistadas. Buscamos, através do diálogo com as/os interlocutoras/es, produzir versões corporificadas, versões experienciais. Diante disso, nesta subseção iremos detalhar como ocorreu o processo de escrita do texto híbrido (ou a construção dos nossos castelos), bem como dialogar sobre o que chamamos de processo de análise nesta pesquisa.

O diálogo com as/os interlocutoras/es se deu a partir de um questionamento disparador “Você pode nos contar sobre sua relação com a psicologia?”. A partir do percurso de cada diálogo, outras perguntas foram surgindo com o intuito de aprofundar algum tópico. Não houve perguntas previamente elaboradas, elas surgiam com o encontro, tal qual uma conversa atenta. Contudo, perguntas como “Como se deu a escolha pelo curso? O que você esperava?” acabaram se repetindo em todas as conversas.

Os diálogos foram registrados em um gravador, algo que foi previamente autorizado pelas/os interlocutoras/es. Não realizamos a transcrição literal das entrevistas. Ouvimos exaustivamente, e, paralelamente à escuta atenta, íamos anotando tópicos que considerávamos relevantes para os objetivos da pesquisa. Algumas falas das/os interlocutoras/es foram transcritas de forma literal, sinalizadas entre aspas nas narrativas, com o intuito de exemplificar e/ou deixar mais explícito o que foi dito. Esse procedimento se espelha na estratégia sugerida por Spink (2010, p.40) para análise de práticas discursivas a partir de transcrições sequenciais em substituição à transcrição integral:

Quando a entrevista é muito comprida ou quando é complexa porque se trata de um grupo, a transcrição sequencial permite dar ao leitor ou leitora uma visão do todo e justificar porque elegeu algumas temáticas (ou trechos da entrevista/grupo) para uma análise mais detalhada. Tanto faz o tipo de material textual, o aspecto que merece destaque é que dessa forma nunca perdemos o

contexto da fala, mesmo que trabalhemos apenas com parte do material. É importante, na pesquisa com práticas discursivas, poder se referir ao todo.

Após o primeiro movimento de anotar tópicos relevantes, desenvolvemos as narrativas ouvindo os áudios novamente. Seguindo as orientações de Balasch e Montenegro (2003), depois de escritas, enviamos para as/os interlocutoras/es pedindo para que lessem, modificassem, retirassem e/ou acrescentassem o que desejassem. Essa devolutiva foi feita por meio do WhatsApp ou *e-mail*, conforme preferência das/os interlocutoras/es. Algumas pessoas enviaram áudios relatando sobre sua experiência de leitura e o que gostariam de modificar e outras mandaram as alterações diretamente no documento. Não houve alteração de conteúdo. As mudanças realizadas foram erros de digitação ou de nomenclaturas.

Apesar da não alteração do conteúdo, o processo de devolutiva para as/os interlocutoras/es também foi *produtor de castelos*. Dialogamos sobre a experiência de ler sobre a própria experiência, sobre a escrita, sobre a materialização do encontro e sobre a potência das narrativas como produção teórica.

É essa *produção de castelos* que interessa na produção de narrativas. Segundo Balasch e Montenegro (2003), não cabem às narrativas serem submetidas a uma análise com categorias prévias e a partir de um referencial teórico. Fazer isso seria assumir uma assimetria epistemológica entre o pesquisador – “aquele que sabe” – e as/os interlocutoras/es. O que interessa para as produções narrativas são as conexões, os deslocamentos produzidos entre o pesquisador e as/os interlocutoras/es; os castelos construídos que permitem que o pesquisador amplie e modifique sua compreensão do fenômeno.

Com isso, consideramos que o processo de análise se inicia desde o momento do encontro com as/os interlocutoras/es, no qual o pesquisador precisa elaborar questionamentos e construir em conjunto. Diante disso, compreendemos que o processo de análise desta pesquisa se deu em três etapas: 1) a realização da entrevista; 2) a construção das narrativas; 3) o diálogo entre as narrativas e com o/a leitor/a. Para a realização desta terceira etapa, realizamos uma costura entre os objetivos da pesquisa, os pontos em comum e de tensão presentes nas narrativas, junto com uma discussão teórica.

Nas subseções a seguir, apresentamos os textos híbridos, nossa construção de castelos, para, posteriormente, na seção nomeada “**O PESQUISADOR-DESLOCADO: CONEXÕES, DESLOCAMENTOS E INCONCLUSÕES...**”, traçar uma costura entre as narrativas e os deslocamentos produzidos no pesquisador.

### 4.3 FABI

*Meu problema maior é escrever;  
passar pro papel, pesquisar,  
e saber como as pessoas  
vão lidar com esse corpo na pesquisa  
(Trecho da entrevista com Fabi).*

Era uma segunda-feira à noite, mais especificamente dia 17 de fevereiro de 2020, quando nos encontramos no nosso lugar comum: a sede do Conselho Regional de Psicologia. Fabi escolheu esse dia, local e horário porque, em seguida, iria participar da reunião da Comissão Temática de Gênero e Sexualidade, da qual ela estava se reaproximando após algum tempo afastada.

Quando cheguei, o porteiro logo se prontificou a avisar que Fabi estava à minha espera. Nos dirigimos à recepção, local onde aconteceria a reunião, e trocamos memórias sobre aproximadamente cinco anos atrás, quando nos aproximamos do CRP. Logo em seguida, pedi que me contasse sobre sua história com a psicologia e, a partir desse momento, Fabi começou a recitar seus versos corporificados.

O desejo pela psicologia veio através de uma reparação. Quando criança, Fabi foi levada ao consultório de uma psicóloga pelos pais que alegavam sentir algo diferente nela e notou que a profissional tentou uma espécie de “cura”, o que a fez se retirar da consulta. Ali percebeu que aquele espaço não era para ela, se sentiu excluída.

Os anos se passaram e, na década de 1990, quando prestou vestibular, colocou medicina como primeira opção na UFPE e psicologia em uma faculdade particular. Não conseguiu ser aprovada na UFPE e iniciou o curso na faculdade particular, o qual não durou muito tempo. Fabi contou que, naquela época, não havia transicionado ainda, não sabia o que era transexualidade, travestilidade, mas que tinha uma aparência “meio andrógina”. Em decorrência do preconceito que sofria por essa corporeidade e pelos conflitos em casa – seu pai quem pagava a faculdade – desistiu do curso no segundo período.

Passou longos anos fora do Brasil e seu retorno foi regado por um desejo muito forte de entrar na faculdade. Contudo, disse que tinha muito receio de fazer ENEM, pois tinha problemas com a escrita. Com isso, optou por fazer uma faculdade particular. Arrumou um emprego como motorista na Secretaria de Direitos Humanos e, em 2016, entrou no curso de psicologia de uma faculdade particular em Recife.

Agora, no 9º período, diz que é um sonho realizado, mas que não é um curso preparado para os corpos trans\* e travestis. Segundo Fabi, o fato de ter entrado no curso “mais politizada”,

reconhecendo seus direitos, a ajudou a enfrentar uma academia cisgênera, pois “esse espaço não foi feito pra gente, pro corpo trans\* e travesti”.

Em seu percurso acadêmico, sempre precisou questionar as/os professoras/es ao tratarem as travestis no masculino e os discursos pautados em justificativas biológicas sobre o dispositivo sexo-gênero que elas/es traziam – “ah, mas você tem que entender que era o discurso da época”, elas/es argumentavam. A necessidade de levantar a mão e contra-argumentar sempre foi presente em Fabi, porque “a psicologia não está preparada, principalmente a sala de aula”. Contudo, ainda assim, essas/es discentes continuavam a se utilizar de certos “discursos psicológicos” para continuar patologizando as identidades trans.

Rememorando desses momentos, Fabi trouxe à tona uma professora da disciplina de psicanálise que utilizou o Caso Schreber<sup>12</sup>, de Sigmund Freud, deixando subentendido que se tratava de um caso de “transexualismo”. Fabi resolveu aguardar a turma se posicionar sobre essa situação e foi o que aconteceu. A turma rebateu o argumento da professora. Além dessa docente, recordou de um professor que fez pesquisa em uma instituição que havia pessoas trans\* e, ao relatar sobre a pesquisa em sala de aula, contou que se assustou ao se deparar com aqueles corpos. Nessa situação, Fabi levantou a mão para questionar e o professor argumentou que “não era bem assim”, desviando do assunto.

Ainda no início do curso, em uma aula de filosofia, o professor solicitou que as/os estudantes trouxessem algo que representasse o passado, presente e futuro de cada uma/um para pendurar em um varal. Fabi lembra que levou sua identidade e falou que nem sempre seu nome foi aquele e como aquele documento representava uma conquista. Segundo ela, houve um “chorôro” em sala de aula. O professor argumentou que as travestis eram marginalizadas pela sociedade e que ele estava muito feliz em vê-la em sala de aula, pois é onde todas elas deveriam estar. Para Fabi, apenas esse professor realmente foi compreensivo com sua presença em sala de aula.

Em seu terceiro ou quarto período, Fabi passou por uma das situações mais conflituosas de sua graduação. No auditório lotado para apresentação dos resultados de uma pesquisa feita por um aluno de psicologia, foi dito, pelo próprio pesquisador, na presença do seu orientador que “travesti é homem que se veste de mulher”. Ao fim da apresentação, como de costume,

---

<sup>12</sup> Um dos casos mais emblemáticos analisados por Freud, baseado na leitura de um livro escrito pelo próprio Daniel Paul Schreber. A possível associação feita pela professora pode ter se dado pelo fato de que, em um dos surtos delirantes de Schreber, ele acreditava que Deus o teria transformado em mulher para copular e dar origem a uma nova raça.

Fabi levantou a mão não só para questionar essa colocação como também o silêncio do orientador, causando, segundo ela, um “rebuliço” no auditório.

Posterior a esse incidente, Fabi publicou uma nota em uma rede social relatando como havia se sentido nessa ocasião. De pronto, a coordenadora geral lhe enviou uma mensagem pedindo desculpas pelo ocorrido, e o coordenador do evento a chamou para dialogar. No dia da conversa, a coordenadora estava com as postagens de Fabi impressas e questionou o porquê de ela não ter ido dialogar antes de fazer essa exposição. Durante o diálogo, Fabi teve a sensação de que a coordenadora, se pudesse, a teria expulsado da faculdade. Acreditava que essa conversa serviria para conscientizar o professor do ocorrido, mas saiu se sentindo ainda mais recriminada.

Seguimos dialogando, e Fabi apontou outros exemplos em sala de aula no qual a transexualidade era vista como uma “estrutura perversa”. Segundo ela, o curso de psicologia ainda patologiza as identidades trans\* e não vê esses corpos como possibilidade de existência e naturalidade como a cisgeneridade. Contudo, acredita que sua presença em sala de aula seja importante para questionar esses discursos.

Sobre isso, Fabi disse que compreende que nem todas as pessoas trans\* conseguem se posicionar diante desses discursos. Relatou sobre a presença de um homem trans\*, que transicionou no decorrer do curso, segundo Fabi, talvez por ele ser muito tímido, não levanta a mão e questiona as/os professoras/es.

Com a chegada de novas pessoas trans\* na faculdade, Fabi foi chamada para dialogar com elas, porém, se recusou por achar que seria uma atitude muito invasiva. Além disso, a coordenação a chamou para que ela pudesse explicar “como faz com o nome dessas pessoas”. Também foi questionada o que deveriam fazer em relação ao banheiro e Fabi respondeu: “Nem me perguntem isso!”.

Conversando sobre possíveis apoios na faculdade, Fabi colocou que a instituição se posiciona como um espaço neutro, “parece que está acolhendo, mas não está”. Percebe que algumas temáticas estão sendo trazidas à tona em sala de aula, como racismo, feminismo e direitos humanos, contudo, sobre identidade de gênero o silêncio permanece. Já foi convidada algumas vezes para montar uma palestra sobre a temática trans\*, mas nunca articularam de fato.

Sobre o campo científico, a faculdade possui laboratório de pesquisa. Contudo, Fabi trouxe que seu maior problema é escrever. Tem medo de como as pessoas vão lidar com esse corpo na pesquisa. Possui um projeto escrito sobre “travestilidade: narrativas do corpo”, mas não sabe se realmente vai conseguir colocá-lo para frente. Sonha com o mestrado, no entanto, o medo da escrita e de processos seletivos a faz questionar se realmente vai concorrer.

A escrita sempre foi uma grande questão na sua vida. Rememorou que, no primeiro período, quando precisou escrever um resumo para uma disciplina, teve febre. Hoje, compreende que essa dificuldade com a escrita consiste em algo que “depositaram” nela, baseado na ideia de que pessoas trans\* não deveriam ocupar a academia. Contudo, apesar desse entendimento, ainda assim é um desafio.

Ainda sobre o campo de pesquisa, Fabi acredita que as coisas estão mudando, principalmente porque as pessoas trans\* estão ocupando esse espaço. Contudo, reflete sobre o fato de que muitas vezes nós, pessoas trans\*, somos autorizadas apenas a falar sobre questões de gênero e sexualidade. E, ainda assim, falas pautadas “no pessoal”. Como estratégia, Fabi disse que deixou de falar sobre sua vida especificamente e passou a falar a partir da psicologia, da ciência.

Para Fabi, psicologia já avançou muito no que se trata da temática das transidentidades, dando como exemplo a Resolução 01/2018, a qual se debruça sobre normas de atuação da/o profissional de psicologia em relação às pessoas trans\*. Contudo, as/os professoras/es ainda possuem um discurso patologizante e biológico. Acredita que algumas/alguns discentes não procuram saber sobre a temática e se acomodam em discursos antigos. Porém, percebe que outras/os estão trazendo novas narrativas para sala de aula. Segundo ela, é necessário que as/os discentes compreendam que as “teorias antigas” não dão conta das experiências das pessoas. É preciso problematizar textos escritos séculos atrás que possuem uma visão patologizante.

•

Retomei o diálogo com Fabi na tarde do dia 24 de fevereiro de 2021. Encaminhei a primeira versão da narrativa escrita para que pudéssemos ir costurando nossas escritas. Fabi disse estar satisfeita com a escrita e pediu para alterar apenas um equívoco de informação sobre um exemplo dado de sua vivência. Utilizamos esse momento para dialogar sobre sua experiência no ensino remoto.

Fabi contou que, por estar no final de curso, quando a pandemia começou, ela estava em período de estágio. Segundo Fabi, a faculdade retomou os atendimentos em setembro de 2020, mas ela optou por dar uma pausa por causa do momento atípico que vivemos e também para dar prioridade a outras demandas de sua vida. Tinha o desejo de aguardar a supervisão de forma presencial, por ter dificuldades com tecnologias e porque seu *notebook* não estava funcionando bem.

No início de 2021, optou por voltar às aulas de supervisão de forma remota. Segundo Fabi, por já possuir um vínculo muito bom com a turma, ela afirmou que a experiência está

sendo boa. Por compreender que o corpo fala, Fabi disse que sente falta dos encontros presenciais, pois, com as interações ocorrendo através de telas e câmeras, muita coisa se perde. Além disso, está precisando fazer todo esse processo via celular, já que seu computador não está pegando, e sente que isso acaba limitando-a.

Fabi reafirmou que a experiência está sendo interessante, apesar da falta do contato. Disse que, na supervisão, encontra espaço para dialogar sobre pautas identitárias, que as/os alunas/os e o professor acabam trocando muitos textos sobre o assunto. Apontou que teve espaço também para dialogar sobre o caso de Lorena Muniz<sup>13</sup>, “eu tenho abertura para falar muito grande, né? O acolhimento é muito bom. É um acolhimento que já vem de muito tempo. As pessoas que estão nesse grupo sabem o que devem fazer enquanto profissionais de psicologia quando se formarem”. Por fim, relatou que essas trocas e possibilidades de diálogo a fazem sentir parte do grupo.

#### 4.4 VIPER

*Senti como se tivessem  
me colocando uma camisa de força  
pra eu ter que me controlar  
ou agir como alguém que eu não fosse.  
Que pra mim não fazia sentido  
construir uma psicologia por ai...  
(Trecho da entrevista com Viper).*

Meu encontro com Viper é atravessado pelo Conselho Regional de Psicologia. Por ela ser de uma comissão do CRP, e eu, da Comissão Temática de Gênero e Sexualidade, acabamos dialogando e construindo juntas alguns eventos. Quando a expliquei da pesquisa, logo se prontificou a ser uma interlocutora. Marcamos a entrevista para o dia 18 de fevereiro de 2020. Entre alguns lugares possíveis, Viper escolheu a minha casa por ser o local mais próximo de onde ela estaria no dia.

Já sentadas na mesa, expliquei novamente os objetivos da pesquisa e a metodologia escolhida. Conversamos brevemente sobre o fazer pesquisa, já que ela tem o desejo de realizar mestrado em psicologia. Logo em seguida, pedi que me contasse sua história com a psicologia.

Rememorando o ocorrido há cinco anos, Viper contou que, no seu segundo ano, estava em dúvida entre artes cênicas, história da arte ou algo que desse um maior retorno financeiro. Optou por psicologia, mas só pôde cursar após a morte do seu avô, pois ele necessitava dos seus

---

<sup>13</sup> Travesti recifense que foi morta após ser abandonada desacordada em uma clínica de cirurgia plástica que pegava fogo, em São Paulo, na madrugada do domingo, 21 de fevereiro de 2021.

cuidados e dos de sua mãe. Entretanto, a psicologia não aparece apenas pelo lado financeiro: Viper relatou que teve depressão e não se sentia contemplada pelas narrativas e pela prática de algumas psicólogas que frequentou. Tinha o desejo de compreender melhor a temática e ser uma boa profissional.

Em 2015 entrou como bolsista em uma faculdade particular, contudo, disse que foi uma decepção. Viper declarou que suas/seus professoras/es tinham posicionamentos problemáticos a respeito da subjetividade. Algumas/alguns, segundo ela, tinham falas com conteúdo machistas, LGBTfóbicos e racistas. Ela relatou que não eram discursos declarados, mas que se percebia nas entrelinhas. Para exemplificar, contou um episódio ocorrido no encontro promovido pelo CRP intitulado de “Trans-formando a psicologia” – uma roda de conversa exclusiva para psicólogos/as e estudantes trans\*. No dia do encontro, duas meninas cisgêneras chegaram para participar. Viper pontuou que era um encontro exclusivo para pessoas trans\*, e elas responderam: “achava que era aberto para psicólogos, estudantes de psicologia e pessoas trans\*”, como se não fosse possível ser trans\* e psicólogo/a.

Nessa mesma linha, muitas falas binárias no que diz respeito a questões de gênero surgiam em sala de aula e incomodavam Viper. Ela relatou que, em uma discussão a respeito da temática de gênero com uma professora, a docente reconheceu ter reproduzido um binarismo de gênero e indicou as leituras de Judith Butler para Viper ler. Ao se debruçar sob a leitura, Viper contou que começou a se questionar ainda mais sobre “ser homem” e “ser mulher”. Começou a fazer Drag Queen, mas ainda não se sentia contemplada com a experiência. Quanto mais se aprofundava na temática, menos se reconhecia no masculino ou no feminino.

Viper se recorda de uma professora que se dizia andrógena e que, quando percebeu a mudança na forma de Viper se vestir, questionou se ela também não era. A forma andrógina de ser e estar no mundo não era apenas atravessada pelas vestimentas, mas também na maneira de se perceber. Viper contou que, assim que começou a mudar sua forma de vestir, as pessoas da sua sala e da faculdade começaram a questionar: “As pessoas da minha sala ficavam achando que eu fazia isso pra aparecer”. Ao perceber essas mudanças, algumas/alguns professoras/es questionaram como ela gostaria de ser chamada, porém, outras/os continuavam chamando-a no masculino mesmo após ela reiterar que gostaria de ser chamada no feminino.

Sua forma de se vestir e de se expressar no mundo foi alvo de violência em outros momentos. No sexto período, quando ia começar seu estágio em psicossocial e escolar, a coordenadora solicitou que Viper “se editasse para parecer na escola”, ou seja, ela não poderia ir de unha pintada, maquiada e de saia, como costumava se vestir na faculdade. Viper recorda que, no primeiro dia de estágio, foi “todo arrumadinho vestido de menininho e tal, todo

comportadinho”. Mas disse ter se sentido muito mal, principalmente porque passou na faculdade antes e as pessoas de sua sala começaram a elogiar afirmando que “estava bonito e que eu deveria estar sempre assim”.

Naquele mesmo dia, voltou para casa chorando e escreveu um *post* no Facebook, marcando a faculdade. No texto, relatou o quanto se sentiu mal: “Me senti como se tivessem me colocado uma camisa de força pra eu ter que me controlar ou agir como alguém que eu não fosse. Que pra mim não fazia sentido construir uma psicologia por aí”. Viper disse que não compreendia o porquê de na teoria discutir-se sobre a psicologia ter uma dívida história com as questões de gênero e raça, contudo, na prática e no seu dia a dia, ela sofre por causa disso.

Na semana seguinte, Viper contou que foi para o estágio do jeito que se sentia à vontade, porém com receio, já que um professor e a coordenadora da faculdade falaram que a coordenadora da escola não a deixaria entrar. Ao chegar na escola, a coordenadora da escola disse que adorou a maneira que Viper estava vestida, e as/os alunas/os a elogiaram: “Agora eu te sinto à vontade. Eu sentia que parecia que tu tava se contendo o tempo inteiro pra falar com a gente, e às vezes a gente não se sentia à vontade também de falar. A gente ficava contido. Hoje tá mais tranquila”, falou uma aluna.

No oitavo período, no estágio de clínica, mais uma vez Viper passou por experiências cisnormativas advindas de suas/seus professoras/es. Segundo ela, antes de começar o estágio as/os supervisoras/es passam de sala em sala explicando a maneira adequada de se vestir e se portar na clínica; um modelo de sucesso muito associado a um padrão europeu, de acordo com Viper. Após um mês de aula teórica e de ter sido aprovada no teste para iniciar a prática, a sua supervisora convidou-a para conversar. Nesse diálogo, a supervisora apontou que Viper não se vestia de acordo com o padrão da clínica da faculdade, suas roupas iriam chocar todo mundo e ficaria estranho para a clínica. Segundo Viper, a supervisora disse: “Não é um jeito adequado, você não vai tá cuidando desse jeito”.

Diante dessa situação, Viper buscou argumentar a partir do viés teórico da fenomenologia, porém, a professora foi irredutível. Ela acabou não permitindo que as/os alunas/os dessem início ao estágio. Duas semanas depois, a professora falou em sala de aula, na frente de outras/os alunas/os, o que estava acontecendo e seu ponto de vista sobre Viper iniciar ou não a clínica. Viper questionou se o que ela tinha era um problema de gênero e a supervisora respondeu exaltada que não.

Sem resolutividade com a professora, Viper foi encaminhada para coordenação. Segundo ela, a coordenadora se apresentou mais aberta ao diálogo colocando que talvez fosse o momento da clínica se reinventar. Entretanto, declarou que iria precisar conversar com a

coordenadora do curso. Esta informou que Viper estava liberada para atender, mas não na clínica da faculdade. O argumento era o mesmo: sua aparência era muito chocante. Além disso, afirmou que era uma forma de proteção para a própria Viper, já que “o mundo está muito LGBTfóbico e algum cliente pode tentar te agredir”. Viper insistiu em uma justificativa mais concisa, mas nada foi resolvido.

Nesse contexto, Viper pensou em preparar uma carta aberta tendo como destinatário a coordenação do curso, porém, estava muito nervosa com a situação. Buscou uma amiga advogada que indicou o Coletivo Mana a Mana. O coletivo propôs a Viper procurar o setor jurídico da faculdade para informar o ocorrido e quais medidas judiciais estavam sendo tomadas. Diante da situação, o funcionário do jurídico disse que não concordava com a posição da coordenadora e que iria tomar as devidas providências.

Além disso, o Mana a Mana também tinha informado o caso a uma advogada que fazia parte da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB. Esta, ao entrar em contato com a instituição para saber o que estava acontecendo, a faculdade disse que necessitaria dialogar com o Conselho Regional de Psicologia para saber se era permitido Viper atender. No dia seguinte, a clínica da faculdade entrou em contato com Viper para marcar atendimento.

Posterior ao ocorrido, Viper lembra que a supervisora ficou agindo “como se fosse uma conquista dela”. Segundo Viper, ela disse que queria liberar, mas tinha medo da repercussão com a coordenação. Contudo, Viper colocou que não era a primeira vez que ela havia sido transfóbica e relatou outros exemplos vivenciados.

Apesar da maioria das transfobias sofridas terem acontecidos em situações que envolviam sua ida para a prática clínica, Viper lembra que, no decorrer do curso, as/os alunas/os enviavam *e-mail* para as/os professoras/es indicando textos transfóbicos e solicitando para que fossem discutidos. Segundo Viper, elas/es não davam muita atenção a esses *e-mails*. Para ela, isso tinha a ver com o fato de que ela era “aluna nota 10”.

Ao longo da sua graduação, Viper contou que montou um grupo de estudos sobre gênero e sexualidade. O convite veio de um estudante de arquitetura, no entanto, ele não entrou em contato posteriormente. Viper decidiu criar o grupo sozinha a partir do modelo de estatuto que conhecia – ela havia participado do Coletivo de Estudantes de Psicologia (CEP) e lá as/os estudantes criaram um estatuto solicitando a participação do CEP no CRP. Para a surpresa de Viper, a coordenação aprovou a criação do grupo, com a condição de que os textos estudados deveriam passar por uma aprovação da própria coordenação antes de serem debatidos. Segundo Viper, nunca houve censura dos textos escolhidos.

Ainda sobre esse grupo, Viper relatou uma experiência vivenciada com uma estudante de psicologia. Certo dia, Viper colocou para debaterem no grupo de estudos um vídeo de um pastor deputado que estava distorcendo o projeto do MEC sobre gênero e sexualidade. No final, ela questionou o que as pessoas achavam e essa estudante disse que concordava completamente com o que foi dito pelo pastor. Segundo a estudante, as crianças não podem ser expostas a esse debate desde cedo. Após um longo debate, Viper disse que ela ainda ficou relutante.

Contudo, dias depois, Viper encontra essa mesma pessoa na faculdade com uma criança. Ela a chama e a apresenta para sua filha como “uma pessoa que sua mãe respeita”. Viper lembrou o quanto ficou emocionada com essa situação e colocou que esse era um exemplo de educação de gênero e sexualidade e isso a deu “um gás pra continuar com o grupo”.

Diante de sua experiência, Viper acredita que a psicologia ainda deve muito às questões de gênero e sexualidade, principalmente durante a formação. Relatou que, além dela, havia outra pessoa trans\* no curso, mas que estava passando por um adoecimento psíquico grave e chegou a trancar o curso. Segundo Viper, isso não consiste em um fato pontual: ela mesma pensou em desistir do curso diversas vezes, principalmente durante os episódios dos estágios, além de afirmar que esses ocorridos só apontam para o quanto a formação em psicologia ainda é problemática e excludente.

Mas Viper declara que o que a manteve no curso foi o ódio, responsável também por acender seu desejo de fazer diferente, e a rede de apoio que teve das amigas de sala, pois, durante os episódios de transfobia, na maioria das vezes, elas estavam por perto. Além disso, seu desejo de fazer diferente e seu encantamento com a fenomenologia a movia para ficar no curso.

Segundo Viper, não se trata apenas da falta de políticas de acesso, mas também de educação e respeito às identidades trans\*. Viper acredita que é necessária uma política de inclusão, como vagas destinadas a pessoas trans\* em todas as faculdades, mas também uma formação com todo o corpo docente em relação à questão de gênero e sexualidade. Além disso, para ela, é imprescindível ter uma disciplina de gênero e sexualidade como disciplina obrigatória.

Ainda de acordo com ela, “A psicologia tem sido, apesar de tudo o que eu falei, bem vanguardistas diante das outras ciências que eu tenho conhecimento a respeito desse tema”. Além de complementar que a psicologia tem despertado para uma questão mais política, contudo, isso ainda está mais voltado para uma questão prática do Conselho de Psicologia, embora ainda acredite existir uma barreira normativa, transfóbica, que impede que esses debates cheguem nas instituições.

Na tarde do dia 24 de fevereiro, agora já em 2021, eu e Viper voltamos a dialogar. Enviei para ela a primeira versão da narrativa para que pudéssemos tecer uma nova versão. Após poucos reajustes, conversamos um pouco sobre a necessidade do ensino remoto em decorrência da pandemia.

Apesar de já formada, Viper colocou que está fazendo pós-graduação e experienciando o ensino remoto. Relatou que, pensando no trajeto de ida e vinda para a faculdade, essa modalidade de ensino a “protegeu” de violências sofridas no percurso. Contudo, ressaltou que sente uma dificuldade maior no diálogo com as/os docentes e discentes. Além disso, Viper pontuou que “a nível de proteção de integridade física é uma bença”, mas a transfobia continua presente nesses espaços.

#### 4.5 VÊNUS

*Ela me deu nome, ela me teorizou,  
ela me empoderou... a psicologia,  
a psicologia social, as discussões de gênero.  
Estar nesse ambiente acadêmico,  
ter acesso às discussões de gênero,  
me empoderou no sentido  
de eu dizer não, eu sou mulher!  
Tem todo um arcabouço teórico  
para me dar sustentação disso  
(Trecho da entrevista com Vênus).*

Na tarde do dia 2 de março, me encontrei com Vênus na sala do seu núcleo de pesquisa, localizado na universidade pública. Esse é um espaço no qual Vênus costumava passar suas manhãs e tardes; era comum você passar pelos corredores e encontrá-la estudando nesse local. Iniciamos conversando sobre como vem sendo seu processo de finalização de curso e seus planos para o futuro. Em seguida, expliquei novamente a pesquisa, detalhando a metodologia adotada. Em seguida, começamos a caminhar pelo seu percurso no curso de psicologia.

Depois de um longo suspiro, Vênus contou que escolheu a psicologia há muito tempo. Descobriu essa ciência no ensino médio em uma cadeira chamada psicologia aplicada à educação. Além disso, nessa mesma época, diz ela: “As pessoas sempre me usavam como divã, ouvido, como ombro”. Porém, o estalo para a psicologia aconteceu de fato quando ela assistiu ao filme *Freud, além da alma* (1962), passado pela professora da disciplina. Vênus manteve

conversas sobre psicologia com essa mesma professora que acabou emprestando livros como *Totem e tabu* (1913), de Sigmund Freud.

Contudo, esse foi um sonho que demorou a ser aceito por ela, porque as pessoas questionavam: “Vai ser psicóloga pra quê? Psicologia é pra quem tem pai rico, mãe rica...”. Como já era técnica de enfermagem, resolveu seguir para o curso de enfermagem, levando em consideração que a empregabilidade seria maior.

Durante o curso de enfermagem, pagou uma cadeira chamada psicologia aplicada à enfermagem e se deu conta do que realmente gostaria de fazer. Estudou novamente para o ENEM para conseguir realizar seu outro grande sonho: estudar em uma universidade pública; “Eu costumo dizer que o que me trouxe à psicologia foram esses dois fatores: gostar da psicologia desde sempre e ser estudante de uma universidade pública”.

Vênus enfatizou o fato de a universidade pública ter sido muito importante para ela no que se refere ao empoderamento. Sempre soube que era uma mulher, mas não conseguia dar nome a isso: “A palavra que existia era transexual, não se falava mulher trans\* ou homem trans\*. Eu vim descobrir isso aqui, aqui validou a minha identidade enquanto mulher. Não só transexualidade, como os manuais me colocam”. A sua entrada na psicologia e na universidade a fez mudar e conhecer uma nova narrativa para além dos manuais de diagnóstico.

Entrou em 2015, destacando que foi no remanejamento como antepenúltima. Para Vênus, foi incrível ir para a universidade pública por conhecer pessoas maravilhosas. Entretanto, para ela, começar o curso não foi fácil por dois motivos: primeiro, por uma questão pessoal: a resistência ao espaço elitizado encontrado na universidade; e por vir da enfermagem e ter uma linguagem biológica e objetiva. Em relação a essa resistência, Vênus apontou que tinha uma visão completamente diferente das universidades públicas, mas esqueceu que as pessoas que acessavam essas universidades eram de classe social mais alta por todo o processo seletivo. Percebeu que tinha muita gente socialmente diferente dela: “Eu vi um pessoal branco elitizado e me questionei: isso é público é?”. Diante disso, teve muita resistência e medo da rejeição nos primeiros meses, só conseguiu socializar com as pessoas da sua sala no terceiro ou quarto mês.

Sobre vir da enfermagem, Vênus disse que tinha uma visão muito biológica da psicologia e esperava encontrar algo parecido com o que encontrou em enfermagem. As primeiras três semanas foram um suplício, acabou dormindo nas aulas, pois não estava acostumada com as aulas de humanas.

Vênus rememora que, no início do curso, sentia que as pessoas tinham um olhar preconceituoso para ela pelo fato de não ser tão passável: “Então, as pessoas me leem de

imediatamente e eu vejo no olhar delas... eu sei que pode ser impressão, imaginação, mas pra mim tem um dado de verdade”. Ela sentia que as pessoas a encaravam com um olhar de “O que essa pessoa está fazendo aqui?”.

Ela entrou no mesmo período em que houve um *boom* sobre nome social por causa da entrada de Maria Clara, que ganhou destaque midiático. Segundo Vênus, em 2015, tinham poucas travestis na universidade, aproximadamente três. Mesmo com a repercussão midiática sobre o nome social, ela não sabia que isso era um direito dentro da universidade. Por isso, pedia individualmente para cada professor/a chamá-la pelo nome com o qual se identifica. Nesse processo individual, uma das professoras questionou: “tem nenhuma Vênus na chamada não”.

Sabendo da sua entrada em psicologia, uma professora do curso, na segunda semana de aula, chamou Vênus até sua sala de trabalho para explicar a ela sobre o nome social e afirmar seu direito. Mas demorou um tempo para que ela conseguisse a mudança do nome devido a uma greve dos técnicos que aconteceu. Dessa forma, seu nome só foi modificado no segundo período. Além disso, essa mesma professora a convidou para fazer pesquisa para que ela pudesse conseguir receber a bolsa e se manter na universidade.

Segundo Vênus, houve uma grande virada no tratamento das pessoas com ela quando saiu as primeiras notas do primeiro período. Depois que viram suas notas altas, Vênus sentiu que as pessoas começaram a se aproximar mais, “Então eu sei por que ela tá aqui, ela é, mas ela é... como se fosse mérito”. Dessa maneira, se aproximou das pessoas LGBT da sala e formou um grupo, o qual permaneceu unido até o momento final de curso, porém, no começo, era “a bicha preta e a travesti no meio de um bocado de gente branca e rica”.

Sobre sua relação com as/os professoras/es, Vênus disse ter tido uma relação tranquila com a maioria, com exceção de um. Inicialmente esse professor respeitava seu nome social sem muitos questionamentos. No final do período, ele começou a tratar no masculino, “Vênus ele, ele... me constrangia diversas vezes em sala de aula”. Como uma forma de protesto, algumas/alguns alunas/os se vestiram de “roupas trocadas” e levaram cartazes da campanha promovida pela Diretoria LGBT da universidade sobre nome social. Apesar de pontuar como um movimento legal, Vênus colocou que foi algo bem sofrido para ela.

Esse mesmo professor antes falava que ela era a melhor aluna dele, convidou-a para fazer pesquisa, e mesmo sem ela ainda ter experiência, ele demonstrava querer muito fazer pesquisa junto com ela. Vênus afirmou que não sabe o que aconteceu para ocorrer essa mudança repentina de tratamento. Ele justificou como algo “muito novo e difícil para ele”, mas ela declara não entender como no começo não foi difícil e depois se tornou: “Parecia que ele queria

me machucar, sabe? Foi proposital aquilo... o que é estranho é que uma pessoa que respeita você por um momento e depois do nada começa a desrespeitar...”. Mesmo depois de toda a mobilização estudantil e de ter se desculpado com Vênus, alguns períodos seguintes esse mesmo professor a encontrou no corredor e falou “oi, meu querido”.

De acordo com Vênus, houve o apoio da Diretoria LGBT da universidade através da coordenadora da época. A coordenação do curso a ouviu “com todas as suas limitações”: questionaram como ela estava se sentindo, se era seu desejo abrir um processo administrativo. Afirmou que não queria abrir esse processo por cansaço. Além disso, sentiu uma certa proteção das/os outras/os professoras/es do curso com esse professor: “passaram a mão na cabeça dele, tiraram por menos”.

Esse mesmo professor acabou sendo afastado do curso, não exclusivamente por essa questão com Vênus, mas também por problemas com outra turma. Além desse professor, Vênus lembra que teve problemas com outra professora que sempre pedia para que ela explicasse o que eram pessoas trans\* e falasse sobre sua experiência, o que a incomodava, “eu não tô aqui pra ser estudada, eu tô aqui pra estudar”.

No que tange seu caminho enquanto pesquisadora, Vênus relatou que fez pesquisa do primeiro período ao último pela necessidade de receber a bolsa de assistência estudantil, que na época era requisito. Todas as pesquisas feitas foram voltadas para a temática de gênero e sexualidade. Para ela, isso foi importante por questões de fortalecimento político e identitário, mas afirma que gostaria de ter tido a oportunidade de fazer pesquisa em outras áreas de interesse: psicologia jurídica, forense, criminal. Contou também que tem um projeto engavetado há anos que busca investigar um certo padrão de mortes praticadas contra pessoas trans\* no estado de Pernambuco. No último período, tentou pôr em prática esse projeto com uma professora nova que pesquisava sobre gênero, psicanálise e psicologia forense, mas, segundo Vênus, ela a ignorou.

De acordo com Vênus, estar no espaço de pesquisa foi relevante para compreender como funciona a construção da ciência. Além disso, destacou a importância da representatividade de pessoas trans\* no fazer científico. Segundo Vênus, ela foi a primeira mulher trans\* a ser financiada por uma instituição aqui de Pernambuco. Por causa disso, passou por alguns constrangimentos.

Em uma jornada acadêmica promovida por uma instituição de fomento, Vênus teve problema com seu nome. Depois de ter retificado, a instituição não alterou seu nome no sistema e, na hora de apresentar o trabalho, estava lá o nome antigo. Como justificativa, a instituição afirmou que ela era a primeira mulher trans\* que eles recebiam e, por isso, não sabiam muito

bem como manejar. Além disso, Vênus lembra dos olhares que sempre se voltavam para ela na hora da apresentação de um trabalho: segundo ela, eram olhares de estranhamento e de admiração.

Dialogando sobre estágios, Vênus relatou que sair dos muros da universidade não foi fácil. Segundo ela, a universidade, apesar de suas questões, de certa forma oferece algum tipo de segurança com a Diretoria e Política LGBT. Passou por dois processos de seleção para o estágio específico, mas, no final do processo, seu nome não era aceito: “Um processo seletivo que fica no final uma bicha preta, uma travesti, uma mulher branca e um homem branco e esses dois últimos que são escolhidos, você questiona no final”. No outro processo, Vênus chegou até a levar os documentos para iniciar o estágio, passou uma semana trabalhando e, quando foi assumir de fato, descobriu que sua vaga havia sido preenchida. Não houve explicações. Conversou com a coordenadora de estágio sobre esses dois episódios e ela justificou como um jogo político.

Acabou fazendo seu estágio no Hospital das Clínicas, local que já havia feito estágio antes. No decorrer do estágio, atendendo crianças, ouviu de parentes de clientes que ela não deveria estar ocupando aquele espaço, que não deixaria seu neto ser atendido por uma travesti. Além disso, também contou que foi muito fetichizada. Vênus disse que sentiu o suporte da supervisora do estágio ao buscarem juntas instrumentos para lidar com essas dificuldades.

Ao final do nosso diálogo, Vênus contou estar muito feliz em ver pessoas trans\* entrando na psicologia nesse momento, “porque as pessoas precisam quebrar esse estigma de que a gente não pode estar em certos lugares. A gente pode tá onde a gente quiser!”. Além disso, reafirmou o lugar de importância que cursar psicologia teve para ela: “Ela me deu nomes, ela me teorizou, ela me empoderou... a psicologia, a Psicologia Social, as discussões de gênero. Estar nesse ambiente acadêmico, ter acesso às discussões de gênero me empoderou no sentido de eu dizer: não, eu sou mulher! Tem todo um arcabouço teórico para me dar sustentação disso”.

Como sugestão de mecanismos de permanência de pessoas trans\* na universidade, Vênus declarou que a coordenação de psicologia poderia fazer algo mais direcionado, como um suporte psicológico, um acolhimento de e para pessoas trans\*. Afirmou também que seria interessante formações com as/os professoras/es para que elas/eles sejam capazes de trazer nas ementas das disciplinas mais questões e demandas das pessoas trans\*. Vênus aposta na psicologia enquanto uma ciência com grande poder de mudança, “porque ela flerta com saúde e também com humanas, não está em campo só. Mas muita gente sabe disso e estão ocupando os espaços para que as mudanças não aconteçam”.

#### 4.6 YAN

*Durante minha vida eu sofri muito  
aquela coisa da opressão:  
não seja assim, não faça isso que é errado.  
E aí eu via que tipo, enfim,  
a psicologia em si, ela era acolhedora  
(Trecho da entrevista com Yan).*

Numa terça-feira à tarde, 3 de março, eu e Yan nos encontramos no Conselho Regional de Psicologia, local escolhido por ele. Sua escolha se deu pelo fato de ele estar saindo da faculdade, que ficava próxima ao CRP. Além disso, foi nesse espaço que nos encontramos pela primeira vez: eu estava apresentando minha monografia no pré-COREP<sup>14</sup> e ele, nesse mesmo evento, se elegeu como representante dos estudantes para ir para o CNP.

Iniciamos nossa conversa falando um pouco sobre as eleições do sistema de conselhos, e Yan ressaltou a importância e sua felicidade em ver pessoas trans\* ocupando esse espaço. Após uma breve conversa sobre pessoas trans\* na psicologia, pedi para que ele me contasse um pouco sobre sua história com essa ciência e profissão.

Yan iniciou narrando que, no ensino médio, tinha muita proximidade com as matérias de humanas, embora acreditasse que a escolha pela psicologia ocorreu de forma inconsciente. Ele rememorou que fez psicoterapia por 13 anos e sentia que ali deveria ser o seu lugar. Apesar disso, só pôde perceber qual sua relação com a psicologia quando iniciou o curso.

Essa sensação de pertencimento também perdurou durante sua graduação. Foi no decorrer do curso, por exemplo, que Yan entrou em contato com pessoas trans\*. Ao falar sobre esse assunto, lembrou de um evento que ocorreu em sua faculdade no qual Leonardo Tenório – na época um dos coordenadores do movimento de homens trans\* de Pernambuco – estava presente. A partir da fala de Leonardo, Yan se reconheceu enquanto homem trans\*.

Yan sentia que a psicologia era uma ciência capaz de aceitá-lo independente do caminho que fosse seguir, pois a ciência em si o deixava confortável para cuidar de si e do outro. A aceitação que ele não encontrou de início na família e no ensino médio, ele percebia no curso: “Durante minha vida eu sofri muito aquela coisa da opressão: não seja assim, não faça isso que é errado. E aí eu via que, tipo, enfim, a psicologia em si, ela era acolhedora”. Ainda segundo

---

<sup>14</sup> O pré-COREP aconteceu entre os dias 29 de novembro de 2018 e 8 de março de 2019. São eventos preparatórios para o Congresso Regional de Psicologia (COREP), no qual se elegem delegadas/os (que podem ser profissionais e estudantes) que concorrem à vaga de representante do CRP-02 no Congresso Nacional de Psicologia (CNP). O pré-COREP em que eu e Yan nos conhecemos ocorreu no dia 28 de janeiro de 2019 e tinha como tema “Transmasculinidades na saúde: Produzindo sentidos entre lacunas e invisibilidades”.

ele, talvez se estivesse em outro curso não teria a força que teve para se colocar enquanto pessoa trans\*.

Apesar de sentir esse acolhimento, lembra que as coisas não foram tão fáceis. Yan relatou que passou um ano e meio, aproximadamente, utilizando o nome registrado por terceiros na faculdade, mesmo já tendo sido retificado. Logo após a retificação do seu nome, Yan se apressou para realizar as mudanças necessárias na faculdade. Contudo, esse processo foi mais complicado do que imaginava.

Inicialmente, mudaram seu nome na chamada dos professores, mas o antigo permanecia nas plataformas da faculdade. Yan contou que aquilo o incomodava, pois sempre que abria o *site* estava lá o nome que ele não queria estampado. Foi à secretaria diversas vezes solicitar a mudança, mas sentia que as pessoas faziam pouco caso, “Tinha um quê de transfobia nisso. A galera não estava me fazendo um favor de mudar meu nome no *site*, sabe? É um direito meu”.

Apesar da alteração na ata das/os professoras/es, o nome antigo vez por outra aparecia na chamada. No início de 2020, por exemplo, quando ele foi realizar a matrícula percebeu que seu nome estava errado novamente. No início das aulas, no primeiro dia de uma das disciplinas, optou por ficar do lado de fora da sala para ouvir a chamada, pois sentia que seu nome antigo seria chamado. O professor chamou 3x esse nome e ele não respondeu. Afirmou que não conseguiu solicitar a mudança na hora porque era uma turma desconhecida, e isso o deixou desconfortável.

Além disso, no início da supervisão seu supervisor percebeu que o nome de Yan estava errado e levou isso como pauta, questionando como era isso para ele. Yan contou que se sentiu um pouco desconfortável, porque descobriu que seu nome estava errado naquele momento, além do fato desse supervisor falar em voz alta para toda a turma seu nome antigo. Apesar disso, relatou que se abriu um espaço importante para falar sobre transexualidade e sua experiência.

Esse mesmo supervisor o ajudou no diálogo com a secretaria. Yan destacou que foi na secretaria quase 10 vezes, além de ter ido também na coordenação pedir explicação para a não mudança do seu nome, porém, bastou esse professor ir uma vez que as coisas se resolveram. Yan disse não entender como em uma faculdade que afirma ser tão aberta e se propõe a ser referência no debate de diversidade no curso de psicologia, há tanta burocracia para mudar o nome.

Após finalmente ter conseguido a mudança de nome no sistema, seu supervisor postou um *print* desse feito no grupo do WhatsApp para comemorar. Yan contou não ter ficado incomodado, ao contrário, declarou: “Eu fico feliz porque, de certa forma, é uma conquista, mesmo que seja no último semestre [...]. E nunca foi só por mim, sabe? Eu sentia isso. Eu me

sentia indignado comigo, a violência ser pra mim [...]. Essa questão de eu conseguir alterar o que eles diziam que não poderia ser alterado [...], uma pequena coisa que eu precisei passar, para outra pessoa já vai ser diferente, sabe?”

Sobre o início do estágio, Yan contou que seu maior receio era o fato de aparentar ser alguém mais novo. Para ele, um homem cisgênero na sua idade acaba tendo um porte físico maior, com barba, e ele não. O fato de ser passável o deixa mais seguro em relação ao medo de clientes perceberem que ele era trans\*. Apesar disso, fechou as redes sociais com receio dessa temática aparecer em sessão por não saber como manejar o assunto em um processo terapêutico.

Voltando à temática da passabilidade, Yan acredita que isso o auxiliou no decorrer da faculdade, pois sentiu que, após a hormonização<sup>15</sup>, as pessoas mudaram a forma que o tratavam e “erraram” com menos frequência seu nome. Além disso, a hormonização facilitou suas idas ao banheiro. Antes de tomar testosterona, Yan contou que frequentava o banheiro feminino por medo de sofrer algum tipo de violência no masculino. Após o uso do hormônio, passou a ir ao masculino com cautela, indo apenas quando não tinha muita gente e saindo o mais rápido possível.

Quanto aos seus colegas de sala, Yan relatou nunca ter tido problemas. Acredita que “como aluno de psicologia talvez eles tivessem assim meio que, porra, é nossa obrigação de respeitar essa pessoa, sabe?”. Embora tenha sido bem acolhido pelos colegas de faculdade, afirmou que a categoria de psicólogas/os ainda não está preparada para a temática, além de relatar já ter sofrido transfobia advindas desses profissionais.

Segundo Yan, algumas/alguns professoras/es e psicólogas/os utilizam-se de teorias antigas, como a psicanálise, para distorcer a transexualidade, justificando sua transfobia. Relembrou de uma briga que teve com uma professora na disciplina de estruturas clínicas. Essa professora, durante a aula, fez uma relação entre a transexualidade e a psicose. Nesse momento, Yan disse ter levantado a mão e falado: “Então semana que vem vou chegar psicótico aqui”. Essa sua fala incomodou alguns dos seus amigos que, segundo ele, chegaram para falar que ele havia sido grosso com a professora, o que o fez se sentir péssimo não só pelo conteúdo da aula, mas também por ter se sentido julgado pelos colegas.

Yan também trouxe outro exemplo da sua experiência no CNP, no qual foi uma das representações de estudante. Em dado momento da viagem, ele contou que era trans\* para uma psicóloga e ela respondeu: “Como assim? Tu tem peito?”, e o tocou. Esse ocorrido o fez refletir sobre o fato de no Congresso ter se discutido sobre algumas pautas trans\* e, ainda assim,

---

<sup>15</sup> Hormonização, ou terapia hormonal, consiste na utilização farmacológica dos ditos “hormônios sexuais”. No caso citado, refere-se à utilização da testosterona por Yan.

situações transfóbicas acontecerem. Apesar disso, sua ida ao congresso permitiu que ele conhecesse outras pessoas trans\*: duas profissionais e três estudantes. Segundo ele, “foi muito massa ir pra Brasília, porque eram pessoas de outros estados. Aí foi massa ver como eram as experiências deles em outros estados, o que cada um fazia ou queria fazer em relação à psicologia. E aí você vê que é algo sempre em busca dos nossos direitos, sabe?”.

Foi a partir desse encontro com outras pessoas trans\* que foi criada a Articulação Nacional de Psicólogos/as/es e Estudantes trans\*. Yan contou que foi um momento muito importante para que ele se sentisse acolhido, além de trazer mais força para que ele ocupasse a psicologia, pois isso o auxiliou a apostar na potência da representatividade para o fortalecimento dos estudantes trans\* nos cursos de graduação.

Segundo Yan, por sermos poucos na graduação em psicologia, essa pauta ainda está em construção. Apesar de compreender que a temática trans\* vem sendo discutida a partir de palestras pontuais em sua faculdade, ele sente falta de uma disciplina específica sobre gênero e sexualidade. Para ele, além da inserção dessa disciplina na grade de psicologia, um outro fator que tornaria o curso mais acolhedor para pessoas trans\* seria chamar a categoria – incluindo as/os professoras/es – para o debate.

Para Yan, a psicologia em si é aliada da causa trans\*, embora apareçam chapas conservadoras para o CFP, além da existência de psicólogas/os cisgêneras/os escrevendo artigos que colocam a transexualidade como epidemia, por exemplo. Dessa forma, ele acredita que a luta pela despatologização é ainda necessária, no entanto, disse estar muito feliz com o fato de ver pessoas trans\* ocupando os conselhos de psicologia.

#### 4.7 JUNI

*Particularmente eu acho que as pessoas  
eram bem transfóbicas comigo,  
com a minha pessoa, minha expressão de gênero,  
minha postura física...  
Tudo era muito agressivo para as pessoas.  
Uso até essa palavra, agressivo,  
porque quando as pessoas viam...  
porque eu mudei muito durante 5 anos [...]   
uma semana eu aparecia de um jeito,  
outra semana eu aparecia de outro,  
e as pessoas ficavam chocadas.  
(Trecho da entrevista com Juni).*

Em meio à pandemia do coronavírus, Juni se prontificou de imediato quando falei para ele<sup>16</sup> da minha pesquisa. Empolgade, logo marcamos nosso encontro entre telas. Foi no dia 27 de maio que, eu da minha casa e Juni da delu, iniciamos nosso diálogo. Após conversarmos sobre a quarentena e suas implicações nas nossas vidas, pedi para que Juni me contasse sobre sua história com a psicologia.

A psicologia sempre esteve presente na vida de Juni. Segundo ele, sua tia que é psicóloga sempre foi uma referência. Contudo, Juni sempre argumentava que iniciar um processo psicoterapêutico era “jogar dinheiro fora”. Assim, inicialmente, pensou em cursar artes visuais, publicidade, veterinária ou ciências biológicas. Foi em um curso preparatório de vestibular, através da fala da professora, que Juni tomou a decisão de cursar psicologia, mesmo com medo. Ao longo da graduação percebeu a importância de um processo psicoterapêutico, mudando sua forma de olhar para esse tipo de cuidado.

Juni tinha receio de não suportar um curso que “tinha tanto peso”. Acreditava que cursar psicologia iria mexer muito consigo e, segundo ele, mexeu. Ao longo da graduação, Juni se viu em um processo de autoconhecimento e conhecimento dos outros. Contudo, todo esse percurso desencadeou um adoecimento em Juni por se exigir demais.

Ainda no início do curso, no segundo período, Juni entrou em contato com a psicanálise e se apaixonou, mas tinha algumas ressalvas em relação à binariedade de gênero existente nessa perspectiva teórica. Essa paixão fez com que Juni realizasse seu PIBIC sobre cidade, psicanálise e transgeneridade. Além disso, no final da graduação, fez seu TCC sobre um caso de Freud sobre “homossexualidade feminina”.

O processo de escrita, tanto do PIBIC quanto do TCC, não foi um processo simples. Segundo Juni, ele sofreu muito escrevendo porque não compreendia como existiam pessoas que ainda pautavam sua prática e seu olhar teórico a partir de teorias como essa. Não compreendia como psicólogos/os se validavam de aporte teóricos antigos para validarem seus preconceitos.

Em sala de aula, percebia um movimento muito parecido advindo das/os professoras/es e das/os alunas/os. As problematizações trazidas sempre partiam dele, “era muito cansativo ser a pessoa que sempre trazia o diálogo. Sempre que havia assuntos sobre gênero e sexualidade todo mundo olhava pra mim. E eu me sentia na obrigação de falar”. As discussões sobre a temática de gênero e sexualidade ficavam a critério das/os docentes a partir da ementa da disciplina, entretanto, poucas/os se disponibilizavam para isso. Uma disciplina específica

---

<sup>16</sup> Utilizaremos o pronome neutro conforme escolhido por Juni.

voltada para as questões de gênero surgiu quando Juni estava no 9º período, com a mudança de currículo pela universidade, mas ele não teve a oportunidade de cursar.

No decorrer da graduação, Juni encontrou alguns caminhos de fuga. Como exemplo, falou da sua orientadora do PIBIC, que convidou Juni para participar tanto do seu grupo de estudos sobre cidade e psicanálise como da pesquisa de PIBIC sobre o mesmo tema relacionando à transgeneridade. Segundo ele, essa docente vai contra o pensamento hegemônico da psicanálise, tensionando o binarismo de gênero que existe. Entretanto, também pontua que outras/os profissionais não buscam esse tensionamento, não produzindo reflexões acerca de temas que precisam ser revisitados e repensados no campo da psicologia e da psicanálise.

Seus tensionamentos sobre sua identidade de gênero ficaram mais intensos na produção do PIBIC. Juni se sentia angustiada com a questão do “lugar de fala”, já que, na época, se apresentava como uma mulher sapatão. Contudo, ao mesmo tempo, ficava pensando, “mas caramba, eu sou uma pessoa trans\*”. Segundo ele, “essa pesquisa abriu muitas portas. Portas tanto para me entender quanto para questões de afeto na cidade que as pessoas trans\* vivem”.

Juni rememorou uma ocasião em que participou de um evento ocorrido no laboratório de psicanálise do mestrado, a convite de sua orientadora, situação que contou com a presença de Leonardo Tenório. Segundo Juni, a fala dele trouxe muitos questionamentos para si mesmo em relação à sua identidade de gênero, contribuindo ainda mais na compreensão de que era uma pessoa trans\*.

Além disso, nessa mesma apresentação, percebeu a dificuldade de docentes (com mestrado/doutorado) e alunas/os do laboratório de entender questões básicas e diferenciá-las como identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual, assim como suas relações. Essa situação demonstrou mais ainda o despreparo de profissionais de psicologia para o acolhimento e discussões, tão necessárias, acerca da temática de gênero e sexualidade.

Para Juni, ainda que o curso não possuísse uma disciplina específica de gênero e sexualidade, havia muita mobilização para a reflexão sobre a temática, embora Juni também sentisse não haver um acolhimento nem preparo das/os professoras/es ou da coordenação para lidar com essa demanda. Segundo ele, uma saída possível era a graduação em psicologia traçar diálogos junto com pessoas trans\* profissionais de psicologia para pensar estratégias para romper com a cisnormatividade presente no curso.

Juni lembra ainda que tinha dificuldade na graduação de ser ouvida. Sempre que apresentava o trabalho sobre cidade, psicanálise e transgeneridade chorava. O lugar da estranheza se fazia presente, “pra mim foi difícil porque as pessoas viam meu trabalho e mais

uma vez o estranho. Era aquela coisa de tá bom, entendi que as pessoas trans\* são vulneráveis, mas não somos todos nós vulneráveis?”. Aqui era visto o quanto a causa trans\* era desvalorizada, sempre tendo uma argumentação para dizer, “mas todos somos iguais, somos pessoas”. A falta da importância dada ao seu trabalho pelas pessoas causava mais sofrimento, visto que, mesmo sendo um tema tão importante, não era visto de tal maneira.

Apesar da dificuldade de ser ouvido, Juni relatou que se não fosse por ele as questões de gênero e sexualidade não iriam circular nos debates das disciplinas. Ele acabou se tornando referência da turma para se falar sobre isso: “É um peso muito grande nas minhas costas. Isso foi uma coisa que no meu processo eu fiquei mal, porque era carregar a palavra nas costas”. Era como se sua palavra acerca do assunto valesse como representatividade de toda uma comunidade plural. Ele também sentia que isso é algo que se repete nos cursos, que apenas uma pessoa carrega o peso das palavras, além de poucas pessoas se disporem a falar sobre essa temática defendendo de alguma forma e/ou buscando outras reflexões para olhar sobre o assunto.

Em relações aos colegas de sala, Juni disse não lembrar de uma situação específica de transfobia, mas sempre que havia comentários velados, ele batia de frente. Segundo ele, “particularmente eu acho que as pessoas eram bem transfóbicas comigo, com a minha pessoa, minha expressão de gênero, minha postura física... Tudo era muito agressivo para as pessoas. Uso até essa palavra, *agressivo*, porque quando as pessoas viam... porque eu mudei muito durante 5 anos [...] uma semana eu aparecia de um jeito, outra semana eu aparecia de outro, e as pessoas ficavam chocadas”. Dessa maneira, Juni sentia que o olhar das pessoas sobre ele era muito invasivo, muito simbólico. Disse que tentava não se deixar afetar por esses olhares, porém tinha dias que não queria sair de casa por saber que isso iria acontecer. E não queria se “fantasiar” de pessoa cisgênera para não receber esses olhares.

Sobre a relação com as/os professoras/es, Juni contou de um professor com o qual teve um atrito muito grande. Segundo ele, esse professor era racista, homofóbico, xenofóbico e fazia comentários abertamente sobre isso, porém, ninguém se posicionava sobre. Só Juni confrontava ele e ele não entendia como seus colegas de classe não comentavam nada. Ele lembra que depois fez monitoria com esse mesmo professor, pois era a única disponível no curso e queria ter a oportunidade de uma monitoria. Nesse processo, acreditou que tudo aquilo de que ele precisava era de um diálogo, porque percebeu que ele não era uma má pessoa, já que ninguém questionava suas colocações, ele não tinha como mudar seu olhar sobre determinados assuntos. Mas esse processo não foi fácil para ele, afinal, os comentários do professor ainda continuavam acontecendo, apesar das tentativas de conversar sobre.

Ao refletir sobre o fato de nunca ter sofrido transfobia diretamente, Juni acredita que isso se deu por sempre demonstrar simpatia com as pessoas: “Eu sou muito simpático sabe? Ando sempre com um sorriso no rosto, justamente por medo de terem uma reação muito abrupta em relação a mim, ao meu corpo, a quem eu sou”. Segundo ele, não ter se apresentado como trans\* durante a graduação trouxe um certo alívio, pois acredita que caso assim fizesse, teria sofrido muito com as transfobias diretas e não seria possível desenvolver boas relações com as/os colegas de sala e professoras/es, bem como continuar a graduação.

Mirando a partir do olhar de alguém que concluiu a graduação recentemente, Juni percebe avanços no debate de gênero e sexualidade na graduação em psicologia a partir da entrada das/os novas/os alunas/os. De acordo com ele, as pessoas que estão entrando na graduação aparentam estar bem abertas para essa temática e muito mais posicionadas. Apesar disso, percebe que são poucas pessoas que se posicionam e vê também que as/os professoras/es não possuem conhecimentos acerca da temática e, segundo Juni, aparentemente não fazem esforço de aprender sobre como passar o conhecimento a/aos suas/seus alunas/os.

Esses avanços são mais explícitos no Conselho Federal de Psicologia. Segundo ele, o CFP olhou para as demandas dessas populações e percebeu que não tinha como adiar a discussão. Além disso, percebe que há um crescente número de pesquisas também. Ainda assim, se preocupa o fato de que esse debate só circula mais em um nicho, não está alcançando outras pessoas e se questiona: “Como circular entre pessoas cis que se recusam a ler outro trabalho de uma pessoa trans\*? Porque eu acho que vem muito de uma recusa, bem como de uma transfobia velada”.

Apesar de perceber essa mudança, Juni reflete sobre o que ele chama de “psicologia do indisível”, uma psicologia que ele não consegue nomear, pois ora vê avanços, ora retrocessos. Para Juni, algo precisa mudar e esse algo é o binarismo de gênero que há na psicologia, pois só assim seria possível criar novas narrativas.

Caminhando para o fim da nossa conversa, Juni colocou que, quando se formou, pensou em desistir da profissão. O fato de ter se apresentado enquanto trans\* para as pessoas despertou também o desejo de retornar para a psicologia, compreendendo a necessidade de mudar essas narrativas. “É preciso de coragem pra começar o curso e coragem pra terminar também, bem como de manter a posição de profissional de psicologia”.

## 4.8 JÔ

*É aquela coisa, eu lhe respeito  
até que você seja domesticada.  
A transfobia vai ser colocada pra fora,  
vai ser dita, vai ser desmascarada  
(Trecho da entrevista com Jô).*

Foi na tarde de 19 de junho que eu e Jô nos encontramos. Encontro mediado por conexões virtuais – realizado através do Google Meeting – e afetivas, permeado de saudade. Não à toa, iniciamos nosso diálogo compartilhando saudosas lembranças de trocas acadêmicas e experiências que tínhamos no espaço do grupo de pesquisa que fazemos parte.

A partir de uma fala carregada de afeto e “incorporada”, Jô começou a me contar sobre seu percurso na psicologia. Rememorando seu final do ensino médio, Jô contou que, antes de escolher psicologia, pensou em medicina e ciências biológicas. Passou três anos tentando adentrar nesses cursos e chegou até a passar em ciências biológicas na UFRPE, mas preferiu tentar mais um ano para medicina.

O desejo pela medicina tinha a ver com o fato de gostar muito de estudar biologia. Após entrar em um vestibular solidário, passou a ter contato com temáticas voltadas para as ciências humanas e associar essas temáticas com suas vivências. Além disso, Jô apontou que por já ser muito apegada às discussões de classe, raça e gênero, mudou seu desejo de curso.

Acreditava que não tinha cabeça para fazer psicologia: “Se eu fizer psicologia, eu vou surtar, eu dizia pra mim. Achava que não tinha capacidade de fazer, não iria dar conta”. No terceiro ano tentando vestibular, sabia que não queria mais medicina. Passou a compreender esse desejo surgia por ser um curso muito valorado; por vir de família pobre, as pessoas ficavam muito encantadas com essa sua vontade, e isso passou a ser alimentado.

Inicialmente ficou em dúvida entre psicologia e ciências sociais. Pouco sabia sobre a psicologia, e o máximo de contato com o curso que teve foi através da internet, o que a fazia se perguntar o porquê de a psicologia não chegar nas favelas. Apesar disso, viu essa ciência e profissão como um instrumento potente para a transformação social e resolveu apostar. Pensava em trabalhar com questões de raça, classe e violência contra mulher.

Quando entrou no curso relatou que foi um choque de realidade, “quando lembro do meu primeiro período, eu penso: gente, eu sobrevivi”. Nunca havia imaginado que a psicologia fosse tão elitizada. Sabia que a maioria das pessoas nas universidades públicas eram ricas, mas não imaginava que isso fosse tão grande na psicologia: “O curso de psicologia era muito embranquecido, muita gente rica, gente que tem dinheiro”.

De início sentiu que houve uma trava pela questão da linguagem. Sentia um abismo muito grande com a forma com que as pessoas falavam “era um monólogo, né? E entrar em contato com isso foi muito violento pra mim”. Sentia muita dificuldade de falar em público e de escrever por se sentir muito longe da realidade na qual se encontrava.

Recorda que, no primeiro dia de aula, a professora perguntou de que local as/os discentes vinham. Quando falou que vinha do Ibura, sentiu que as pessoas a olharam com estranheza, e outras falaram: “Eita, essa é do Ibura, deve ser barraqueira que só o carai”. Foi nesse momento que percebeu as desigualdades que iriam lhe atravessar durante o curso. Foi uma situação de difícil digestão a ponto de, no final da aula, Jô recorrer ao banheiro para vomitar. Ela contou que tinha crises de ansiedade, mas não conseguia associar a esse episódio.

Ainda no primeiro período, havia dias em que Jô precisava passar dois turnos na faculdade, mas não tinha dinheiro para comer. Diante disso, recorreu ao Diretório Acadêmico (DA) de psicologia para compreender como funcionava os auxílios emergenciais dados pela universidade, contando sua trajetória de vida para as/os representantes do DA que estavam presentes. No entanto, falaram para ela que esses auxílios não existiam, e ela teria que entrar pelo edital e esperar para o próximo semestre.

Estranhando essa resposta e se sentindo violentada pela falta de acolhimento, Jô buscou outras vias para procurar informações sobre os auxílios. Dessa forma, descobriu que o auxílio emergencial existia e que era possível a isenção do restaurante universitário a partir do momento em que você desse entrada. Para Jô, esse é só um dos exemplos que mostram que o DA é um reflexo das/os aluna/os do curso, ou seja, em sua maioria pessoas cisgêneras, brancas, de classe média alta.

Além dos auxílios emergenciais, Jô buscou assistência estudantil. Pensou em desistir no segundo período do curso, porque o resultado da assistência ainda não havia saído e ela não tinha condições de ir e voltar para universidade. Relatou que, para além da necessidade financeira de se manter nesse espaço, também não sentia desejo de voltar em decorrência das violências sofridas. No primeiro mês, o resultado da assistência saiu e, com o apoio de uma prima, Jô decidiu retornar ao curso.

Diante dessa experiência e da falta de acolhimento, Jô sentiu a necessidade de participar ativamente do DA. Ela explicou que sempre fez parte de movimentos políticos em seu bairro, mas na universidade sentia muita dificuldade de se aproximar desses espaços por se sentir muito sozinha. Sendo assim, sua entrada no Diretório tinha como objetivo falar sobre assistência para as pessoas pretas, pobres e trans\* desde o primeiro período, para que essas/es estudantes não passassem pelo que ela passou.

Jô trouxe à tona que o DA acabou se tornando um espaço muito violento de se estar, pois, apesar das pessoas terem pensamentos próximos aos delas, apenas ela ia para a ação. Além disso, sentia que os integrantes do Diretório sempre colocavam questões burocráticas à frente. No primeiro acolhimento, puxou o assunto da assistência estudantil sozinha e levou algumas pessoas naquele mesmo momento para o núcleo de assistência à saúde da/o estudante. Relatou que tudo o que envolvia questões de assistência, ela fazia tudo sozinha, o que gerou brigas com as/os discentes do DA. Por conta desses atritos, sentia que era uma discussão muito classista e decidiu sair.

No segundo período, Jô ainda não se colocava como uma pessoa não binária. Para ela, falar de sua identidade é também falar sobre o Favela LGBTQI+, movimento social do qual faz parte. Em 2018, começou a apresentar sua identidade de gênero junto com as pessoas desse movimento. De acordo com ela, a partir desse encontro elas se permitiram existir, “o Favela me deu um espaço de resistência, força e existência para me reconhecer como eu era, sem medo e sem vergonha”.

A partir do momento que se colocou como uma pessoa não binária e depois travesti na universidade, sentiu que as dificuldades aumentaram. As pessoas passaram a ter ainda mais medo de se aproximar dela, segundo Jô: “Eu acho que a palavra que eu consigo definir quando eu cheguei no curso, pondo a minha identidade pra fora, que as pessoas olhavam para mim, era medo”. Antes, Jô sentia que isso existia por ser lida como a *barraqueira* e explosiva que vinha do Ibura e, por conta disso, as pessoas ficavam receosas de se aproximarem “por medo de errarem” com ela ou por não conseguirem ler, além de Jô acreditar que alguns homens do curso não se aproximavam com medo do desejo.

Por parte das/os docentes, Jô acreditava que elas/es ficavam confusos, mas não buscavam compreender ou questionar como ela gostaria de ser tratada. Apenas um professor passou a referir-se a ela como “uma pessoa”. Nesse período ainda não tinha alterado o nome no sistema. Pelo fato da maioria das/os professoras/es utilizarem *ata*, não se incomodava muito. Contudo, algumas/alguns passaram a fazer chamada e isso passou a incomodar. Toda essa situação a deixava ainda pior por estar no espaço da universidade. Ia para lá já se preparando para a violência que iria sofrer.

Jô relatou que teve uma professora que ficava sempre referindo-se a ela no masculino ou como “aquilo”: “Ficava ele, ela... eita... aquilo”. Essa mesma professora afirmou que não poderia riscar a *ata*, pois aquele nome que Jô desejava não estava no sistema. Jô chegou a tentar dialogar com essa professora enviando artigos sobre saúde mental da população trans\* e a importância do nome social, mas foi ignorada. A docente afirmava que Jô estava fazendo “uma

tempestade em copo d'água” e ria da situação. Recordamos que, antes de Jô, outras duas pessoas trans\* já haviam tido aula com essa mesma professora e tensionado a questão do nome social. Para Jô, isso só mostra como ainda somos poucas/os nesses espaços onde a cisgeneridade é centrada.

Diante dessa situação, questionei se ela havia pensado em acionar a coordenação. Segundo Jô, seria só mais um espaço de violência no qual ela teria que reviver tudo o que passou e no final seria apenas uma “cartinha de advertência para a professora”, como aconteceu com outra travesti anos antes. Além disso, ela trouxe que uma pessoa trans\* não binária da sua sala fez uma reclamação à coordenação dessa mesma professora e não houve resolutividade.

Em outro episódio relatado por Jô, ela contou que, ao anunciar para a professora que era travesti, esta falou que tinha até uma sobrinha que era e se mostrou muito compreensiva. No início, não houve problemas em relação ao seu nome. No entanto, ao apresentar um trabalho sobre psicologia e educação voltada para escola pública, levantando questões que iam de encontro ao pensamento da professora, a mesma docente passou a errar seu nome na chamada, “é aquela coisa, eu lhe respeito até que você seja domesticada. A transfobia vai ser colocada pra fora, vai ser dita, vai ser desmascarada”.

Outra ocasião relatada por Jô foi de um professor que parou a aula quando ela entrou na sala e falou: “Nossa”. Ainda segundo ela, esse mesmo professor ficou a olhando-a durante a aula, deixando-a desconfortável. Devido a esses episódios, ela compreende que não são episódios isolados: as/os docentes geralmente costumam mascarar a transfobia. Segundo Jô, a pessoa trans\* só é aceita se ela estiver calada, “a gente não tem voz pra falar, a gente não tem voz para ser ouvida. A gente tem voz, mas não pode ser ecoada nesses espaços”.

Depois de episódios como esse, Jô relatou que passou a ir pouco para a universidade e afirmou que se pegarmos seu histórico escolar é possível perceber: no primeiro período, tinha zero faltas e, nos seguintes, atingia sempre o limite de faltas possíveis. No início da universidade entendia que precisava ser boa, caso contrário sua presença naquele espaço seria questionada. Depois de ter passado por diversas violências, Jô só não queria estar nesse espaço, “já era um inferno em casa, já era um inferno na rua, na universidade era outro inferno. Eu não tinha um espaço para desarmar, para dizer que estava relaxada. A universidade é o espaço onde eu ando engatilhada”.

Em relação ao debate de gênero e sexualidade no curso de psicologia, Jô traz que esse debate não existe e quando existe ainda é muito centrado na cisgeneridade. Segundo Jô, em relação às/aos discentes, na graduação, não predomina uma visão social muito heteronormativa, mas, no que tange às discussões de gênero, ainda existe muita transfobia e pouca discussão

sobre cisgeneridade. Sobre as/os professoras/es, Jô relatou que sempre buscava discutir intencionada a ajudar as pessoas trans\* que viriam depois dela. Sempre buscava falar a partir de referências bibliográficas, procurando explicar o máximo possível para as/os docentes.

Apesar dessas pesquisas bibliográficas sobre a temática, Jô contou que nunca quis fazer pesquisa devido ao seu não gosto de escrever: “E não é desgosto porque eu não gosto, é um não gosto, porque minha escrita demarca de onde eu venho, ela não é uma escrita que consegue se adequar à norma da formalidade, do que é certo e errado de escrever e, por isso, eu fui tendo desgosto de escrever”. Porém, ela resolveu iniciar pesquisa pela necessidade de bolsa. Ela diz que não se imagina escrevendo e acredita que isso tem a ver com seu processo de vida “que fala que a gente não pode tá nesse espaço escrevendo, falando”. Apesar de compreender a importância de pessoas trans\* ocupando esse espaço de pesquisa, não consegue se ver mesmo estando nele.

Jô lembrou que seu primeiro projeto de pesquisa não tinha muitas referências de pessoas trans\*. Para ela, isso teve relação com seu processo de pôr para fora sua identidade, pois, segundo Jô, o seu fazer pesquisa é ela mesma, pois compreende a pesquisa enquanto processo de vida. Para exemplificar, falou da sua pesquisa sobre bixalidade, advogando que há lacunas, fissuras, aspectos que a cisgeneridade lê e não consegue entender, porque aquilo fala sobre seu processo de conhecimento de identidade, “nele você vê eu, vê o não eu, vê uma pessoa que está descobrindo as coisas”.

Seguindo para o fim do nosso diálogo, questionei como Jô via a questão do ensino remoto nesse período de pandemia. Para ela, uma questão importante a ser vista é o acesso dessas pessoas. Dessa forma, ela deu exemplo de pessoas trans\* que estão em universidades particulares e que não estão conseguindo participar das aulas *on-line* por não terem *notebook* ou internet. Além disso, colocou que a casa as vezes não é um espaço seguro para pessoas trans\* e, nesse momento, essas pessoas estão tendo que conviver e estudar nesse lugar tão violento. Ao mesmo tempo, Jô acredita que se todo mundo tivesse acesso e um espaço seguro para assistir às aulas, iria preferir ter aulas remotas do que ir para a universidade em decorrência das violências sofridas tanto no espaço, como também no trajeto de ida e volta.

Para Jô, ocupar espaços como o da universidade é criar fissuras. Para exemplificar, associou as pessoas trans\* a um câncer, algo que se descobre, se instala, se muta e se transforma por dentro. Contudo, aponta como um processo bastante sofrido e cansativo pela necessidade de estar o tempo todo se afirmando.

Para ela, é necessário questionar, tensionar, a cisnormatividade da psicologia, pois é algo que ainda não se fala na graduação, “a gente não pode tá na psicologia só absorvendo e

sem tá tensionando porque ela tem uma dívida histórica com vários grupos que estão em vulnerabilidade, e a psicologia não é pensada para essas pessoas”. Jô questiona como a graduação de psicologia não pensa a saúde mental da população trans\*, das pessoas pobres, das pessoas negras. Segundo ela, o curso fala sobre a saúde mental das pessoas brancas, cisgêneras, burguesas.

Por fim, Jô ainda acredita que a psicologia é um espaço potente de transformação, levando em consideração a importância da/do profissional de psicologia para a saúde mental. Tudo depende de como está sendo usado. É sobre saber se reinventar. Para Jô, a graduação ainda está muito emoldurada dentro de uma lógica antiquada, mas é uma estrutura cheia de fissuras.

#### 4.9 JUNO

*Algumas questões que a Psicologia  
tem ciência que são constitutivas da subjetividade,  
que são questões sociais estruturais  
que vão determinar sua experiência enquanto sujeito,  
seja raça, gênero, sexualidade...  
Toda essa noção teórica, os professores  
de modo geral têm, mas como essa noção  
teórica vai refletir na nossa formação acadêmica,  
como os professores vão pensar ou  
apresentar os conteúdos pra gente, é outro rolê  
(Trecho da entrevista com Juno).*

Na manhã do dia 10 de julho, eu e Juno marcamos de nos encontrarmos virtualmente através do Google Meet. Apesar de termos pago disciplinas juntos e ter nos cruzados pelos corredores da universidade pública, nunca havíamos parado para conversar. Mesmo assim, nosso diálogo se deu como se, em alguma medida, nos conhecêssemos. Começamos conversando sobre o contexto pandêmico vivenciado e sobre um encontro que havíamos tido dias antes desenvolvido pelo movimento de homens trans e pessoas transmasculinas de Recife. Em seguida, reiterei os objetivos da pesquisa e pedi para que ele me contasse sua história com a psicologia.

Juno concluiu o ensino médio aos 16 anos e acabou entrando em psicologia sem saber se era exatamente isso que gostaria de fazer. De início pensava em ir para a área de exatas, pois era muito bom em matemática. Mas declarou que foi desencantando e se apaixonando pelas ciências humanas. No rol dessas ciências, Juno se voltava para filosofia, sociologia e história. A decisão por psicologia ocorreu na hora da escolha do SISU.

Entrou com poucas ideias do que seria o curso. Desde o ensino médio não se via enquanto psicólogo e, mesmo agora no final da graduação, sente que ainda tem muita dificuldade de se ver ocupando esse lugar. Segundo Juno, essa dificuldade está muito associada ao ideal do “ser psicólogo”, muito atrelado a um modelo clínico europeu.

Além disso, relatou sentir muito receio do estranhamento dos outros por não o enxergarem nesse lugar, pois sentiu essas experiências de estranhamento nos estágios obrigatórios cursados, um estranhamento atrelado à sensação de se sentir deslocado pelo seu jeito de vestir e se colocar.

Quando entrou no curso, percebeu que a psicologia era maior do que imaginava. Para ele, o que é interessante nessa ciência é a possibilidade de diálogo com outras ciências. Como não gostaria de tentar ENEM novamente, Juno buscou cursar a graduação a partir desse diálogo com outras ciências, construindo uma psicologia na qual ele acredita. Hoje se vê atuando na área de saúde coletiva e/ou saúde mental.

Apesar de perceber essa possibilidade de diálogo com outras áreas, Juno acredita que ainda há um grande desafio a se enfrentar contra o que ele chama de “psicologia imaculada”. Embora faça parte do movimento estudantil e esteja em contato com pessoas que se propõem a construção de uma psicologia que vai de encontro a norma, Juno acredita que ainda é a minoria. Ele declarou sentir muita dificuldade de levar os debates existentes no movimento estudantil para sala de aula. Juno refletiu que esse conjunto de fatos talvez o tenha levado a ter dificuldade de se sentir pertencente à psicologia.

Desde que entrou na graduação Juno flertava com o Diretório Acadêmico. Tinha muito interesse de ocupar esse espaço, mas ao mesmo tempo sentia muita insegurança e timidez. A partir da aproximação com as pessoas que faziam parte do diretório, Juno começou a se engajar mais no movimento. Segundo ele, ocupar esse espaço tem enriquecido muito sua formação, tanto a partir de uma perspectiva teórica como também no seu próprio engajamento no curso, pois ele percebeu que, nos últimos 3 anos, o DA tem tido um crescimento político e se sente feliz por pertencer a esse espaço.

Além disso, o debate sobre gênero e sexualidade passou a ser discutido com mais afinco após alguns eventos ocorridos no curso, como um caso de assédio que aconteceu. Com isso, foram articulados grupos de estudos com o alunado do curso sobre essa temática, mas eles acabaram não duraram por muito tempo.

Juno rememorou um episódio no qual a gestão do DA tentou articular um evento sobre feminismo, o qual acabou causando uma polêmica com outras/os alunas/os e algumas/alguns professoras/es por chamarem uma feminista radical para o debate. Segundo Juno, na época não

estava muito explícito para a gestão a problemática que esse convite seria feito, visto que, em sua maioria, o feminismo radical se posiciona a partir de um viés transexcludente. Esse fato acabou gerando muitos debates no departamento tanto com professoras/es, como também pessoas trans\* que estão no curso.

Sobre esse episódio, foi realizada uma assembleia com as/os alunas/os para explicar a suspensão do evento. Desse debate algumas sugestões foram dadas, como a construção de um projeto de extensão sobre feminismo. Contudo, segundo Juno, não foi dado seguimento à proposta. Para ele, esse é um movimento que existe no curso: um debate muito importante vir à tona, algumas ideias e ações surgirem, mas não terem força e planejamento suficiente para se tornar algo consistente e contínuo.

Para Juno, o debate de identidade de gênero na graduação em psicologia ainda é muito escasso. Juno relatou que não entrou no curso se apresentando como uma pessoa trans\*, na realidade, passou a se apresentar dessa forma para as pessoas apenas nesse ano. Esse movimento para ele, escancarou a falta de debate sobre essa temática no curso. Segundo Juno, o que ocorre na graduação é que muitas pessoas do curso, incluindo estudantes e professores/as, se põem com uma postura de “eu aceito, eu sou de boa com isso, entendo teoricamente e tal.... As minhas práticas transfóbicas e preconceituosas vão cessar a partir dessa compreensão relacional de que isso não vai acontecer, sabe?”.

De acordo com Juno, a partir do momento que ele se colocou como trans\*, algumas/alguns professoras/es apresentaram uma postura muito assistencialista, ou até mesmo chegaram para lhe dar parabéns. Juno declarou que passou as férias pensando se realmente falaria para as pessoas que é trans\*, mas que tudo acabou acontecendo muito rápido. No primeiro dia de volta às aulas, ele logo se colocou como Juno e percebeu os olhares das/os professoras/es. Um exemplo de desconforto mencionado por Juno ocorreu em uma reunião com um grupo de pesquisa, no qual a professora, quando ele se apresentou, expôs seu nome de registro.

Para Juno, a postura das/os alunas/os acaba não sendo muito diferente das/os professoras/es pela falta de discussão mais aberta sobre a temática trans\* no curso. Ele relatou situações em que estava em uma roda de colegas e a maioria o tratando como Juno, mas outra pessoa específica se referindo a ele no feminino. Segundo ele, “algumas questões que a psicologia tem ciência que são constitutivas da subjetividade, que são questões sociais estruturais que vão determinar sua experiência enquanto sujeito, seja raça, gênero, sexualidade... Toda essa noção teórica, os professores de modo geral têm, mas como essa noção

teórica vai refletir na nossa formação acadêmica, como os professores vão pensar ou apresentar os conteúdos pra gente, é outro rolê”.

Refletindo sobre o futuro, Juno contou que a docência e a pesquisa são o caminho que mais o interessa nesse momento por ser um espaço no qual se sente mais livre. Ele declarou: “fiquei com muito receio de que quando eu me assumisse enquanto pessoa trans\* as pessoas me cobrassem imediatamente que eu soubesse politicamente sobre todas as questões da pauta LGBT”. Segundo ele, as pessoas – professoras/es e alunas/os – esperam muito que pessoas trans\* se interessem por pesquisar sobre gênero e sexualidade, mas não é uma temática que lhe interessa no momento.

Segundo Juno, a psicologia ainda tem muito chão para percorrer no debate de identidade de gênero, principalmente quando toca a questão da não binariedade. De acordo com ele, o debate da transgeneridade na psicologia ainda é muito pautado numa visão patologizante, focando e restringindo a pessoa apenas ao fato dela ser trans\*, “não olha pra o que isso vai dizer também sobre essa construção desse sistema cisgênero, porque ele se constrói assim...”. Trazer à cena a cisgeneridade enquanto categoria de análise é urgente dentro da psicologia.

Caminhando para o fim da nossa conversa, perguntei como ele via a questão do ensino remoto. Fazendo uma análise de classe e identidade de gênero, Juno apontou que as pessoas trans\* são as que mais vivenciam a questão de classe de forma marginalizada. Dessa forma, Juno acredita que são poucas as pessoas trans\* que teriam condições materiais de assistirem aula de forma remota. Além disso, aponta o fato de que a transfobia, muitas vezes vivenciada dentro de casa, pode atrapalhar o desempenho acadêmico.

Aprofundando ainda mais o debate sobre ensino remoto, pensando nas possibilidades de o curso adotar um ensino a distância, Juno relatou que “a partir do momento que eu entendo que esse sistema EaD vem pra aprofundar ainda mais essa desigualdade social, é obvio que as pessoas vão ser excluídas desse processo”. Ainda segundo ele, “a psicologia aderir a isso pra mim é reforçar e aprofundar as desigualdades dentro da psicologia e reforçar a ordem da psicologia hegemônica, de que pessoas vão ter a oportunidade de estar nesses espaços discutindo isso”.

## 5 O PESQUISADOR-DESLOCADO: CONEXÕES, DESLOCAMENTOS E INCONCLUSÕES

*Não me apressem,  
por favor,  
quando eu morder a palavra,  
quero marcar  
a pele, os ossos, o tutano do verbo,  
rasgar entre os dentes,  
para assim versejar o âmago das coisas  
(Poema de minha autoria).*

Iniciamos o final desta dissertação a partir do começo dessa trajetória. No primeiro ano do mestrado, na disciplina história da psicologia: teorias e métodos, uma das atividades desenvolvidas foi a reescrita de um poema. Deslocar as palavras de seu formato original. Transformar em novo aquilo que já estava posto e estruturado.

Como já citamos anteriormente, uma das propostas com as produções narrativas é o deslocamento. A ação de ir de um lugar para o outro, de uma posição para outra. Nesta seção, buscamos traçar conexões entre os escritos híbridos e os deslocamentos produzidos a partir deles. Para tanto, retomaremos aos objetivos iniciais desta pesquisa, costurando-os com as provocações geradas pelos encontros com as/os interlocutoras/es. Nessa costura, também dialogamos com nossa revisão de literatura. Contudo, ela por si só não dá conta da complexidade das discussões, assim, trouxemos à cena outras/os autoras/es.

Por fim, peço para que não nos apressem em busca de uma conclusão. Não buscamos aqui concluir, definir, finalizar. Pretendemos com este trabalho provocar deslocamentos em quem lê tanto quanto foi produzido em nossa jornada. Diante disso, esta é uma seção também de inclusões, com vistas produzir aberturas para novos fluxos. Da compreensão daquilo que não se esgota para que se torne linhas para novas pesquisas.

### 5.1 PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE PSICOLOGIA: UM CAMPO DE TENSÃO E POSSIBILIDADES

Como já citado anteriormente, compreendemos o sentido como algo produzido dialogicamente, sempre situado historicamente e culturalmente. Os sentidos são sempre atravessados por diversas vozes presentes ou presentificadas (SPINK; MEDRADO, 2013). Diante disso, os sentidos produzidos sobre psicologia discutidos foram construídos no encontro do pesquisador com o/a interlocutor/a, mas, ao mesmo tempo, povoado de outras vozes.

Aqui, cabe retornarmos à subseção de revisão de literatura (“DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA”), no qual apresentamos de forma breve como a psicologia foi acionada em seu surgimento e sua aproximação às temáticas de gênero e sexualidade. Para adquirir o estatuto de cientificidade, a psicologia passa a se delinear a partir de uma perspectiva de ciência hegemônica e ocidental, aliada à ideia de neutralidade e imparcialidade oriundas do positivismo. Com o intuito de atender os apelos institucionais (escolas, fábricas, prisões etc.), a ciência psicológica emerge como um saber que prescreve e analisa comportamentos, estabelecendo critérios que enquadram os sujeitos com condutas inadequadas, buscando corrigi-las para aproximá-las ao máximo ao padrão normal vigente (LIMA, 2013; ROSEIRO; BERNABÉ; CASTELLO, 2016; MATTOS; CIDADE, 2016).

Nessa perspectiva, os discursos psicológicos também se apropriaram das questões de gênero e sexualidade. Como já pontuamos anteriormente, a psicologia se aproxima dessa temática através de uma visão biologicista – incorporada através das ciências naturais – como também higienistas e disciplinadoras. Dessa forma, os discursos psicológicos carregam uma concepção binária, hierárquica, cristalizada e naturalizada a respeito do gênero e da sexualidade (MATTOS; CIDADE, 2016).

É interessante traçarmos um paralelo dessa visão inicial da psicologia sobre a temática de gênero e sexualidade às discussões trazidas por María Lugones (2014) em seu artigo “Rumo a um feminismo descolonial”. Segundo a autora, a distinção hierárquica entre humanos x não humanos – aspecto central no pensamento capitalista e na modernidade colonial – acompanha outras distinções, como aquela entre homens e mulheres. Lugones (2014) argumenta que apenas as pessoas civilizadas são homens ou mulheres, ou seja, através da colonização do gênero, somente os europeus brancos burgueses eram civilizados. Por meio dessa ferramenta colonial, os corpos que rompem com a norma cisgênera e heterossexual são destituídos de sua humanidade.

A partir disso, ao advogarmos que a psicologia carrega uma concepção binária e hierárquica do gênero e da sexualidade, também queremos dizer que ela, assim como outras ciências, carrega consigo um discurso colonial. Mais do que isso, é possível da ciência psicológica se utilizar dessa ferramenta/discurso colonial para patologizar e disciplinar certos corpos. Para exemplificar, trazemos para o diálogo Fabi quando, ao relatar sua primeira experiência na psicoterapia, aponta que aquele não era um espaço acolhedor para ela. Seu corpo era visto como desviante que precisava de “cura”.

Muito próximo a essa discussão, visto que o processo de colonização e catequização estão implicados, Juno nos traz o sentido de uma “psicologia imaculada”. Nos recordamos de

Lima (2013), quando a autora traz a ideia de uma reatualização do confessionalismo cristão enraizado na psicologia. O sujeito teria um núcleo inacessível para si, o qual, através das confissões dos seus desejos, a/o profissional de psicologia, por meio dos seus conhecimentos, poderia não apenas acessar, como também conduzi-lo à norma.

A ideia de uma “psicologia imaculada” também nos faz pensar ao próprio significado da palavra “imaculado”, que remete a algo isento de pecado, sem qualquer impureza. Remetendo ao próprio processo de catequização e colonização dos povos originários do Brasil, no qual “as condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (LUGONES, 2013, p. 936-937), cabe nos perguntarmos: por essa lógica, quais corpos estão autorizados a estar no campo dessa “psicologia imaculada”?

Juno, Vênus e Jô nos apontam pistas quando classificam a psicologia como elitizada, racializada, classista e cisnormativa. Enquanto ciência e lugar de poder, apenas aqueles considerados humanos podem se deter dos conhecimentos da psicologia. Como afirma Jô, “o curso de psicologia era muito embranquecido, muita gente rica, gente que tem dinheiro”, ela é pensada para (e por) pessoas brancas cisgêneras e de classes social. Ainda sobre essa temática, Juno nos traz que a psicologia ainda é muito binária, especificamente, ao abordar as questões de gênero, fato que também é ressaltado pelas/os autoras/es na nossa revisão de literatura. Além disso, Juno argumenta que o debate sobre identidade de gênero na graduação em psicologia ainda é muito pautado em uma visão reducionista da transexualidade. As pessoas trans\* são circunscritas apenas à transexualidade, destituídas de outros atravessamentos de suas existências, o que deságua em uma visão patologizante.

Percebemos que esses são repertórios que integram práticas discursivas sobre psicologia que se articulam com uma herança cultural do cristianismo colonial. Nesse processo se instaura uma hierarquização daqueles sujeitos que são detentores do conhecimento psicológico (“as pessoas brancas cisgêneras e burguesas”, como definem nossas/os interlocutoras/es) e aqueles que são objetos de estudo. Vemos, assim, uma psicologia que ainda reproduz e utiliza de ferramentas coloniais para engendrar e objetificar existências trans\*; que nomeia o que foge da norma, para, então, dissecar e estudar esses fenômenos destoantes. Diante desse cenário, surge um outro repertório: o de que a psicologia tem uma dívida histórica com os corpos subalternos, como apontam nossas/os interlocutoras/es.

No Brasil, ao final dos anos 1990, a ciência psicológica passa a se aproximar das discussões políticas sobre gênero e sexualidade de forma mais direta e a partir de uma tentativa de uma narrativa não patologizante, através da criação da Resolução 01/99 do CFP, que dispõe

sobre normas de atuação para profissionais de psicologia em relação às orientações sexuais. Esse fato está relacionado a influências do contexto social e político brasileiro, no qual o movimento LGBT passa a ganhar mais força e participação política, pressionando, assim, órgãos públicos, como o Conselho de Psicologia, a repensarem suas práticas profissionais legitimando os direitos básicos e sociais dessa população. Além disso, também foi nesse período que as produções científicas brasileiras passaram a receber influência de autoras/es como Michel Foucault, Judith Butler e pesquisadoras/es da teoria queer, conforme supracitado na nossa seção de revisão de literatura.

A partir desses tensionamentos e da aproximação com o debate dos Direitos Humanos, a ciência psicológica vem criando narrativas subversivas aos discursos que ela mesma vinha reiterando sobre os corpos trans\*. Como expressa Viper, “a psicologia tem sido, apesar de tudo o que eu falei, bem vanguardista diante das outras ciências que eu tenho conhecimento enquanto esse tema”. É a partir dessas narrativas de resistência (ou de fronteira) que nossas/os interlocutoras/es apostam na psicologia como ferramenta potente de transformação ou, como advogam Fabi e Yan, uma psicologia aliada às causas trans\*. Contudo, não podemos cair na inocência de acreditar que essas novas narrativas estão surgindo espontaneamente por essa psicologia clássica da qual estamos nos debruçando ao decorrer desta subseção. Elas só estão sendo possíveis porque corpos trans\* estão ocupando esses espaços, criando fissuras e construindo ativamente saberes psicológicos.

Nesse aspecto, as/os interlocutoras/es ressaltam a importância de corpos trans\* estarem ocupando espaços como os Conselhos de Psicologia. Para Yan, esse é um incentivo para aquelas/es que ainda estão na graduação. É interessante a diferenciação que Yan, Fabi, Juni e Viper fazem entre as discussões de gênero do Conselho Regional e Federal de Psicologia e as que ocorrem dentro da graduação. Essas/es interlocutoras/es trazem apontamentos de que o CRP e o CFP têm o que chamam de “posicionamento mais explícito” frente à temática LGBT.

Por também estar inserido no CRP, mais especificamente na Comissão de Gênero e Sexualidade, me recordo do quanto são frequentes narrativas como essas. É recorrente o questionamento do porquê de o CRP não se aproximar da graduação para falar sobre essa temática, alterar a grade curricular inserindo uma disciplina de gênero e sexualidade ou até mesmo fiscalizar discursos LGBTfóbicos advindo de professoras/es. Contudo, esses pontos fogem da competência do conselho, que tem como papel fiscalizar, orientar e disciplinar a profissão.

Uma questão curiosa que essa discussão nos traz é que, quando nossas/os interlocutoras/es falam sobre esse lugar vanguardista da psicologia e da criação de narrativas

de resistência frente às questões de gênero e sexualidade, elas/es ressaltam o papel principal do CFP e CRP. Mas é importante salientar que parece haver um abismo entre as discussões sobre essa temática realizadas pelo conselho de classe e a graduação e mesmo com a tradição daquelas entidades. Na fala das/os interlocutoras/es, também parece haver essa mesma rachadura nas discussões que vêm sendo desenvolvidas pelos conselhos e a atuação de alguns profissionais de psicologia. A partir disso, podemos constatar que há uma desarticulação no diálogo entre o processo formativo da graduação, a atuação profissional e o conselho de classe. Ficamos com o questionamento: como possibilitar uma costura teórico-prática entre essas três linhas da psicologia no que concerne ao debate de gênero e sexualidade?

Contraditoriamente, outro sentido produzido sobre essa ciência é a psicologia como lugar de cuidado e acolhimento. Para Yan, “a psicologia em si ela era acolhedora”, é uma ciência que, por estar no lugar de cuidado, o acolheria. Essa narrativa fica ainda mais explícita quando Yan relata que talvez se tivesse escolhido outro curso não teria coragem de se colocar enquanto pessoa trans\* no decorrer da graduação, como também quando ele diz que “como aluno de psicologia talvez eles tivessem assim meio que, porra, é nossa obrigação de respeitar essa pessoa, sabe?”.

Esse lugar de acolhida também aparece na fala de Vênus quando ela afirma que a psicologia a validou enquanto mulher: “ela me deu nomes, ela me teorizou, ela me empoderou... A psicologia, a Psicologia Social, as discussões de gênero”. Percebemos que, para além do acolhimento, a graduação em psicologia para Vênus e para Yan também aparece como possibilidade de existência. É interessante refletir como o processo de teorização aparece como um campo de disputa de narrativas. Ao mesmo tempo que, para Vênus, esse processo a empoderou enquanto mulher, dando-lhe “todo um arcabouço teórico para me dar sustentação disso [ser mulher]”, esse mesmo processo de dar nomes e teorizar pode cair na armadilha classificatória da patologização. Exemplificando, ao criar o conceito de identidade de gênero, Robert Stoller pôde nomear quem seria “o transexual verdadeiro” (LIMA, 2013) pautado em um *checklist* cisnormativo que cristaliza as possibilidades de existências trans\*.

Ainda sobre o sentido do cuidado e acolhimento, este se reitera em outros espaços além da graduação. Por exemplo, um dos eventos realizados pelo CRP, intitulado de “Psicologia para todos e todas, todo dia, em todo lugar”<sup>17</sup>, tinha como mote a temática da diversidade. É necessário termos um olhar crítico a essa narrativa de que a psicologia por si só é acolhedora

---

<sup>17</sup> Detalhes do evento podem ser encontrados no *site*: [Notícias - Conselho Regional de Psicologia \(crppe.org.br\)](http://Noticias - Conselho Regional de Psicologia (crppe.org.br)).

para todas/os, porque é um discurso que pode nos remeter à herança do cristianismo que a todas/os acolhe sem distinção, pois, segundo os escritos bíblicos, somos todas/os iguais.

Essa homogeneização das pessoas acaba anulando ou não visibilizando os atravessamentos de uma sociedade cisnormativa nas experiências da população trans\*. Apesar disso, acreditamos que eventos como este são necessários na tentativa de romper com repertórios naturalizados e patologizantes, buscando uma prática profissional garantidora e promotora dos direitos básicos a população LGBT.

Contudo, a psicologia que acolhe também pode ser, contraditoriamente, a mesma que exclui, como afirma Viper: “A formação em psicologia ainda é problemática, é um espaço excludente”. Essa exclusão, para ela, está relacionada à cisnormatividade e ao eurocentrismo. Em relação a isso, podemos exemplificar através dos estágios pelos quais a nossa interlocutora passou. Para ir à prática, ser vista enquanto psicóloga, foi imposto que Viper se enquadrasse ao modelo da faculdade, não podendo utilizar a unha pintada, maquiagem ou as roupas que ela vestia na sala de aula. Segundo ela, para sua supervisora, rompendo com esse modelo eurocêntrico e cisnormativo, Viper não estaria cuidando do outro.

Chegamos – nesse campo de tensão e multiplicidade de sentidos – ao que Juni chama de “psicologia do indizível”, ou seja, uma psicologia que não conseguimos nomear como uma ciência que está avançando ou retrocedendo em relação às temáticas de gênero e sexualidade. O indizível aponta para a polissemia da psicologia (ou seria das psicologias?). A todo momento, tanto no diálogo com as/os interlocutoras/es como na construção desta subseção, parece-nos que a psicologia se apresenta enquanto uma “entidade”: a Psicologia. Pensar em psicologias, no plural, é compreender que existem avanços, como também existem retrocessos; é estar ciente de que esta é uma ciência construída por agentes, na qual os jogos de poder atuam a todo momento, levando à pluralidade de sentidos, contradições e possibilidades.

## 5.2 REPERTÓRIOS SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: A URGÊNCIA DA CISGENERIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Nesta subseção, vamos dar visibilidade aos repertórios sobre identidade de gênero. Como nos debruçamos na seção da fundamentação teórico-metodológica, os repertórios são artefatos discursivos que conformam o conteúdo das práticas discursivas no afã de darmos sentido ao mundo; são termos, figuras de linguagem, descrições, entre outros, que compõe as práticas discursivas. Eles se tornam um instrumento importante de análise à medida que, ao identificarmos os repertórios em uso e seus efeitos, podemos compreender versões de realidades

produzidas (ARAGAKI; PIANI; SPINK, 2014). É importante destacarmos que os repertórios aqui apresentados são frutos de negociações entre o pesquisador e as/os interlocutoras/es, ou seja, analisaremos os repertórios das narrativas e não das falas literais das/os interlocutoras/es.

Podemos perceber que, quando se trata de identidade de gênero nas narrativas, algumas palavras estão diretamente relacionadas e utilizadas quase como sinônimos, sendo elas: *homem*, *mulher*, *cisgeneridade* e *transexualidade/transgeneridade*. Tais palavras não aparecem à toa, já que, quando falamos sobre identidade de gênero, estamos nos referindo a maneira como a pessoa se identifica em relação ao seu gênero, ou, como advoga Jesus (2012, p.10), “em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como transgênero ou cisgênero”. Diante disso, tomaremos nossa análise a partir de três pontos: binarismo de gênero, cisgeneridade e transexualidade/transgeneridade.

Na narrativa de Viper, a temática do binarismo de gênero, ou bineariedade, está em ebulição. Ela nos desloca da suposta naturalidade do “ser homem” e/ou “ser mulher”, dado que esse “ser” precisa ser reforçado a todo momento. Podemos observar isso quando Viper relata que no seu primeiro dia de estágio precisou ir, por exigência da coordenadora, “todo arrumadinho vestido de menininho e tal, todo comportadinho” e, ao se portar dessa maneira, recebeu elogios das pessoas de sua sala dizendo que ela “estava bonito e que deveria estar sempre assim”.

Esse exemplo dialoga com o conceito de *performatividade* de Butler (2003), o qual pontuamos brevemente no capítulo da fundamentação teórico-metodológica. Segundo a autora, o gênero, o corpo e a corporeidade são performativos na medida em que não são pré-discursivos, ou seja, não há um núcleo de linguagem anterior que os determinem. O gênero seria, então, um ato intencional que insere as pessoas em um campo discursivo de saber-poder e que precisa de reforços constantes através de signos, gestos e atos. Diante disso, não existiria uma naturalidade no “ser homem” e/ou “ser mulher”.

Esses reforços são feitos também por instituições diversas, como trazemos na revisão de literatura. Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016), ao se referirem às instituições de ensino, sugerem que existe uma espécie de pacto silencioso em relação às temáticas de gênero e sexualidade. Contudo, esse silêncio coexiste com o reforço da cisnormatividade quando se supõe que existem banheiros adequados para cada gênero, comportamentos a serem seguidos, e quando se rompe com essa lógica há uma punição por parte das/os professoras/es e/ou alunas/os. Vemos esse exemplo na própria narrativa de Viper, quando foi impedida de realizar seu estágio final por não se ajustar ao gênero prescrito pela instituição, a partir do argumento de que suas roupas iriam chocar as pessoas e que ficaria estranho para a clínica.

Juni e Juno apontam que a psicologia também é uma ciência que reforça o binarismo de gênero. Segundo Juni, algumas/alguns psicólogas/os utilizam argumentos binários de teorias psicológicas para validarem seus preconceitos em relação às identidades trans\*. Já Juno traz que a psicologia ainda tem muito chão para percorrer em relação às identidades de gênero, principalmente ao que tange às não binariedades. As revisões de literatura realizadas por Jesus e Galinkin (2015), como também a realizada por Borges *et al.* (2013), apontam-nos pistas dos sentidos produzidos sobre gênero e sexualidade nas produções acadêmicas na área de psicologia, fortalecendo o que é trazido por Juni e Juno. Segundo as/os autoras/es, a maioria dos argumentos encontrados nos textos são pautados a partir de um viés essencialista, binário e biologicista.

Ao que podemos observar através dessas narrativas, a identidade de gênero é algo que é e precisa ser a todo momento reafirmado e reforçado por instituições diversas. Mais especificamente, o binarismo homem/mulher fala do reforço a uma norma, como nossas/os interlocutoras/es advogam, a cisnormatividade. Esse termo foi cunhado pelo movimento trans\* desde a década de 90 (VERGUEIRO, 2018), na tentativa de nomear um interlocutor, a alteridade. Nomear aquilo que é tomado como “a norma”, ou “o natural”, mas sem reconhecê-la como tal; descentralizar o grupo dominante.

A utilização destes conceitos em relação a termos mais popularizados a partir de ativismos – como transfobia e homofobia – tem o objetivo de enfatizar as formas institucionalizadas e “os processos culturais mais amplos” que produzem marginalizações e exclusões de diversidades, em um contraste ao termo transfobia, na medida em que este “representa o ódio e medo irracionais e individuais” (VERGUEIRO, 2018, p. 59).

De acordo com vergueiro (2015), a binariedade é uma característica importante da cisnormatividade. Segundo a autora, um pressuposto da cisnormatividade é que se é possível realizar uma leitura sobre os corpos e determinar as identidades de gênero a partir dos “sexos”. A partir dessa leitura, os corpos ditos “normais” seriam duas, e somente duas, alternativas de gênero/ “sexo”: macho/homem e fêmea/mulher. Esse fato fala de uma suposta linearidade atravessada no binarismo de gênero: macho-pênis-homem e fêmea-vagina-mulher. Dessa forma, pessoas que rompem com essa linearidade acabam recebendo sanções e punição de diversas ordens.

O diálogo com nossas/os interlocutoras/es aponta para a necessidade de tomarmos a cisgeneridade como uma categoria de análise e não apenas como uma possibilidade de identidade de gênero. Isso implica dizer que é importante compreendermos os jogos de poder

que se atravessam nessa categoria ou, como sugere Juno, compreendermos a construção do sistema cisgênero. Vergueiro (2015) propõe pensar a cisgeneridade como normativo-colonial a partir de três eixos: ideológico, político e individual. O primeiro diz respeito ao posicionamento da cisgeneridade como superior/central em relação às identidades trans\*. O aspecto político está relacionado à exclusão das pessoas trans\* nos espaços de decisão e, por último, o individual que está atrelado à inferiorização psicológica e social das pessoas trans\*. Esses três aspectos dialogam diretamente com as narrativas aqui apresentadas, como veremos adiante.

É importante pensarmos essa separação apenas como uma forma de facilitar o entendimento, contudo, são aspectos que atuam concomitantemente. Essa mistura fica evidente quando Jô e Fabi advogam que a academia é cisgênera. Tal afirmação implica dizer que a instituição acadêmica ainda se mostra como um território no qual há uma centralidade da cisgeneridade nos espaços de decisão. Isso pode ser visto através dos corpos que ocupam espaços de poder como a docência, a reitoria, coordenação dos cursos, diretórios acadêmicos, entre outros. Esse fato não é um fim em si mesmo, mas produz reflexos e efeitos tanto em esferas mais macro – como supracitados – como individuais, quando, por exemplo, Jô levanta que, ao participar do DA, este se tornou um local muito violento para ela, pois sentia que apenas ela partia para a ação e, quando fazia propostas, as outras pessoas que faziam parte do coletivo colocavam à frente questões burocráticas.

É importante pontuarmos que, sobre experiências no Diretório, Juno apresenta uma narrativa diferente dessa vivenciada por Jô. Para ele, ocupar esse espaço foi muito importante para sua formação, tanto enquanto perspectiva teórica, como no seu engajamento no curso. Contudo, seu discurso se aproxima ao de Jô quando ele expressa que ocorre de um debate vir à tona – no caso apresentado em sua narrativa era sobre feminismos – algumas ideias de ações são elaboradas, mas não existe força para dar continuidade ao que foi planejado.

Também não podemos ser ingênuos ao traçar o diálogo entre essas duas experiências e ignorar que Jô é uma pessoa mestiça, e Juno, uma pessoa branca. Como Jô nos informa, sua passagem pelo DA e a violência que ela sentiu só demonstra o quanto esse espaço é um reflexo das/os alunas/os do curso: a maioria cisgênero, branca e classe média alta, ainda que aberta a leituras mais críticas e desejos de emancipação. Pontuamos sobre a interlocução entre identidade de gênero e raça, na subseção anterior, ao tratarmos do binarismo humanos x não humanos. Como nos diz Lugones (2013), apenas as pessoas brancas europeias eram consideradas humanas e, logo, tinham gênero. As pessoas negras colonizadas foram destituídas de seu gênero e de sua humanidade. Assim, não dá para pormos em diálogo experiências de

peessoas trans\* sem levarmos em consideração a raça como um marcador, principalmente quando estamos falando sobre lugares de poder onde a branquitude é centrada.

Outro aspecto importante levantado por Jô, quando ela fala de sua experiência na graduação em psicologia, é que ainda existe muita transfobia e pouco diálogo sobre cisgeneridade. O pouco diálogo, ou até mesmo o silêncio, sobre cisgeneridade na graduação em psicologia pode parecer uma contradição quando falamos que a academia é um espaço majoritariamente cisgênero. Ou, talvez, seja exatamente por isso. Afinal, é através desse pacto silencioso que a estrutura cisnormativa se mantém. Não à toa que nossas/os interlocutoras/es colocam a importância de tomarmos a cisgeneridade como uma categoria de análise, de estudarmos e falarmos sobre. Como advoga Leila Dumaresq (2014), nomear a cisgeneridade é necessário para descentralizar o grupo dominante, dar nome ao/à interlocutor/a, um lugar de fala para quem se fala. Tomar a cisgeneridade como categoria de análise permite que se quebre esse pacto silencioso, que a desloque da posição naturalizada e de sua hierarquia em relação às identidades trans\*.

No tocante à questão da cisgeneridade e da cisnormatividade, observamos também a ideia da passabilidade. Para Yan, o fato dele ser “passável” o ajudou a se sentir mais seguro no seu estágio em relação a não sofrer transfobia, como também no decorrer do curso. Ele relata que, após a hormonização, as pessoas passaram a tratá-lo diferente, errando menos seu nome e seu pronome. Para vergueiro (2015), é importante compreendermos a passabilidade como uma categoria útil de análise para as experiências diversas de identidades de gênero. À medida que pode ser vista tanto como uma estratégia possível de resistência ao sistema cisnormativo (como parece ser o caso de Yan), também é uma exigência normativa.

Sobre essa exigência normativa, Juni narra o quanto seu corpo era visto de forma invasiva e sugere, ao dizer que não gostaria de se “fantasiar” de “pessoa cis” para não receber esses olhares, que se fosse passável não seria visto dessa maneira. Vênus complementa essa ideia ao dizer que, por não ser passável, sente olhares preconceituosos, os quais, segundo ela, eram olhares de “o que essa pessoa está fazendo aqui?”. É interessante como, em certa medida, essa exigência normativa dialoga com o que vergueiro (2015) nomeia de *eixo individual* ao falar da cisgeneridade enquanto normativo-colonial. Percebemos nessas duas narrativas de Juni e Vênus como esses olhares sentidos invadem elus na tentativa de inferiorizar essas pessoas trans\*. Esses olhares falam do estranhamento da presença desses corpos na academia, como se não fossem corpos dignos de ocuparem esse espaço.

Ainda sobre o terceiro eixo nomeado por vergueiro (2015), entramos nos repertórios sobre as identidades de gênero trans\*. Não por acaso, observamos que a maioria dos sentidos

sobre transexualidade trazidos pelas/os nossas/os interlocutoras/es estão pautados no discurso do outro (das teorias psicológicas, professoras/es, alunas/os). Por exemplo, Yan e Fabi trazem que uma professora fez um paralelo entre a transexualidade e a psicose; Juno aponta que o debate sobre transgeneridade na psicologia ainda é centrado numa visão patologizante; Fabi trouxe que um professor afirmou que “travesti é homem que se veste de mulher”. Todos esses discursos apontam para uma tentativa do outro de inferiorização das experiências trans\*. São narrativas [de outrem] que produzem efeitos nas nossas/os interlocutoras/es, pois elas/es as utilizam para justificar que a graduação em psicologia é cisnormativa, bem como para exemplificar experiências violentas vivenciadas por esses indivíduos. Ou seja, apesar de serem repertórios utilizados por outras pessoas, eles produzem efeitos nas realidades construídas das nossas/os interlocutoras/es.

Diante do apresentado, podemos perceber a importância de discutirmos como a cisnormatividade atravessa as identidades de gênero. Para tanto, é urgente tomarmos a cisgeneridade também como categoria de análise, invertendo o jogo para explicitá-la e desmobilizá-la, como já apontamos. Isso implica dizer que precisamos trazer à cena os jogos de poder existentes e as violências geradas pela imposição normativa-colonial da cisnormatividade. Tais imposições dialogam com o que discutimos na subseção anterior, quando Lugones (2013) pontua que os corpos colonizados não eram gendrados, pois apenas os colonizadores brancos europeus eram “dignos” de gênero. Assim, podemos pensar a cisnormatividade como uma ferramenta colonial a qual impõe que apenas os corpos cisgêneros são “dignos” de serem homens ou mulheres.

### 5.3 PRODUÇÕES DISCURSIVAS NEGOCIADAS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA: FRONTEIRAS E PRODUÇÃO DE VIDA

Iniciamos esta subseção do texto com uma fala de Juni: “É preciso de coragem pra começar o curso e coragem para terminar também”. É preciso de coragem para o percurso. Fazendo uma pesquisa rápida no dicionário *on-line*<sup>18</sup> sobre o significado dessa palavra, coragem é “bravura, postura firme diante de riscos ou do perigo; valentia, destemor”. Qual perigo ou risco está iminente no curso de psicologia?

Para tentar responder essa pergunta (ou fazer mais questionamentos), trazemos à cena Jota Mombaça (2015). Mombaça (2015), ao discutir sobre corpos e sexualidades dissidentes,

---

<sup>18</sup> O qual pode ser acessado através do link: [www.dicio.com.br/coragem/](http://www.dicio.com.br/coragem/).

reformula a pergunta de Gayatri Spivak (2010), “pode o subalterno falar?”, e questiona: “Pode um cu mestiço falar?”. Mombaça faz referência às máscaras utilizadas, por ordem dos senhores brancos escravocratas donos de plantação de cana-de-açúcar e cacau, pelas/os negras/os escravizadas/os. Essas máscaras, mais do que um controle do senhor de engenho sob a alimentação dessas/es negras/os escravizadas/os, serviam como uma “máscara de não-fala” (mask of speeschlessness). Ou seja, representavam um regime brutal de silenciamento dos corpos negros em um contexto de colonização branca (MOMBAÇA, 2015).

O discurso colonial engendra os corpos colonizados como um corpo pronto para servir por ser destituído de vontade, subjetividade e de voz (HOOKS, 1995). Pensar como a máscara de não-fala se reatualiza no pensamento capitalista e da modernidade colonial, é indispensável para problematizarmos as questões de raça e sexualidade (corpos dissidentes) como vetores de opressão no campo universitário e de produção de saber (MOMBAÇA, 2015). As universidades ocidentalizadas – que se constituíram e se constituem a partir da matriz eurocêntrica da modernidade – classificam, hierarquizam e exterminam sujeitos a partir do referencial colonial branco, cisheteropatriarcal e cristão (GROSFOGUEL, 2016).

Dessa maneira, a academia tem se mostrado um espaço de violência e silenciamento, na qual há uma supremacia de certas vozes (homem-branco-cis-hetero) e a construção de um lugar de impotência da subalternidade. Para reforçar ainda mais esse argumento, lembramos de Grada Kilomba (2019), a qual nos leva a refletir que, levando em consideração que o conhecimento é colonizado, as estruturas que definem e validam o que seria um conhecimento “de verdade” e “válido” são controlados por acadêmicas/os brancas/os (e aqui também acrescento cisgêneras/os).

Segundo Andréia Lais Cantelli *et al.* (2019), no ano de 2018 houve um grande número de eventos no espaço acadêmico sobre transexualidade, nos quais se teve a predominância de pessoas cisgêneras falando e o silenciamento e objetificação das pessoas trans\*. A partir disso, essas/es autoras/es propõem o termo *transepistemicídio* para falar sobre esse processo de indigência cultural que a população trans\* sofre nas universidades brasileiras. Nessa perspectiva, segundo Cavalcanti (2018), (nossos) corpos trans\* ainda são colocados como um território primitivo, cuja linguagem é insuficiente para falar de si e de (nossa) sua experiência, necessitando, dessa forma, de pesquisadoras/es cisgêneras/os para produzir conhecimento sobre nós.

As narrativas construídas junto com as/os interlocutoras/es apontam algumas pistas para esse lugar da violência e silenciamento. Nos recordamos da estratégia de diálogo utilizada por

Jô, quando disse ter enviado artigos científicos para uma professora sobre nome social e saúde mental da população trans\* para tentar conscientizá-la da violência que estava cometendo contra Jô. Contudo, a docente a ignorou, apontando que Jô estava fazendo “uma tempestade em copo d’água”. Nesse caso, não só o conhecimento de Jô estava sendo deslegitimado como também seu próprio sofrimento.

Esse lugar da fala é um campo de intensa disputa. Como aponta Juni, ocorre de, às vezes, “carregar a palavra nas costas”, ou seja, se a pessoa trans\* presente no espaço não tensionar discursos cisnormativos, o silêncio pode se fazer presente. Fabi, Yan e Jô também apontam a necessidade de estar sempre “levantando a mão” e pedindo fala para questionar discursos binários e transfóbicos em sala de aula. Ao mesmo tempo que essa fala pode ser utilizada como uma estratégia de construção de novas narrativas no espaço de sala de aula, ela também acaba cristalizando papéis – a partir de uma falsa ideia de “lugar de fala”<sup>19</sup> - e desresponsabilizando as pessoas cisgêneras do espaço a se posicionarem. Não queremos dizer com isso que essa cristalização parte de uma não abertura de espaço, ou seja, do fato da pessoa trans\* presente no espaço estar tomando a frente da fala. Pelo contrário, quando Juni fala sobre o “carregar a palavra nas costas” nos parece que, caso essa mão não seja levantada, o lugar do silêncio frente às falas transfóbicas por pessoas cisgêneras permaneceria.

Além disso, a ideia do “lugar de fala” pode levar a um processo de objetificação dos corpos trans\*. Como aponta Vênus, ocorria de uma professora sempre pedir para que ela explicasse o que eram pessoas trans\* e falasse sobre sua experiência, porém, segundo ela “eu não tô aqui pra ser estudada, eu tô aqui pra estudar”. Fabi também endossa essa narrativa ao relatar que, quando a acionavam para participar de debates, era a partir desse lugar da experiência. É interessante como essas narrativas parecem se contradizer com o argumento de Cavalcanti (2018) quando ela aponta que as pessoas trans\* ainda são colocadas como corpos insuficientes para falar de si, visto que Vênus e Fabi estão sendo acionadas pelas professoras para falarem sobre si mesmas. Porém, as falas de Vênus e Fabi corroboram com o pensamento da autora, pois suas experiências não parecem ser vistas como lugar de saber, mas como narrativas que posteriormente podem ser estudadas e dissecadas.

---

<sup>19</sup> Djamila Ribeiro (2017), ao trazer o conceito de *lugar de fala*, aponta que não se trata apenas de compartilhar experiências individuais, mas também de entender o lugar social que certos grupos ocupam historicamente nas relações de poder. Contudo, ocorre que algumas pessoas se apropriam de forma errônea do termo acreditando que, por exemplo, só pessoas trans\* poderiam falar sobre transfobia por causa de suas experiências. Porém, a partir do conceito de Ribeiro (2017), compreendemos que pessoas cisgêneras também teriam lugar de fala na temática da transfobia, visto que essa problemática está diretamente atravessada pela cisnormatividade.

Ainda sobre cristalização de papéis, parece que há uma expectativa cisgênera (dos/as docentes e/ou alunos/as), como apontam Juno, Fabi e Vênus, de que as pessoas trans\* que desejem seguir a carreira acadêmica discorram sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Esse fato nos remete à máscara de não-fala, de uma ferramenta colonial que dita quem pode e o que pode falar. Contudo, o espaço de produção acadêmica se apresenta como território de disputa de narrativas, pois, ao mesmo tempo que parece existir essa máscara de não-fala, ele também se apresenta como estratégia de resistência à medida que estar nesse espaço abre a possibilidade de criar fissuras, como apresentaremos a seguir.

Estar no campo de pesquisa, mesmo que para algumas/alguns interlocutoras/es em temáticas não desejadas, foi uma das estratégias de permanência utilizada. Vincular-se a um núcleo de pesquisa, realizar PIBIC etc. permitiram que Jô e Vênus, por exemplo, ganhassem bolsa e, a partir disso, ter dinheiro para se manter na universidade. Contudo, sabemos que essa permanência não se versa apenas no campo monetário, como elas apresentaram em suas narrativas. O manter-se na universidade está atravessado pelo enfrentamento diário de violências, silenciamentos e transfobias, como expressa Jô: “a universidade é um espaço onde eu ando engatilhada”.

Além dessa dimensão financeira, o fazer pesquisa se apresenta como possibilidade de “caminhos de fuga”, como aponta Juni. Utilizar da linguagem acadêmica, estando no lugar de fronteira, é uma estratégia de criação de contra-narrativas, um caminho de fuga das narrativas binárias e patologizantes para novas narrativas surgirem. Segundo Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016, p.19), pensando a partir do projeto decolonial, “fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos”. O trabalho intelectual é fundamental para a luta pela libertação e descolonização das pessoas subalternas, pois através dele seria possível passar de objeto a sujeito (HOOKS, 1995). Falar, escrever, produzir conhecimentos, é, então, um ato político. É o marco da passagem daquelas/es que têm sua realidade descrita por outras/os para criadores/as da própria história.

Ainda sobre isso, Jô e Vênus nos mostram que estar no campo de pesquisa também é um caminho de fortalecimento político e identitário. Segundo Vênus, se aprofundar nas temáticas de gênero, sexualidade e psicologia social a fortaleceu para se colocar como mulher, como já dito na primeira subseção desta seção. Jô também corrobora essa ideia ao apresentar que escrever seu primeiro projeto de pesquisa foi um processo de vida, de colocar para fora sua

identidade. Esses processos são só possíveis dentro de um fazer científico não hegemônico, que vai na contramão de uma ciência neutra, imparcial. Fala de pesquisadoras posicionadas e de pesquisas corporificadas.

Outro ponto interessante referido pelas/os nossas/os interlocutoras/es é a questão da representatividade. Segundo Yan, por exemplo, ter pessoas trans\* ocupando diversos espaços na psicologia, como a graduação e o conselho, é importante para o fortalecimento daquelas/es que estão na graduação ou desejam entrar. Vênus complementa ao trazer que “as pessoas precisam quebrar esse estigma de que a gente não pode estar em certos lugares. A gente pode tá onde a gente quiser”.

Contudo, mesmo compreendendo a importância da representatividade, Yan, Fabi, Jô e Juno apontam a dificuldade de se reconhecer no lugar de pesquisador/a e/ou psicólogo/a. Tal dificuldade nos aponta pistas sobre os corpos que devem ocupar a academia, como relata Jô: “Não é um desgosto porque eu não gosto, é um não gosto porque minha escrita demarca de onde venho, ela não é uma escrita que consegue se adequar a norma da formalidade, do que é certo e errado de escrever e, por isso, eu fui tendo desgosto de escrever”. A fala de Jô nos remete ao texto de Anzaldúa (2000, p.229), quando a autora defende que “as escolas que frequentamos não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia”. Assim, nos parece que essa dificuldade de se reconhecer nesses lugares está relacionada à ideia que estamos tentando construir nesta subseção sobre o processo de colonização do conhecimento. Como se reconhecer em determinado espaço quando o conhecimento legitimado e válido parte de uma matriz branca, cisgênera e heterossexual?

Nos nossos diálogos com as/os interlocutoras/es, somos provocados a pensar sobre o lugar dos corpos trans\* na academia. Para exemplificar, trazemos falas como a de Jô, quando ela afirma que “eu acho que a palavra que eu consigo definir que quando eu cheguei no curso, pondo a minha identidade pra fora, que as pessoas olhavam para mim, era medo”, como também a de Juni, “particularmente eu acho que as pessoas eram bem transfóbicas comigo, com a minha pessoa, minha expressão de gênero, minha postura física... Tudo era muito agressivo para as pessoas”. Recordamos do texto de Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016), quando eles falam sobre a criminalização dos corpos trans\* nas escolas. Como desenvolvemos na seção da revisão de literatura, para tais autores, essa criminalização não está relacionada a uma tipificação penal, mas à criação de normas e critérios que geram políticas de medo e marginalização dos corpos

trans\*. Não é à toa que esse medo e marginalização se apresentam nas falas das/os nossas/os interlocutoras/es.

Jô ainda nos provoca mais sobre esse tema quando propõe que “é aquela coisa, eu lhe respeito até que você seja domesticada. A transfobia vai ser colocada para fora, vai ser dita, vai ser desmascarada”. Nessa situação, Jô estava narrando sobre sua experiência com uma professora que inicialmente pareceu acolhedora, mas, ao ser tensionada por Jô em sala de aula apresentando pontos de vistas diferentes, essa docente passou a tratá-la no masculino, errando seu nome propositalmente. Essa situação nos aponta para os jogos de poder existentes nas instituições de ensino. Seguir um *script* institucional – tirar boas notas, não tensionar as/os professoras/es, escrever e falar a partir de uma linguagem acadêmica hegemônica, que é o que Jô nos aponta em ser domesticada – parece ganhar uma certa passabilidade acadêmica. Isso é perceptível quando Vênus levanta que, quando saiu suas primeiras notas, as pessoas começaram a se aproximar e um professor a colocava como “melhor aluna”. Viper também traz uma situação parecida quando relata que algumas/alguns professoras/es ignoravam textos transfóbicos enviados por alunas/os por ela ser “aluna nota 10”.

Nos parece que há um uso estratégico das lógicas da instituição como uma forma de permanência nesse espaço. Mais do que isso, existe uma apropriação do discurso acadêmico para que, estando dentro desse espaço, se possa criar fissuras. Estratégias como essa faz com que eu, por exemplo, enquanto pessoa trans\*, consiga estar na pós-graduação escrevendo uma dissertação. Porém, como nos aponta Jô, qualquer ruptura mínima com essa estrutura expõe a transfobia sistêmica desvelada.

Diante do apresentado, voltamos para a pergunta de Mombaça (2015, *on-line*), “pode um cu mestiço falar?”. Sim, nós podemos. Segundo a autora (2015), devemos reformular essa pergunta para que possamos refletir a partir de uma perspectiva que tome o silenciamento do subalterno como efeito de uma não escuta colonial, e não necessariamente de uma não fala subalterna. Como também aponta Jô, “a gente não tem voz pra falar, a gente não tem voz para ser ouvida. A gente tem voz, mas não pode ser ecoada nesses espaços”. A todo momento estamos falando, como apontam as narrativas aqui trazidas, porém, também a todo momento estamos sendo silenciadas/os.

Voltamos à pergunta inicial do texto referente à necessidade de coragem para entrar e concluir a graduação em psicologia: qual perigo ou risco está iminente no curso de psicologia? Nos parece que o risco está nas vozes das/os nossas/os interlocutoras/es que estão ecoando pelos corredores, na sala de aula, nos banheiros, nas listas de chamadas. Vozes que ecoam e vão

produzindo fissuras, rachaduras na cisnormatividade que a todo momento tenta produzir silenciamentos. “O que ocorre quando umx subalternx fala?” (MOMBAÇA, 2015, *on-line*), suas vozes se instalam, se mutam e transformam tudo por dentro, como nos traz Jô.

Questões fundamentais se adicionam a essas: quando (se e como) seriam as questões discutidas nesta dissertação e nas narrativas das/os nossas/os interlocutoras/es deixarão de ocupar a periferia da produção do conhecimento e da formação em psicologia e passarão a se configurar mais diretamente como ênfases e a ocupar núcleos estruturantes? Na mesma medida, como (se e quando) podemos construir alianças e coalizões que favoreçam transformações gerais no modo como formamos pessoas trans\* e pessoas cisgêneras para prática profissional em psicologia? Essas e outras questões parecem carecer ainda de muito avanço nessa discussão e na produção científica sobre o assunto.

## 6 INCONCLUSÕES...

*Eu determino que termine aqui e agora. Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo. Determino que termine em nós e desate. E que amanhã, que amanhã possa ser diferente com elas e eles. Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções. E que nós possamos viver nelas e neles. Através delas e deles. De seus sonhos e de suas memórias (LINN DA QUEBRADA, 2019).*

Peço que não me apressem para que terminemos, pois queremos ainda mastigar (e nem sempre digerir) cada palavra, deixar marcas em cada sentença do que foi dito e não dito. Queremos atravessar e sermos atravessados por cada encontro aqui narrado, por cada encontro produzido. Que atravesse e fique. Que atravesse e vá, crie novos atravessamentos. Deslocamentos. Que desague em novas narrativas, escritas, vidas.

Escrever esta dissertação não foi fácil e terminá-la está sendo menos ainda. Para além de todo um processo solitário de escrita, que foi ainda mais visceral por causa da pandemia, como pesquisador, escolhi me debruçar sobre um tema que me atravessou, e segue atravessando, cortando e costurando minha experiência. Há um pouco de mim nas narrativas e não apenas pela produção dialógica do encontro ou pela escrita híbrida, mas também há um pouco de memórias acionadas ao longo de todo esse processo. Em vários momentos me vi diante de um bloqueio que não conseguia explicar, mas hoje posso nomeá-lo de pausas para respiros necessários. Tomar fôlego para estar diante de experiências tão ricas, mas também tão dolorosas. Dor e resistência. Ao mesmo tempo, buscar forças diante de um compromisso e desafio tão significativos.

E novamente me vejo na necessidade de tomar fôlego, de ter mais um respiro para escrever essa conclusão. Ou melhor, inconclusão. Não pretendemos aqui nesta seção concluir nada, mas trazer apontamentos que não foram trazidos durante essa escrita ou que foram apenas pincelados. Talvez por falta de fôlego, talvez porque não se é possível dar conta (e que bom que não é possível) de narrativas tão ricas e potentes como essas que nos foram apresentadas. Contudo, esperamos que esses apontamentos sirvam, em outro momento, de pistas para novos trabalhos.

Um primeiro apontamento que trago é sobre o contexto no qual dialogamos com nossas/os interlocutoras/es. Iniciamos as entrevistas de forma presencial com algumas pessoas e, posteriormente, por causa da pandemia, os diálogos precisaram ser de forma remota. O ponto que trago sobre as entrevistas não é a discussão presencial x *on-line*, mas o momento em que

elas foram realizadas. Estávamos diante de um contexto incerto, no qual pairava um luto coletivo. A maioria das/os nossas/os interlocutoras/es tiveram o início do ano letivo atrasado, e estavam com a incerteza de como se daria o restante do semestre.

Além disso, um aspecto interessante que poderia ser levantado, mas que não foi possível porque as aulas *on-line* estavam no início, seria a discussão sobre a experiência do ensino remoto para pessoas trans\*. Algumas/alguns nos apontaram pistas sobre isso: a questão da segurança pelo não deslocamento à faculdade, a questão de classe que é atravessada por grande parte das população trans\*, as possíveis transfobias vivenciadas dentro de casa que poderiam dificultar a qualidade de ensino, além de outras questões e dificuldades que atravessam o ensino remoto e a própria invisibilidade protetiva, mas, ao mesmo tempo, a indiferenciação conformadora que as câmeras desligadas em uma atividade síncrona digital podem produzir.

Outro ponto importante é a questão do atravessamento de raça e classe no acesso ao ensino superior. Esse não é um assunto que afeta apenas o acesso das pessoas trans\*, mas que acaba chamando atenção quando olhamos o perfil das/os nossas/os interlocutoras/es, no qual apenas duas pessoas são negras/mestiças. Além disso, nas próprias narrativas, esse é um ponto que fica escancarado, pois em vários momentos foi ressaltado que a universidade, e mais especificamente o curso de psicologia, é “muito embranquecido, muita gente rica, gente que tem dinheiro”, como nos trouxe Jô.

Ainda sobre acesso, a questão da passabilidade me parece ser um aspecto interessante de ser debruçado em outros trabalhos. Como destacamos, essa é uma temática bastante complexa que articula assuntos como branquitude, classe, acesso à saúde, família, entre outros. Apesar de compreendermos que a passabilidade vai variar a depender do local em que a pessoa está inserida, de ter ou não o nome retificado, ela se apresenta, como foi dito nas narrativas, como uma possibilidade de estratégia de permanência nas instituições de ensino.

Outra questão que me sobressaiu aos olhos nas narrativas foi a não articulação entre a graduação em psicologia, o conselho de classe e a atuação profissional no que tange o debate de gênero e sexualidade. Ao que me parece, esse é um assunto ainda mais amplo, que não tem o fim nessa temática em si e que acaba refletindo na liga (ou melhor, na falta dela) entre a formação e a prática profissional. Como os debates de gênero e sexualidade aparecem de forma explícita no Conselho de Psicologia, se na formação ele se apresenta de forma escassa, como apontam nossas/os interlocutoras/es? Quem são as/os profissionais de psicologia que as graduações estão formando? O que deixa essa desarticulação ainda mais explícita é o fato da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), entidade nacional que tem como

objetivo o desenvolvimento e o aprimoramento do ensino em psicologia, não ter aparecido no diálogo com nossas/os interlocutoras/es nem nos textos da revisão de literatura.

Por fim, diante do que apresentamos no decorrer da dissertação, ficamos com o seguinte questionamento: como criar políticas institucionais que promovam e garantam o acesso e permanência de pessoas trans\* nas universidades ou, mais especificamente, na graduação em psicologia? Considero importante voltarmos às narrativas. Nossas/os interlocutoras/es nos apontaram algumas pistas do que poderia ser feito como estratégias para a permanência das pessoas trans\* na graduação em psicologia. É unânime nas narrativas a necessidade de uma disciplina obrigatória sobre gênero e sexualidade, mas, ainda, que esta possa pôr em pauta a discussão voltada para a cisnormatividade. Além disso, nossas/os interlocutoras/es apontam a importância de uma formação/diálogo com as/os docentes sobre a temática, como também a coordenação do curso pensar em estratégias mais diretivas, como a oferta de um acolhimento psicológico para as pessoas trans\* da graduação em psicologia.

Que nossa passagem pelas universidades e faculdades abra caminhos, mas que não se feche em nós mesmas/os. Como nos alerta a cantora, ativista e *performer* Linn da Quebrada, que o amanhã possa ser diferente, com novos problemas e novas soluções. Ocupamos e ocupemos, na força da ira, como disse Viper. Que a revolta seja motor e que os afetos nos impulsionem. Resistimos, por nós, por nossas utopias, apesar de e contra quem se alimenta ou se acomoda do/no ódio, que algumas/alguns ainda insistem em definir como fobia.

## REFERÊNCIAS

- AGRELI, Milene Soares. **A inclusão da diversidade sexual na Universidade**. 2017. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59142/tde-23032018-103830/pt-br.php>. Acesso em: 2 maio 2020.
- AMARAL, Renata do. Recém-formada em Psicologia, Verônica Valente é a primeira estudante trans da UFPE a receber a láurea acadêmica. **Ascom UFPE**, Recife, 15 jul. 2020. Disponível em: [https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset\\_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/recem-formada-em-psicologia-veronica-valente-e-a-primeira-estudante-trans-da-ufpe-a-receber-a-laurea-academica/40615](https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/recem-formada-em-psicologia-veronica-valente-e-a-primeira-estudante-trans-da-ufpe-a-receber-a-laurea-academica/40615). Acesso em: 9 set. 2020.
- ANDRADE, Maríllia Gabriella Torres de. **A Psicologia fora do armário: contribuições com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfretamentos à LGBTfobia em Pernambuco**. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33798>. Acesso em: 18 out. 2019.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ARAGAKI, Sérgio S.; PIANI, Pedro P.; SPINK, Mary J. Uso de repertórios linguísticos em pesquisas. In: SPINK, Mary Jane P. *et al.* (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 229-246.
- BALASCH, Marcel; MONTENEGRO, Marisela. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: las producciones narrativas. **Encuentros en Psicología Social**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 44-48, 2003.
- BEIRAS, Adriano; NUERNBERG, Adriano Henrique; ADRIÃO, Karla Galvão. Estudos de gênero na Psicologia Brasileira – perspectivas e atuações da terceira geração. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 3, n. 12, p. 203-216, nov. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v12n3.818>. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v12-n3-beiras-nuernberg-galvao>. Acesso em: 2 maio 2020.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista sociedade e estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.15-24, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2020.

BORGES, Lenise Santana; CANUTO, Alice de Alencar Arraes; OLIVEIRA, Danielle Pontes de; VAZ, Renatha Pinheiro. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300016>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/7XgSJfLrgTxm3hqycZmrYKd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 de ago. 2008.

BRASIL. Secretaria Executiva. Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 17, 22 de jan. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de nov. de 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANTELLI, Andréia Lais. *et. al.* **As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil**. [s.l.]: Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019.

CAVALCANTI, Céu Silva. **Sobre nós (des)organizados: pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans na UFPE**. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26609>. Acesso em: 2 maio 2020.

CAVALCANTI, Céu. Por escritas travestis anti-coloniais. **Blog Céu Cavalcanti**. Rio de Janeiro, 26 maio. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@ceucavalcanti/por-escritas-travestis-anti-coloniais-7c7bc132ecfd>. Acesso em: 28 maio 2018.

CAVALCANTI, Céu. Memórias trans e reparações simbólicas. **Blog Céu Cavalcanti**. Rio de Janeiro, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://ceucavalcanti.medium.com/mem%C3%B3rias-trans-e-repara%C3%A7%C3%B5es-simb%C3%B3licas-34bb25443071>. Acesso em: 28 maio 2018.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N° 01, de 29 de janeiro de 2018.** Resolução CFP n° 01/2018. Brasília: CFP, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N° 10, de 27 de março de 2018.** Resolução CFP n° 10/2018. Brasília: CFP, 2018.

CORRÊA, Tiago Matheus. **Escuta psicológica a meninas e mulheres em situação de violência sexual:** narrativas entre inteligibilidades, ética e jogos de poder. 2020. 180 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38708>. Acesso em: 09 set. 2020.

DIAS, Robson Batista. **Identidade de gênero trans e contemporaneidade:** representações sociais nos processos de formação e educação. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2680>. Acesso em: 2 maio. 2020.

DUMARESQ, Leila. **O cisgênero existe.** Brasil: Monstruosas, 2014.

GRANJA, Edna Mirtes dos Santos. **Gênero, Masculinidades e Drogas:** trilhas, obstáculos e atalhos nos caminhos para a atenção integral aos homens jovens na saúde. 2015. 148 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Curso de Doutorado em Saúde da Mulher e da Criança, Instituição Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2015.

GROLLMUS, Nicolas Schongut. Perspectiva narrativa e investigación feminista: posibilidades y desafíos metodológicos. **Psicología, conocimiento y sociedad**, Montevideu, v. 5, n. 1, p. 110-148, maio/nov. 2015a. Disponível em: <https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/view/233>. Acesso em: 18 out. 2019.

GROLLMUS, Nicolas Schongut. **Producciones narrativas:** una propuesta metodológica inspirada en la epistemología feminista. 2015b. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Curso de Psicologia, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2015b.

GROLLMUS, Nicolas Schongut.; TARRÉS, Joan P. Relatos metodológicos: difractando experiencias narrativas de investigación. **Forum: qualitative social research**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 1-24, maio. 2015. DOI: <https://doi.org/10.17169/fqs-16.2.2207>. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/2207>. Acesso em: 18 out. 2019.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 out. 2020.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 15 out. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: [s.n.], 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 250-260, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/0>. Acesso em: 15 out. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de; GALINKIN, Ana Lúcia. Gênero e psicologia social no Brasil: entre silêncio e diálogo. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 43, p. 90-103, jan./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.4482>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/4482>. Acesso em: 2 maio 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis**. 2013. 186f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Curso de Psicologia Social, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/16998>. Acesso em: 2 maio 2020.

LINN da quebrada – Oração. [s.l.]: [s.n.], 2019. 1 vídeo (5 min 59 s). Publicado pelo canal Linn da Quebrada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n.3, p. 935-952, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 15 out. 2020.

MARTÍNEZ-GUZMÁN, Antar; MONTENEGRO, Marisela. Narrativas en torno al trastorno de identidad sexual: de la multiplicidad transgénero a la producción de trans-conocimientos. **Prisma Social**, Madri, n. 4, p. 1-44, jun. 2010.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, maio/out. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181>. Acesso em: 2 maio 2020.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar? **Blog Monstrx Erratik**. [s.l.], 6 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 15 set. 2019.

NATAL-NETO, Flávio de Oliveira; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A criminalização das Identidades Trans na Escola: efeitos e resistências no espaço escolar. **Psicologia Ensino & Formação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 78-86, jan./jul. 2016.

PETERSON, Eric E.; LANGELLIER, Kristin M. The performance turn in narrative studies. *In*: BAMBERG, Michael. **Narrative Inquiry**. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2006, p.173-180.

RASERA, Emerson Fernando; JAPUR, Marisa. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 30, p. 21-29, abr. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/hGPw8rKQXkBmJ6kqL9mg3qr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Feminismos plurais, 2017

ROSEIRO, Maria Carolina F. B.; BERNABÉ, Marina Francisqueto; CASTELLO, Naiara Ferreira Vieira. Sexualidades e gênero na Psicologia: ativismos formativos e tensionamentos curriculares. *In*: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. **A política do corpo: gênero e sexualidades em disputa**. Vitória: Edufes, 2016. p. 195-212.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p.297-325, fev. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183>. Acesso em: 15 out. 2020.

SOUZA, Moacir Langoni de. **Histórias de constituição e ambientalização de professores de Química em rodas de formação em rede: colcha de retalhos tecida em partilhas (d) narrativas**. 2010. 182f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/2848>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 2, n. 15, p. 18-42, jul./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGMTF8gP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2019.

SPINK, Mary Jane P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentido: A perspectiva da psicologia social. *In*: SPINK, Mary Jany P. (org.). **Práticas discursivas e**

**produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2013. p. 22-41.

SPINK, Mary Jane P.; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade. *In:* SPINK, Mary Jane. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2013. p. 71-100.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. *In:* SPINK, Mary Jany P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2013. p. 22-41.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Curso de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 20 out. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Sou travestis:** estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. 1. ed. Brasília: Padê editorial, 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 44, n. 22, p. 203-220, ago./dez. 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 18 out. 2019.